



CEC 2016

Congresso de Extensão e Cultura

ANAIS DO III CONGRESSO
DE EXTENSÃO E CULTURA DA UFPEL

ISSN 2359-6686



*Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881*

C749a Congresso de Extensão e Cultura da UFPel (3.:2016: Pelotas, RS.)

Anais [recurso eletrônico] do 3 Congresso de Extensão e Cultura da UFPel, 26 à 30 setembro em Pelotas./Organizado por Denise Bussoletti, Evandro Piva, Carlos Oliveira. – Pelotas: Editora da UFPel, 2016.
2.222p.

Disponível em: <wp.ufpel.edu.br/congressoextensao>

1. Extensão. 2. Cultura. 3. UFPEL.

CDD 378.1554

| CEC 2016

Congresso de Extensão e Cultura

ORGANIZAÇÃO

*Coordenação Geral da Comissão
Organizadora da Comissão do III CEC*

**Pró - Reitora de Extensão e Cultura
Denise Bussoletti**

Comissão Organizadora do III CEC

**Alisson Eduardo Maehler
Carlos Alberto Oliveira da Silva
Evandro Piva
Joice Vieira Soares
Ligia Maria Avila Chiarelli
Márcia da Silva Alves
Maria Jandira Salum
Tais Ullrich Fonseca
Valdecir Carlos Ferri**

Designer Editorial

Yuri Eduardo Martins Almeida

Fotografia Capa

Arthur Peruzzo

Coordenadores de Sessões Temáticas

**Alisson Eduardo Maehler - TRABALHO/
COMUNICAÇÃO**

Carlos Alberto Oliveira da Silva - CULTURA

Evandro Piva - SAÚDE

**Ligia Maria Avila Chiarelli - EDUCAÇÃO/
DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA**

**Márcia da Silva Alves - EDUCAÇÃO/
DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA**

**Valdecir Carlos Ferri - TECNOLOGIA
E PRODUÇÃO**

Comissão de Apoio

**Ademir Belchior Motta
Ana Maria de Oliveira Fernandes
Caroline dos Santos Tabelaio
Claudia de Oliveira Farias
Cid Fernandez Curte Branco
Giulia Fuzinatto Gomes
Laercio Darley Lopes
Luis Henrique Porto Oliveira
Lucas Perez Fontoura
Marina dos Santos Correia
Mateus Schmeckel Mota
Michele da Silva Brum
Rafael Evangelista Sosa
Suzani Gonçalves Ribeiro Timm
Tamires Rejane Wachholz Perleberg
Thamisa Ramos Flores dos Santos
Thiago das Neves Lopes
Yuri Eduardo Martins Almeida**



III CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA DA UFPEL

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura agradece a todos que participaram e apoiaram a realização do III Congresso de Extensão e Cultura da UFPEL, e ao agradecer socializa, através desta publicação, o conjunto dos trabalhos que fizeram parte do sucesso que foi o evento em 2016.

Desde a primeira edição constatamos um número cada vez maior de participantes, como também um crescimento altamente significativo na qualidade dos debates realizados. Da primeira para a terceira edição não somente triplicamos o número de trabalhos inscritos como alcançamos a representatividade, em 2016, de quase 80% do total dos trabalhos identificados em nosso sistema de registro. Ou seja, dos 777 projetos atualmente registrados institucionalmente na PREC, contamos com 551 trabalhos inscritos e com a colaboração de 310 avaliadores no III Congresso de Extensão e Cultura da UFPEL.

Cabe salientar que o conjunto de trabalhos que integram esta publicação reafirma a excelência da extensão na Universidade Federal de Pelotas. Em cada trabalho podemos identificar a dedicação e o esforço da comunidade acadêmica, que faz com que a Extensão na UFPEL seja o que é – o local de interlocução entre o ensino e a pesquisa, o local de reafirmação da função social e pública de nossa Universidade.

Ao encerrar nossa função de gestora da PREC ao longo deste três últimos anos, reafirmamos (também), por intermédio desta publicação, o nosso esforço em conferir centralidade às atividades de Extensão, tornando-as parte integrante do processo de formação acadêmica. Despedimos-nos, assim, desejando a todos e a todas uma boa leitura, pautada pelos laços cúmplices que nos fazem pela Extensão companheiros de uma mesma e bela jornada.

Denise Marcos Bussoletti
Pró-Reitora de Extensão e Cultura da UFPEL



SUMÁRIO

CIDADE E CIDADANIA: FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E INTERVENÇÃO POPULAR NA PRAÇA DA AMIZADE, DO BAIRRO PAC ANGLO, PELOTAS-RS. ADRIEL COSTA; JULIANA SCHWINGEL BROILO; PROF.DR SIDNEY GONÇALVES VIEIRA	10
OS DESAFIOS JURÍDICOS ENFRENTADOS PELA FEIRA VIRTUAL REDE BEM DA TERRA: COMO ATUAR NAS BRECHAS DA LEI? ANA CAROLINA CAVALCANTE FERREIRA JULHO; ANTONIO CARLOS MARTINS DA CRUZ	14
OS PESCADORES DO PASSO DOS NEGROS – ANTROPOLOGIA, ARQUEOLOGIA E POLÍTICA ANDRÉ DAL BOSCO CARLETTI; ISIS KARINAE SUÁREZ PEREIRA; GUSTAVO FIORINI MARQUES; LOUISE PRADO ALFONSO	18
CURSO DE TÉCNICAS HISTOLÓGICAS EM LIBRAS: NOVOS RUMOS ANELISE DA SILVA NUNES; MARIA GABRIELA T. RHEINGANTZ; LAURA BEATRIZ O. DE OLIVEIRA; ANDERSON F. RODRIGUES; LILIANE P. MACHADO; ROSANGELA FERREIRA RODRIGUES	22
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: PROJETO DE VIDA DIANTE DO CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA BÁRBARA CANARY PERES; NATÁLIA LIMA; TATIANE FREITAS CORREA; IZABELLA KAHER, ANGELA TORMA PIETRO	26
SOCIOEDUCAÇÃO (EN) CENA: AGENCIAMENTOS ENTRE PSICOLOGIA SOCIAL E TEATRO BIBIANA VELASQUES MOROSSINO; CIBELE DA SILVA FERNANDES; ÉDIO RANIERE	29
A MEDIAÇÃO COMO OUTRA ABORDAGEM DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS BRUNO BANDEIRA FONSECA; CLÁUDIA MOTA ESTABEL; DANDARA TRENTIN DEMIRANDA; LUCAS BRAUNSTEIN DA CUNHA; SIMONE DE BIAZZI ÁVILA BATISTA DA SILVEIRA	33
CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL NO PROGRAMA DE EXTENSÃO MUSEU DO CONHECIMENTO PARA TODOS DESIRÉE NOBRE SALASAR; ELCIO ALTERIS DOS SANTOS; FRANCISCA FERREIRA MICHELON	37
AÇÕES AFIRMATIVAS E EVENTOS DO PROGRAMA GRAU: OFICINAS FRANCISCO MUENZER SOARES; MARISA HELENA DEGASPERI	41
POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E SEU PAPEL ECONÔMICO-SOCIAL NO COTIDIANO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DO MUNICÍPIO DE PELOTAS HARTUR XAVIER PINHEIRO; PAULA PAIVA HOFMEISTER; JULIANA CARRICONDE HERNANDES; THAYLI ARAUJO; LUCIARA BILHALVA CORRÊA; ERICO KUNDE CORRÊA	44
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO 2016/2017 PELO NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO EM ACESSIBILIDADE ITALO RODEGHIERO NETO; JULIA BORN PUREZA; DOUGLAS DE CASTRO BROMBILLA; CLARISSA CALDERIPE MONTELLI; LUIS ANTONIO DOS SANTOS FRANZ; ISABELA FERNANDES ANDRADE	48
EMBRANQUECIMENTO CULTURAL E A PROBLEMÁTICA DA AUTODECLARAÇÃO NO INGRESSO DAS COTAS RACIAIS JOSÉ RESENDE JÚNIOR; ELÍSIA GABRIELA CARDOSO; ALESSANDRA GASPAROTTO	52
INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS BKAUWÁ APURINÃ; LORI ALTMANN	56

CORPOS, SABERES E SUSTENTABILIDADE MARCOS PAULO RIBEIRO GOUVEA; GLACIENE JANUÁRIO HOTTIS LYRA	60
LIGA ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS MARIANA COSTA BEDUHN; JOSÉ MÁRIO BREM DA SILVA JÚNIOR; MARINA PORELLA GHIGGI ; CAROLINA COSTA DA CUNHA	64
RELATO DE EXPERIÊNCIA: A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO “BASQUETEBOL EM CADEIRA DE RODAS” DA ESEF/UFPEL NA VIDA DOS PRATICANTES MARINA DE OLIVEIRA DE MAGALHÃES; RAFAEL PEDERZOLI TEIXEIRA; MARIO RENATO AZEVEDO JUNIOR	68
URBANIZAÇÃO EM ÀREAS DE OCUPAÇÃO INFORMAL: O CASO DA DOM BOSQUINHO, RIO GRANDE-RS MARINA MECABÔ; DENIZE BAUNGARTNER; MICHELI FERRETTI; JOHN KELVIN DOS SANTOS; NIRCE SAFFER MEDEVDOVSKI; ANA LÚCIA COSTA DE OLIVEIRA	72
MEDIAÇÃO: TRANSFORMANDO CONFLITOS EM FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NATALIA ARAUJO DE LIMA; LUCAS FARIAS; BARBARA CANARY PERES; ANGELA TORMA PIETRO	76
A FALA COMO DISPOSITIVO DE RESSIGNIFICAÇÃO DE HISTÓRIAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA TALITA GONÇALVES MONTEIRO; IAGO MARAFINA DE OLIVEIRA; JOSÉ RICARDO KREUTZ	79
O DESENVOLVIMENTO DE UMA ASSESSORIA JURÍDICA TRABALHISTA NA FACULDADE DE DIREITO PARA A COMUNIDADE THIAGO FALSON SANTANA; THAIS GOTUZZO DE MENEZES MEDINA, JOSÉ EDUARDO BOBROWSKI BLASCO, JOSÉ HENRIQUE BOBROWSKI BLASCO, JANE GOMBAR	83
CONHECIDAS DE VISTA: TRAVESTIS E MOVIMENTOS LGBTTTTS VAGNER BARRETO RODRIGUES; LOUISE PRADO ALFONSO	86
LIBERTAS PROGRAMA DE ENFRETAMENTO DA VULNERABILIDADE EM AMBIENTES PRISIONAIS VIVIAN PINHEIRO SCHÖNHOFEN; AMANDA D'ANDREA LOWENHAUPT GUIMARAES; ANA MARIA OLIVEIRA SEVERIANO DE ASSIS; LUIZA RODRIGUES DOS SANTOS; MARIANA LEITUNE COSTA; BRUNO ROTTA ALMEIDA.	90



The background of the page is a repeating pattern of a stylized human rights icon. The icon consists of a circle with a vertical line through the center, and a horizontal line at the top and bottom, forming a shape reminiscent of the United Nations logo. The pattern is light pink and covers the entire page.

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

Cidade e Cidadania: Fortalecimento da participação e intervenção popular na Praça da Amizade, do bairro PAC Anglo, Pelotas-RS.

ADRIEL COSTA¹; JULIANA SCHWINGEL BROILO²; Prof.Dr SIDNEY GONÇALVES VIEIRA³

Universidade Federal de Pelotas 1 – adrielfcosta09@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jubschwingel@gmail.com

³Nome da Instituição do Orientador – Sid_geo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por intuito compartilhar as experiências realizadas no desenvolvimento do programa de extensão Cidade e Cidadania, financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt). Este sendo desenvolvido na Universidade Federal de Pelotas, especificamente administrado no Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR) e sob coordenação do Prof.Dr.Sidney Gonçalves Vieira. O programa começou em Março de 2015 e tem prazo de término para Dezembro de 2016.

O objetivo central do programa é incentivar a participação e organização popular no planejamento urbano. O interesse se localiza em desenvolver autonomia e protagonismo por parte dos moradores. Contudo, aqui, neste trabalho, foco será relatar/compartilhar as (des)venturas adquiridas com a organização popular em entorno da construção da Praça da Amizade, do bairro Pac Anglo, Pelotas-RS.

A fundamentação teórica que embasa a atividade é oriunda de Ascher (2001). Este, destaca a importância da redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais, em que “se faz necessário uma refundação da arquitetura territorial institucional e uma renovação dos modelos de funcionamento da democracia em geral e da democracia local em particular.” (ASCHER, 2001, p. 64). Também se busca o diálogo teórico com a perspectiva autonomista defendida por Cornelius Castoriadis (1975), e no Brasil, por Marcelo Lopes de Souza (2004), que se alinha a uma reapropriação crítica do planejamento urbano e da gestão da cidade como instrumento de justiça social.

Antes da realização de qualquer tipo de intervenção, em parceria com o programa Vizinhança, com Núcleo de Pesquisa e Extensão em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, foi realizado o Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), identificando restrições, deficiências e potencialidades de manutenção das necessidades da população. A partir das demandas apresentadas, planejaram-se as ações diretas. Uma das ações foi a ação coletiva para a construção da praça do bairro.

A construção da Praça da Amizade segue os objetivos delineados pelo programa, baseando-se nas reivindicações por demandas socioespaciais dos moradores do PAC-Anglo. Importante frisar que as ações foram realizadas em conjunto da UFPel e prefeitura com os moradores, sendo uma relação de mútuo apoio, a qual não seria possível sem o trabalho realizado pelos moradores.

2. METODOLOGIA

Com início em uma revisão bibliográfica acerca dos temas do novo urbanismo (ASCHER, 2001) e da questão urbana na perspectiva autonomista

(CASTORIADIS, 1975, 1992), buscou-se fundamentar as questões relacionadas à definição da política urbana, enfatizando a organização e participação popular como fundamentais no exercício do direito à cidade.

O DRUP é uma técnica de investigação e análise das necessidades da população. Baseia-se pela Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) e sido adaptado pelo NAUrb. Que segue as seguintes etapas: divulgação; treinamento para aplicação do diagnóstico nos locais determinados; realização de análise dos resultados e coletados e debate participativo. Para a organização das etapas a serem feitas realizaram-se reuniões quinzenais no NAUrb, com a presença de integrantes do Cidade e Cidadania, associação dos moradores do Pac Anglo e representantes da secretaria de Qualidade Ambiental.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa Cidade e Cidadania foi criado no intuito de dar um suporte técnico aos movimentos populares, porque entende que eles são os detentores originários da política urbana. Parte-se do pressuposto que o planejamento autonomista é possível, com a livre participação das pessoas em seus bairros, o que para isso necessita-se de conhecimento técnico para o exercício da cidadania. Por isso que é apresentada a proposta de incentivar e organizar a participação popular no planejamento urbano. Para ser a área de abrangência do programa foi escolhida a macrorregião administrativa do São Gonçalo. Dentro dessa área foi escolhida as AEIS (Área Especial de Interesse Social - ver na imagem 1), para ser o lugar das efetividades do programa.

Imagem 1: Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS): Locais de Abrangência do Programa Cidade e Cidadania



Um dos primeiros resultados do Cidade e Cidadania foi intervenção feita pelos moradores do Pac Anglo, no bairro da Balsa, na praça da região que foi colocada o nome da praça da Amizade pelos moradores.

O processo de elaboração da intervenção começou com o programa de construção de moradias para a comunidade de baixa renda que ali vivia. No

decorrer da obra, os moradores foram identificando uma falta de um espaço de lazer, para principalmente, seus filhos. As habitações ficaram prontas e foram entregues a população, o espaço de convivência e de lazer foi dado na obra, porém com nenhuma estrutura básica de equipamentos para o usufruto das pessoas.

O Núcleo de Pesquisa e Extensão em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (NAUrb-FAUrb), desde de 2015 vem realizando ações no loteamento Anglo. Desde do início do ano de 2016 vinha ajudando nas reuniões entre a associação dos moradores daquele bairro, por meio do líder comunitário, e Prefeitura Municipal, com a secretaria de Qualidade Ambiental. Nas reuniões o líder comunitária trazia as vontades específicas de estrutura que a população local colocava. O NAUrb (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Arquitetura e Urbanismo) fazia o dialogo técnico, e os integrantes do Cidade e Cidadania colocavam a reflexão da participação popular no processo e da questão de como os moradores estavam interferindo no planejamento urbano, especificamente no planejamento da praça. E a secretaria de Qualidade Ambiental participava principalmente por ter os recursos materiais e financeiros para a implantação da infraestrutura que nas reuniões era decidida.

Após meses de reuniões, foi decidido os equipamentos que iriam ser colocados, na praça, como brinquedos, árvores, bancos, alguns de pallets, quadra de futebol, iluminação e principalmente garantir um bom espaço de área verde no local, como pode ser visto na imagem 2 abaixo. Ficou decidido o dia de inauguração da praça e algumas oficinas que iriam ser realizadas, o Cidade e Cidadania promoveu uma mateada com os moradores para discutir o que era positivo e negativo no local.

Imagem 2: Praça da Amizade Revitalizada



4. CONCLUSÕES

A comunidade mostrou uma série de carências do Estado e o quanto que eles se sentem valorizados em ver, principalmente, a prefeitura trabalhando seu bairro. O loteamento Anglo já tem alguns anos mas somente agora esses

moradores estão conhecendo os equipamentos urbanos básicos que a cidade deve oferecer à todos, como habitação, saneamento básico, lazer, iluminação e pavimentação. Os moradores do Pac Anglo reivindicam por mais melhorias, como o direito à cidadania, querem ter voz na cidade, querem decidir no planejamento da cidade e do seu bairro.

Nesta intervenção que eles realizaram, revitalizando a praça, acredita-se que é um começo de autonomia no seu bairro. Os moradores tiveram grande força processo de planejamento e construção da praça, sem a participação popular não faria sentido o programa Cidade e Cidadania, o NAUrb, ou até mesmo a secretaria de qualidade ambiental, por meio do Estado, fazer a intervenção na praça da comunidade, porque seria um espaço concebido à eles, sem nenhuma identificação com os moradores que dão vida a esse espaço.

Com todo esse processo de reuniões até a revitalização da Praça da Amizade em que a comunidade participou expressivamente, devemos fazer uma crítica ao modo que o Estado não fornece espaço para a participação popular nas decisões das políticas urbanas. O planejamento autonomista é uma forma em que a população seria mais imponderada em participar do planejamento urbano, é um processo longo, qual necessita muita persistência da comunidade, o programa Cidade e Cidadania foi criado para ajudar nessa luta popular.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTORIADIS. Cornelius. **A criação histórica**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.

CASTORIADIS. Cornelius. **L'intuition imaginaire de la société**. Paris: Seuil, 1975.

ASCHER, François. **Los nuevos principios del urbanismo**. Madri; Alianza, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão urbanos**. 3. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Guia prático DRP-Brasília**:MDA/Secretaria da Agricultura Familiar,2006.

OS DESAFIOS JURÍDICOS ENFRENTADOS PELA FEIRA VIRTUAL REDE BEM DA TERRA: COMO ATUAR NAS BRECHAS DA LEI?

ANA CAROLINA CAVALCANTE FERREIRA JULHO¹; ANTONIO CARLOS MARTINS DA CRUZ²

¹Universidade Federal de Pelotas – carol_julho@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – antoniocruz@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

O artigo pretende, a partir da problemática acerca da ausência de um marco legal da economia solidária no direito brasileiro, evidenciar que soluções dentro desse contexto são possíveis para que empreendimentos desse gênero funcionem, sem que sejam considerados fora da legalidade. Para isso, a experiência que se constrói junto ao grupo de consumidores da Feira Virtual Rede Bem da Terra será apresentada como exemplo de potencial solução jurídica.

Assim, através do relato da construção e dificuldades enfrentadas pelo referido grupo de consumidores, demonstra-se como o processo de funcionamento da Feira Virtual se concretiza e, mais do que isso, como ele pode ser um potente exemplo de estímulo ao consumo consciente¹. Por isso, a área de conhecimento abordada será o eixo de “Direitos Humanos e Justiça”.

Dessa forma, a partir dos escritos de SINGER (2000, 2002), CRUZ (2006) e DAGNINO (2005), somada à experiência prática de construção coletiva da futura “Associação de Consumidores Rede Bem da Terra”, objetiva-se relatar outra forma de economia, dentro do sistema jurídico estabelecido.

2. METODOLOGIA

Os instrumentos utilizados para esse fim foram, na construção conjunta da solução com uma comissão de consumidores voluntariados para a tarefa foram: (1) leituras sobre o tema desenvolvido a partir dos autores referenciados e (2) realização de reuniões e discussões junto com a comissão responsável por pensar as soluções jurídicas e contábeis para a Feira (já mencionada). Ou seja, trata-se, sobretudo, de uma metodologia aproximada às chamadas ‘pesquisas participantes’ ou ainda ‘grupos operativos’.

Assim, com encontros semanais, o grupo de trabalho apresentou discussões e problemáticas a partir de leis, decretos e resoluções pertinentes, análises contábeis, bem como o estudo de possíveis impactos para Feira diante da criação de uma Associação de Consumidores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho teve início a partir da demanda prática evidenciada com o dia a dia de funcionamento da Feira Virtual Rede Bem da Terra. Dessa maneira, tendo como marco inicial o ciclo de compras coletivas da primeira semana de dezembro de 2014, primeiramente o grupo era composto por 85 consumidores, divididos em 13 núcleos de consumo. A experiência nasceu da iniciativa de dois núcleos de

¹ Consumo consciente acontece ao ser levado em consideração os impactos provocados pelo consumo, buscando maximizar os positivos e minimizar os negativos de acordo com os princípios da sustentabilidade (CARDOSO & SOUZA, 2013)

extensão das universidades 'Federal de Pelotas' e 'Católica de Pelotas', a saber: Núcleo de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL-UFPel) e Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC-UCPel). O objetivo da Feira era aproximar o processo de comercialização dos grupos de economia solidária da região, dando acesso facilitado aos consumidores conscientes de Pelotas, que tinham dificuldades de realizar compras de acordo com seu perfil de preferências.

Embora seja uma estrutura relativamente complexa em seu dia-a-dia, a ideia da Feira é simples: semanalmente, consumidores organizados em processo de cooperação e autogestão (núcleos e associação dos núcleos) demandam produtos através de uma plataforma de pedidos na internet (desenvolvida especificamente para isto). Os pedidos são feitos individualmente. Os produtores (grupos, associações e cooperativas de economia solidária) são informados das quantidades pedidas e entregam seus produtos à Feira. Os núcleos procedem, então, à separação dos pedidos e à entrega aos consumidores, que fazem o pagamento de seus pedidos individuais. O ciclo se completa com o repasse do pagamento aos grupos de produtores.

Com o passar dos ciclos de compras, a quantia de consumidores cadastrados e ativos foi se expandindo, sendo hoje em dia composto por 150 consumidores divididos em 18 núcleos. Diante desse aumento progressivo de envolvidos, foi-se tornando cada vez mais nítida a necessidade de uma adequação aos termos legais, de modo que o grupo fosse reconhecido e regularizado diante do Estado, sob risco de, caso contrário, ser acusado de sonegação fiscal.

Ocorre que a problemática desponta pelo fato de não haver no direito brasileiro qualquer norma que preveja o funcionamento de grupos como o da Feira Virtual, obrigando os que assim funcionam a buscarem outras alternativas legais para se regularizarem, que não a que realmente são, ou simplesmente permanecerem na irregularidade aos olhos da lei.

Assim, no caso do grupo de consumidores estudado, a solução proposta diante disso foi apresentada através do esforço coletivo dos envolvidos. Dessa maneira, o grupo de consumo, que funciona dentro de moldes autogestionários, em sua 4ª Assembléia Geral, mais conhecida como "Encontrão de Consumidores", levantou a pauta relativa a possíveis saídas legais que abarcassem o processo vivenciado. Obviamente, essa dinâmica funciona seguindo um dos princípios essenciais, como suscita Singer (2002), para que haja democracia na cooperativa/grupo/empreendimento e, portanto, autogestão: o conhecido "um voto por cabeça". Esse foi o momento escolhido para deliberação dessas questões.

Composto por sete integrantes-consumidores, as reuniões do grupo de trabalho referido passaram a ocorrer semanalmente, com intuito de trazer à baila todas as dúvidas e discussões sobre as normas relativas ao assunto. Após cerca de quatro (4) meses do início dos encontros, notou-se que todas as vezes que eram encontradas potenciais soluções para o caso, elas sempre eram paliativas e ineficazes, provocando a incidência de impostos sobre um lucro que não existia faticamente. É que a lei, construída num contexto de economia capitalista não consegue traduzir uma atividade econômica de intercâmbio sem que ela tenha objetivos lucrativos.

Ocorre que a Feira Virtual se baseia em um processo de comércio justo e solidário, muito diferente daquele experimentado pelo senso comum. Assim, sempre que uma possível solução era sugerida, após estudada, era descartada e a comissão retornava ao ponto de partida dos estudos, sem que nenhum

progresso fosse feito. Foi aí, então, que o coletivo percebeu algo muito importante e, mais ainda, um ponto essencial àqueles que trabalham com a economia solidária: saber atuar nas ‘brechas legais’. Para Cruz (2006), a economia solidária pretende, ainda que de maneira difusa e incompleta, apresentar-se como uma parte de um novo projeto societário. Daí o estranhamento do direito vigente frente a experiências deste tipo.

Por essa razão é importante referir que não é porque aquilo não é reconhecido pela lei, *in verbis*, que seja ilegal. Mas sim que o legislador não se deteu na tradução deste contexto. Assim, percebeu-se a necessidade de assumir o risco de, em havendo qualquer questionamento sobre o processo de funcionamento da Feira e sua adequação à lei, ingressar-se pelas vias judiciais a fim de buscar uma decisão que abra precedentes também aos outros grupos que funcionam dessa forma, sendo que existem hoje, no Brasil, 25 grupos de consumo responsável similares à Feira Virtual Bem da Terra.

A solução encontrada foi descrever o processo na forma em que o mesmo mais se aproximava, sendo esta na forma jurídica de “associação”. Assim, não havendo qualquer fim lucrativo em todas as etapas perpassadas, somado ao fato de tratar-se de uma organização de pessoas com o objetivo comum de praticar o consumo consciente e estimular a economia solidária entre os produtores e consumidores, considerou-se tratar de uma “associação com fim educacional”.

Nesses moldes, a partir daí, livrar-se-ia o grupo de arcar com um ônus o qual não lhe deveria caber, se houvesse previsão legal sobre os empreendimentos de economia solidária e os grupos de consumo consciente, que é a taxa de imposto. É que, em inexistindo lucro de um “atravessador” (intermediário), tendo em vista que este não integra essa relação, não haveria sentido incidir tal imposto sobre a circulação do produto, uma vez que o produtor já arca com a taxa que lhe cabe, devendo ser recolhido pelo produtor que o comercializa. De outra maneira, os próprios consumidores teriam que arcar com esse valor, indevidamente. Por isso, a adequação à forma de “associação com fim educacional” foi a mais adequada, a contar a recente normativa de 2009, a Lei nº 12.101 (BRASIL, 2009).

A grande diferença que torna densa essa distinção legal frente a uma realidade de funcionamento totalmente diversa daquela esperada no nosso sistema econômico, segundo Singer (2000), é que a economia solidária casa com o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios. Por isso, estranha à concepção convencional, que não entende a inexistência de um atravessador desinteressado de ganhos financeiros (o coletivo autogerido de consumidores), participando neste processo descrito. Hoje, o grupo de trabalho responsável por pensar as alternativas ao processo continua se reunindo, tendo, por hora, um pré estatuto social, que aguarda para ser apreciado em Assembléia Geral deliberativa, ou “Encontro de Consumidores” que será realizado no final do mês de agosto.

4. CONCLUSÕES

Assim, nota-se com esse trabalho que outras formas de pensar e fazer economia são possíveis, mesmo dentro de um sistema legal capitalista. E, sobretudo, destaca-se que os avanços descritos com esse relato de experiência da Feira Virtual servem de exemplo para os outros grupos que, em optando por seguirem a forma de empreendimento de economia solidária, acabam na

informalidade por falta de alternativas. Dessa maneira, entende-se que tais grupos que assim se configuram devem buscar alternativas dentro das possibilidades dadas, evitando futuras represálias legais, na medida em que a proporção do processo aumenta. No caso específico da Associação de Consumidores Rede Bem da Terra, a melhor saída foi, sem dúvida, adequá-la a uma associação com fim educacional.

Por isso, diante da não incidência de impostos sobre a distribuição dos produtos entre os associados, o grupo não perdeu sua identidade, do ponto de vista externo, de fomentador da economia solidária e do consumo consciente.

Além disso, preserva sua forma de funcionamento que dispensa a intervenção de um atravessador, possibilitando ao produtor que trabalha dessa maneira receber integralmente os valores de seus produtos, muito diferente do que aconteceria se vendesse para um supermercado, por exemplo.

Portanto, nota-se ao longo de todo esse estudo que, mesmo que pouco disseminada, essa relação de consumo solidário é cada vez mais necessária nesse processo de desconstrução de um sistema rigidamente instituído. Ainda, vale referir que o maior benefício da Feira Virtual, exemplo de troca solidária estudada, é ela ampliar a economia solidária na região. Mais importante ainda, dissemina uma relação de consumo que visa como principal interesse a vida, não o lucro, em que a principal relação não é entre dinheiro e mercadoria, mas sim entre pessoas. Por isso, a Feira Virtual é um potente disseminador dessa nova concepção de consumo. Ampliando o número de consumidores conscientes, de produtores solidários e, mais do que isso, com os avanços nos termos de sua regularização legal, o projeto tem grande capacidade de contribuição para outros grupos que hoje permanecem na ilegalidade. Todos os fatores descritos ao longo do presente artigo nos fazem entender que o processo vivenciado dentro da Feira Virtual Rede Bem da Terra nos permite continuar a construção de um outro tipo de economia, cujo objetivo são as pessoas, e não o dinheiro.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

CRUZ, A.C.M. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006.** Tese (Doutorado em economia aplicada) – Curso de Pós-graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas.

DAGNINO, R. A Tecnologia Social e seus desafios. In: LASSANCE Jr, A. et. al. **Tecnologia Social – uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Cap.10, p.187-209.

SINGER, P & SOUZA, A.R. **A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

CARDOSO, B. SOUZA, A. **Consumo consciente e sua influência no comportamento do consumidor: uma análise da recente publicação científica do Brasil.** Artigo publicado nos anais do evento IV CODS. Volta Redonda, 2013.

OS PESCADORES DO PASSO DOS NEGROS – ANTROPOLOGIA, ARQUEOLOGIA E POLÍTICA

ANDRÉ DAL BOSCO CARLETTO¹; ISIS KARINAE SUÁREZ PEREIRA ²;
GUSTAVO FIORINI MARQUES³; LOUISE PRADO ALFONSO⁴

¹UFPEL– andrecarletto.arqueologia@gmail.com

²UFPEL– isiskspereira94@gmail.com;

³UFPEL– gustavo.fiorini_@outlook.com

⁴UFPEL– louise_alfonso@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho integra o projeto *Narrativas do Passo Dos Negros: exercício e etnografia coletiva para antropólogos/as em formação*, hoje projeto de extensão, mas desenvolvido desde 2014 no âmbito do projeto de pós doutorado *Um olhar sobre o passado e o presente do negro em Pelotas: possibilidades de inclusão da comunidade no discurso e na prática arqueológica*. O projeto de extensão é desenvolvido pela prática da etnografia coletiva, propondo diálogo interdisciplinar, principalmente entre Antropologia e Arqueologia, mas também Psicologia, História, Geografia e Letras. A pesquisa e as atividades de extensão se desenvolvem numa região chamada de Passo dos Negros, próximo ao bairro Navegantes, na beira do canal São Gonçalo. O grupo que apresentaremos neste trabalho são os pescadores. Pretendemos, a partir de problemáticas levantadas em campo, debater temas como cidadania, políticas de pesca e demanda territorial.

Acreditamos numa ciência engajada politicamente com os grupos sociais estudados. Sendo assim, vemos que as pesquisas de extensão possibilitam o diálogo com as comunidades invisibilizadas no meio acadêmico e a possibilidade de promover protagonismo de agentes sociais que se encontram em diferentes processos de exclusão. Tornando, dessa maneira, os saberes dos “outros”, considerados não científicos, legítimos perante a universidade (CARVALHO, 2004).

O pensamento moderno criou divisões de pensamento binárias e quase sempre opostas. Como exemplo, ressaltamos a ciência como uma ferramenta diferente da política (LATOURET, 1994), pois superar dicotomias modernas é um desafio para os cientistas contemporâneos. Se antes a ciência era influenciada pela sociedade, hoje (por pautarmos nossa sociedade pela ciência) mudar a ciência implica numa mudança social (SANTOS, 2010). Pois, como relata Latour e Woolgar, a ciência apesar de tentar, não está a par da sociedade (1997).

Considerando os debates anteriormente citados, compreendemos que os discursos oficiais do Estado e da ciência contradizem as realidades dos grupos sociais vulneráveis. Por tudo isto, o nosso trabalho surge como uma contra-proposta do discurso oficial, considerando estes grupos em processo de exclusão, tais como os pescadores, como agentes sociais. O nosso esforço funciona a partir de um trabalho colaborativo, com a ideia de criar novos discursos que possam ser usados como formas de empoderamento dessa comunidade.

2. METODOLOGIA

Este trabalho é pensado como uma proposta de diálogo interdisciplinar entre Antropologia e Arqueologia - como proposto pelo curso de Antropologia da UFPel. São áreas afins por pensarem em abordagens holísticas da cultura, como Franz Boas propunha (SYMANSKI, 2014). A Arqueologia dialoga com a Antropologia e a etnografia de diferentes formas no decorrer do tempo. A proposta de participação política e engajamento social da Arqueologia, comumente chamada de Arqueologia Pública vêm sendo citada como uma forma de Antropologia Aplicada (BEZERRA, 2011).

Roberto Cardoso de Oliveira descreve o trabalho do antropólogo na prática de olhar, ouvir e escrever, pensando nestas três etapas enquanto atos cognitivos do campo e como atos disciplinados do pesquisador (1994). Enquanto antropólogos em formação, estamos sendo disciplinados nessas práticas, sendo o projeto de extensão um modo de colocar em prática esses atos. Para Oliveira, a empreitada antropológica é solitária, diferenciando-se da nossa realidade.

A etnografia coletiva configura-se como um método de ensino, usado em diversos cursos de graduação na área. Por ser uma área de formação recente no Brasil, ainda não existem discussões sobre este novo fazer antropológico, mas como mencionado por Mariza Peirano (2014) a etnografia se renova no seu fazer e este fazer configura não apenas a ida a campo e escrita, mas também pela construção prévia do conhecimento, com leituras etnográficas que apresentam a teoria antropológica. Somam-se a isto os dados encontrados em campo que conversam com a teoria e na escrita constroem a antropologia. Por estas razões Peirano considera que a etnografia não é apenas um método.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo específico inicial não era trabalhar com os pescadores, mas a pesquisa etnográfica ampliou-se de tal modo que não foi possível desconsiderar a participação deles. Desde as primeiras idas a campo, os pescadores demonstraram interesse em conversar com o grupo, saíam das suas casas, se juntavam nas conversas com outras pessoas, nos convidavam para conhecer seus barcos e um pouco de suas histórias de vida. Possibilitando um acesso fácil, algo custoso nas pesquisas etnográficas. Assim, como muitos outros moradores da região, acreditavam que éramos agentes do Estado, tornando o discurso deles dirigido.

A conversa com os pescadores se iniciou por morarem na beira do canal, próximo ao antigo engenho. Apesar de serem moradores de poucas décadas do espaço, de terem vindo de outros lugares, das suas famílias não terem relação com o engenho, os pescadores tinham as suas narrativas sobre o lugar, criando uma trajetória do Passo com o resto da cidade, local de onde vinham. A relação que eles têm com a água é muito forte, pois vieram para a região apenas com o barco, com o intuito de pescar, mas suas casas e famílias ficavam em outras regiões distantes da cidade de Pelotas.

Relataram-nos como estava difícil a situação da pesca, a falta de peixe e a água poluída dificulta a vida e a sobrevivência destes enquanto pescadores. Além disso, criticavam as políticas de pesca que pouco são úteis para eles, tendo em vista a ausência de políticas regionais que dialogariam mais com o contexto e as dificuldades do grupo. O auxílio que recebiam não era suficiente para sustentar a família, além de ser de difícil acesso, por terem que ir até Rio Grande buscar o benefício, por exemplo, as cestas básicas, tornando-se inviável pois muitos não

possuem condições financeiras de realizar a viagem até o município vizinho. Atualmente tal quadro encontra-se ainda mais instável, tendo em vista a extinção do Ministério da Pesca e as atribuições deste terem sido incorporadas ao Ministério da Agricultura.

Pensar cidadania na Antropologia implica em trabalhar o acesso aos direitos e deveres a partir do ponto de vista do “outro”. Cidadania é um conceito jurídico-político, “o direito de ter direitos” (DAGNINO, 1994). Com a Antropologia, o conceito ganha especificidades de grupos, percebe-se os direitos a partir do beneficiado (ou não), criando a possibilidade de antropólogos desenvolverem pesquisas que problematizem o acesso à direitos e transformarem os seus textos em ferramentas que auxiliem intervenções institucionais pensando na inclusão de grupos subordinados da sociedade.

As famílias de pescadores nos relataram a preocupação de serem desapropriadas da margem do São Gonçalo, onde alguns deles estão instalados há mais de 20 anos. Por essa constante ameaça, não reformam as suas casas e utilizam como principal material construtivo a madeira, que é mais acessível, mais barata e pode ser reutilizada caso tenham que sair do lugar que habitam. O lugar não é apenas onde desenvolvem a pesca, mas também onde foram criadas redes de famílias e relações de vizinhança (BOTH, 1976). Caso sejam desapropriados, essas redes correm o risco de desagregarem-se, desestruturarem-se e desaparecerem enquanto unidade social (CARVALHO & WEIMER, 2003).

4. CONCLUSÕES

A pesquisa desenvolvida permite problematizar o exercício da cidadania dos grupos estudados e a participação de antropólogos em assuntos institucionais. Este é um projeto de extensão que permite pensar em uma flexibilização do ensino gerando resultados positivos, para a universidade, para o aluno e para a comunidade, demonstrando que é possível que a ciência esteja engajada de/para a sociedade. O projeto *Narrativas do Passo Dos Negros: exercício e etnografia coletiva para antropólogos/as em formação* mais do que ensinar a fazer etnografia, ensina a fazer política simetricamente. Nesse sentido, compreendemos também que os projetos de extensão são muito importantes dentro do curso de Antropologia, por permitir um ensino e uma relação maior com as pessoas de fora da universidade.

A questão não é pensar qual ciência estamos fazendo, mas sim para quem e para quê nossas pesquisas servem. O projeto de extensão nos fez pensar que enquanto pesquisadores, temos deveres para e com a sociedade. Nossas pesquisas não devem responder apenas expectativas acadêmicas, mas também responder às demandas gerais ou pontuais das comunidades, considerando seus diferentes aspectos e seus diferentes modos de fazer política e cidadania. Este processo demonstra que a dicotomia entre ciência e política pode ser repensada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, M. As Moedas dos Índios: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, p. 57-70, 2011.

BOTH, E. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

- CARVALHO, J. J. A prática da extensão como resistência ao eurocentrismo, ao racismo e à mercantilização da universidade. **Série Antropologia**. Brasília, v.1, n.363, p 1-23, 2004.
- CARVALHO, A. P. C. de; WEIMER, R. Parâmetros para intervenções do Poder Público. **Relatório Técnico: Família Silva: resistência negra no bairro Três Figueiras**, Porto Alegre, 2003.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E org. **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. Brasília: Ed. Brasiliense, 1994.
- LATOUR. B. **Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LATOUR, B., WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção do conhecimento científico**. Rio de Janeiro: Relumê Dumara, 1997.
- OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do Antropólogo**. UNESP, 2000.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos** Porto Alegre, v. 20, p. 377-391, 2014.
- SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as Ciências**. 7ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2010 [1987].
- SYMANSKI, L. C. Arqueologia – Antropologia ou História? Origens e tendências de um debate epistemológico. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 10-39, 2014.

CURSO DE TÉCNICAS HISTOLÓGICAS EM LIBRAS: NOVOS RUMOS

ANELISE DA SILVA NUNES¹; MARIA GABRIELA T. RHEINGANTZ²; LAURA BEATRIZ O. DE OLIVEIRA³; ANDERSON F. RODRIGUES⁴; LILIANE P. MACHADO⁵; ROSANGELA FERREIRA RODRIGUES⁶.

¹ Faculdade Anhaguera – anelisenunes@bol.com.br

² Universidade Federal de Pelotas

³ Universidade Federal de Pelotas

⁴ Instituto Federal Sul-Rio-Grandense de Pelotas

⁵ Faculdade Anhaguera

⁶ Universidade Federal de Pelotas – rosangelaferreirarodrigues@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os cerca de 9,8 milhões de brasileiros com surdez ou deficiência auditiva (IBGE, 2010) enfrentam diariamente o desafio de interagirem com as pessoas não surdas, muitas vezes até mesmo os seus próprios familiares (SANTANA, 2007). Essa situação determinou que por muitos anos os surdos fossem privados da alfabetização e da instrução, sendo vistos como incapazes de aprender a ler e a escrever e realizando trabalhos que não exigiam qualificação. Mas com o tempo verificou-se que a grande barreira da comunicação, em alguns casos, poderia ser responsável por atraso no desenvolvimento cognitivo, mas não por distúrbio intelectual (KOJIMA E SEGALA, 2008). Portanto, os surdos poderiam ser inseridos na sociedade se a linguagem oral fosse substituída pela escrita ou outra forma de expressão. O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – através da lei 10.436/02 auxiliou no processo de inserção, pois possibilitou o desenvolvimento linguístico, social e intelectual de quem a utiliza, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural e científico, bem como sua integração social. Outra lei que colaborou para o processo de inserção dos surdos na sociedade foi a Lei nº 8.213, Art. 93, 1991, que colaborou para aumentar as cotas para inclusão dos deficientes no mercado de trabalho. Entretanto, apesar de todo o esforço por parte das legislações para propiciar a inclusão, ainda ocorrem ações excludentes, através de atitudes preconceituosas, medidas segregatórias e relações baseadas somente na tolerância (BATISTA, 2004). Não basta, portanto, a criação de leis para a inclusão e integração das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. É necessário o desenvolvimento de políticas públicas eficazes para trazer suas habilidades ao conhecimento de todos, e fazer com que esse reconhecimento promova a aceitação e efetiva contratação desse público, de forma plena e natural. Por isso, o objetivo do curso foi realizar a capacitação de pessoas surdas, através de um curso de técnicas histológicas, com materiais e recursos humanos apropriados para sua inserção no mercado de trabalho.

2. METODOLOGIA

O curso foi executado em 2014, com nove (9) alunos do ensino médio do Colégio Municipal Pelotense e em 2015, com (4) alunos da 8º série da escola Especial Alfredo DUB, um (1) aluno do ensino médio da Escola Assis Brasil e cinco (5) do Colégio Municipal Pelotense. Em ambos os cursos os alunos receberam

capacitação em técnicas histológicas, sendo que no curso de 2015 as atividades foram ampliadas para técnicas de Imunohistoquímica e limpeza e esterilização de materiais de laboratório. As atividades do curso executado em 2015 foram prorrogadas para 2016 e consistem, basicamente, em aulas práticas, que ocorrem com o auxílio de monitoras ouvintes dos cursos de Farmácia e Enfermagem, intérpretes e monitoras surdas egressas do ano anterior. As aulas, tanto no ano de 2014 como em 2015, foram ministradas com o apoio do manual e software desenvolvidos para auxiliar no entendimento. Periodicamente os alunos também receberam explicações teóricas sobre histologia dos tecidos e sistemas do organismo, através de recursos visuais que facilitaram o entendimento e induziram a participação. As avaliações foram realizadas gradativamente, conforme o avanço do processo, através da avaliação do banco de dados do software, jogos interativos e questionamentos sobre passos relacionados à execução das técnicas.

Para inserção no mercado de trabalho, foram realizados contatos de membros da equipe executora com laboratórios de patologia, laboratórios de análises clínicas e farmácias.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De forma semelhante ao que ocorreu na primeira turma, os alunos da segunda turma demonstraram facilidade em aprender as técnicas, confirmando que a falta de audição pode ser compensada pela interação com o sentido visual. As atividades (Fig. 1a) foram realizadas sem nenhuma restrição justificada pela falta de audição, demonstrando que os alunos surdos podem aprender atividades complexas, desde que estas sejam repassadas de forma clara e objetiva. As avaliações relacionadas ao entendimento do processo e execução foram realizadas individualmente, à medida que realizaram os passos das técnicas. Nosso objetivo inicial, ao elaborarmos o projeto, foi somente de propiciar o curso. Entretanto, no transcorrer do processo, foi percebida a necessidade de promover suporte também para a inserção no mercado de trabalho, e o projeto tomou um novo rumo. O contato com laboratórios de patologia, laboratórios de análises clínicas e farmácias passou a fazer parte das metas do projeto, com o intuito de derrubar barreiras e propiciar a abertura de portas para inserção dessa comunidade no mercado. A divulgação do curso no Jornal da Cidade propiciou contato com uma assistente social, que passou a fazer parte do projeto e continua auxiliando na inserção dos alunos em vários setores do mercado.

Dos nove (9) alunos que terminaram o curso em 2014, sete (7) foram direcionados para estágio em alguma atividade, determinando um percentual de 78% de alunos inseridos. Dos dez (10) alunos que iniciaram o curso em 2015, um (1) foi inserido como funcionário em uma Farmácia e cinco (5) foram direcionados para curso com bolsa e perspectiva de emprego. Um dos alunos, que confidenciou ter o sonho de atuar no ramo da moda, recebeu uma bolsa para um curso de manequim, após contato da equipe com um dos mais conceituados profissionais da cidade. Portanto, em 2015, mesmo com o projeto ainda em andamento, conseguimos direcionar 70% dos alunos para o mercado. Essas novas possibilidades foram contempladas porque existem poucos laboratórios de Patologia em Pelotas, e a crise que assola o país impossibilita aumento no quadro de funcionários. O processo de aprendizagem das técnicas, mesmo para aqueles que são inseridos em outros setores, tem servido para desenvolverem segurança,

autonomia, elevação da autoestima e a certeza de que são capazes de trabalhar em equipe com ouvintes e vencer a barreira da comunicação. O aluno inserido para estágio no Centro de Anatomia Patológica - CAP (Fig.1b) e o aluno inserido na farmácia (Fig.1c) confirmam a declaração de VIANA (2010) sobre a importância da solidariedade da equipe para que ocorra a real integração social. Em ambos os casos, foi necessário que a intérprete fizesse somente o contato inicial, após o grupo de trabalho encontrou uma maneira de realizar a comunicação através de mensagens escritas pelo celular ou computador e os alunos estão perfeitamente integrados, aprendendo várias atividades e com relatos positivos da equipe. Qualquer dificuldade que por ventura tenham é compensada pelo comprometimento, determinação e qualidade na execução das atividades, conforme declaração da proprietária do laboratório de patologia no qual um dos alunos está inserido. O aluno que recebeu a bolsa para o curso de manequim, realizou seu desfile de formatura com sucesso (Fig 1d) e recebeu a oportunidade de cursar a etapa profissionalizante, devido ao empenho e habilidade demonstrada. Conhecer a realidade dessa comunidade de alunos surdos, sua dedicação, empenho e perseverança, sensibilizou membros da equipe executora, a ponto de se empenharem em realizar cursos na língua de sinais e em promover auxílio para que a escola especial Alfredo DUB possa continuar fornecendo o suporte que necessitam.

Perante esses resultados, passamos a utilizar o projeto como um canal para que essa comunidade, com habilidades diversas, encontre voz para colocar seus anseios, sonhos e perspectivas e possa continuar surpreendendo a todos com sua extrema capacidade de superação.



Figura 1. a) Aulas práticas; b) Estágio CAP; c) Aluno e equipe da Farmácia; d) Desfile aluno surdo.

4. CONCLUSÕES

O curso contribuiu para a inserção do primeiro funcionário surdo em um laboratório de patologia na cidade de Pelotas e para a formação do primeiro modelo masculino surdo na cidade. Possibilitou também a canalização de um aluno para uma empresa multinacional, na qual está fazendo progresso e cursos de capacitação e superação e elevação da auto-estima, ministrados por outro aluno que venceu a barreira do preconceito e exclusão. Ficou evidenciado dessa forma que, quando a sociedade não utiliza as restrições como impedimento para as habilidades individuais aflorarem, os deficientes auditivos conseguem destaque e condições de demonstrar sua contribuição para a construção de uma sociedade produtiva, com relações mais justas.

Agradecimento: Ao apoio financeiro do PROEXT – MEC/SESu

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, C. A. M. **Inclusão: construção na diversidade**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2004.

BRASIL, Constituição da República Federativa de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 09/05/2013.

_____. Lei Federal nº10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL, **Planos de Benefícios da Previdência Social**. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm Acesso em: 16/07/2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 03 Mar. 2013.

KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. **Libras – Língua Brasileira de Sinais - A Imagem do Pensamento**. Volume 1. São Paulo. Editora Escala, 2008.

SANTANA, A. P. **Surdez e Linguagem**. São Paulo: Plexus, 2007.

VIANA, A. S. **A Inserção dos Surdos no Mercado de Trabalho: Políticas Públicas, Práticas Organizacionais e Realidades Subjetivas**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www2.unigranrio.br/pos/stricto/mest-adm/pdf/dissertacoes/dissertacao-alvanei-dossantos-viana.pdf> Acesso em: 16/07/2014.

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: PROJETO DE VIDA DIANTE DO CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

BÁRBARA CANARY PERES¹; NATÁLIA LIMA²; TATIANE FREITAS CORREA³;
IZABELLA KAIFER⁴, ANGELA TORMA PIETRC⁵

¹ Faculdade Anhanguera do Rio Grande – babicanary@yahoo.com.br

² Faculdade Anhanguera do Rio Grande – natalialima15@hotmail.com

³ Faculdade Anhanguera do Rio Grande – tatiane.cfreitas@yahoo.com

⁴ Faculdade Anhanguera do Rio Grande – izabellakaifer@hotmail.com

⁵ Faculdade Anhanguera do Rio Grande – angela.torma@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Ser adolescente é viver um momento de grande transformação na vida de todo indivíduo. Podemos dizer que as causas de envolvimento do adolescente com o mundo do crime são múltiplas e não podem ser vistas de forma isolada, assim as dificuldades familiares muitas vezes associadas a uma desorganização familiar, as amizades e as diferentes experiências vividas podem fazer desta fase um momento de conflito ainda maior e mais grave, repercutindo em responsabilizações e necessidades urgentes de mudança. É neste momento que o adolescente precisa ser protegido dele mesmo, conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente e como forma de responsabilização cumprir uma medida socioeducativa.

Na percepção de Gallo; Williams (2016) os fatores de risco que levam o adolescente ao envolvimento com um ato infracional não podem ser vistos de forma isolada, mas em contexto e de acordo com o desenvolvimento de cada indivíduo.

O presente estudo integra uma das ações do projeto de pesquisa e extensão “Direito e Cidadania”, tendo como objetivo desenvolver um trabalho de intervenção com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas junto ao Centro de Referência em Assistência Social (CREAS). Visando um (re)pensar sobre o futuro e a mudança de vida com o cumprimento da medida. A partir de dinâmicas são problematizados as situações vivenciadas visando construir uma nova realidade social, através do estudo, trabalho, dedicação pessoal e transformação da realidade que vivem hoje em um amanhã mais justo e digno para si e suas famílias.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada preza por um método qualitativo utilizando os seguintes instrumentos metodológicos: reuniões sistemáticas com a equipe de trabalho que conta com acadêmicos e professores do Curso de Direito da Faculdade Anhanguera do Rio Grande; Inserção Ecológica (CECCONELLO; KOLLER, 2004); realização de encontros semanais com os grupos de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas junto ao Centro de Referência em Assistência Social (CREAS) do Município do Rio Grande; utilizando-se de conversas informais, dinâmicas, recursos didáticos visuais, etc.

Os encontros dialógicos com os adolescentes abordam os seguintes temas: medida socioeducativa, projeto de vida, profissão, família, direitos e deveres. As

atividades tiveram início no mês de abril do corrente e serão realizadas até novembro do corrente ano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trata-se de um projeto de extensão permanente do Núcleo de Direitos Humanos da Faculdade Anhanguera do Rio Grande que até o presente tem realizado ações com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas junto ao Centro de Referência em Assistência Social (CREAS).

Foram realizados encontros semanais com estes adolescentes e até o momento percebe-se uma significativa troca de aprendizagem entre os acadêmicos do Curso de Direito e os adolescentes que participaram das atividades realizadas.

Os dados coletados até então denotam uma baixa autoestima e uma resistência ao retorno ao ambiente escolar. A maioria está afastada da escola há muito tempo e com baixa escolaridade.

Um dado importante é o envolvimento dos mesmos com o uso e o abuso de drogas lícitas e ilícitas, principalmente o cigarro e a maconha que não são vistas como “drogas”, seja prejudiciais à saúde.

Relatam aspectos positivos em relação a amizade e a família como porto seguro. Mesmo que em alguns momentos tenha havido um pouco de receio destes jovens em se expor e falar de suas situações, consideramos todo o avanço adquirido muito válido e motivador para a continuidade do projeto.

4. CONCLUSÕES

O presente trabalho se faz necessário para contribuir com estudos sobre a temática, tendo a importância de se dar mais atenção a estes indivíduos que são estigmatizados pela sociedade e que podemos dizer: são fruto dela mesma.

Não temos dúvida que a efetividade da medida socioeducativa que prima pela ressocialização de jovens em conflito com a lei necessita de mais políticas públicas por parte do Estado, que deve ver estes jovens como grupo prioritário por estarem em conflito com a lei e por assim dizer não virem a reincidir no erro.

A importância de promover a mudança de atitude destes jovens que hoje se encontram cumprindo medidas socioeducativas é urgente, para que consigam exercer a cidadania de forma consciente e principalmente com a certeza de que sempre existe uma segunda chance e que esta mudança é possível.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em junho de 2016.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In:

KOLLER. S. H. (org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*. Vol. 7, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872005000100007. Acesso em junho de 2016.

**SOCIOEDUCAÇÃO (EN) CENA:
AGENCIAMENTOS ENTRE PSICOLOGIA SOCIAL E TEATRO**
**BIBIANA VELASQUES MOROSSINO¹; CIBELE DA SILVA FERNANDES²; ÉDIO
RANIÈRE³**

¹Universidade Federal de Pelotas – bibianavelasques@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – cibeletrabalhos@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – edioraniere@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos desenvolvimento do Projeto de Extensão Socioeducação (en)cena: Agenciamentos entre Psicologia Social e Teatro. O projeto teve início em 2015, estando, portanto, em seu segundo ano de realização, e foi disparado pela seguinte questão: em que medida a vontade correcional – que hora localizamos na PEC 171/93 - já está presente no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – e mesmo no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA? Em que medida esta vontade correcional estaria criando condições de possibilidade para esta estranhíssima proposta de redução de maioridade penal, ou seja, em que medida o SINASE e o própria ECA, fortaleceram a utopia correcional a tal ponto que chegássemos a uma proposta de emenda constitucional onde o conceito central de responsabilidade é confundido com responsabilização do indivíduo. Onde o grande sonho da utopia correcional que é de corrigir no indivíduo um problema eminentemente social ganha a dimensão de uma emenda constitucional? Dando resposta ao que acreditamos se tratar de um grave retrocesso histórico o projeto busca acolher, através do agenciamento entre o teatro e psicologia social, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Aprendemos com a Psicologia Social que devido constituição social que nos forja torna-se inviável remeter os atos de um sujeito a uma vontade que preceda sua existência no mundo. Fundamental, seria compreender se esta obsessão pela responsabilização juvenil está contribuindo verdadeiramente para que adolescentes em conflito com a lei responsabilizem-se por seus atos ou se num nível mais profundo nada consiga realizar além de paralisar a responsabilidade numa ética deontológica. A partir destas inquietações encontramos nas Artes, específico no Teatro, uma tecnologia, a qual acreditamos criar condições de possibilidade para invenção de novos territórios existenciais. O que estamos desenvolvendo, portanto, mais do que uma análise conceitual sobre as medidas socioeducativas, é um conjunto de ações práticas onde se buscam por dispositivos, no sentido de colaborar com a abertura de novos territórios existenciais – processos de subjetivação – capazes de acolher adolescentes em conflito com a lei. O projeto busca, dessa forma, problematizar a vontade correcional ao trabalhar com adolescentes em conflito com a lei através de uma lógica não correcional. O que pode o teatro diante da utopia correcional? Que sentidos pode oferecer o teatro a uma perspectiva inventiva de si e de mundos? Haveria no teatro uma potência grupal aberta aos processos de criação destes adolescentes? Estes adolescentes poderiam usar o teatro como território para invenção, produção, e criação de si e de mundos?

Eu acredito que o fazer teatro em si enquanto praxis seja já um processo pedagógico. Não é necessário buscar a pedagogia no teatro. O teatro é essencialmente uma colaboração, não somente no teatro de grupos mas também no teatro institucionalizado. É uma prática social por excelência e, portanto, possui valor educativo para a sociedade, para o

comportamento, para a igualdade dos participantes de uma encenação. (LEHMANN, 2003, pag.238)

Trata-se de utilizar o teatro como matéria prima para construção de pontes, elos, agenciamentos, conexões à novos territórios existenciais. Pois “grande, no homem, é ele ser uma ponte e não um objetivo: o que pode ser amado, no homem, é ser ele uma passagem e um declínio”. (NIETZSCHE 2011 p. 13).

2. METODOLOGIA

Cinco etapas formam o método de trabalho executado.

1) Seleção das Bolsistas.

2) Elaboração do programa de oficinas.

Após a seleção das bolsistas realizamos alguns encontros para organização do calendário de atividades. Estas atividades foram planejadas de acordo com a proposta do projeto com base em atividades artísticas. Foi elaborada também a programação visual pensada para ser o rosto do projeto e a criação de uma página virtual. Outro fator que ficou acordado foi elaborar um vídeo com o memorial de atividades mostrando o trabalho em processo. Para elaboração do programa criamos as *oficinas laboratórios*, essas acabaram oportunizando ao grupo um contato e aprendizagem com algumas técnicas e dinâmicas em Teatro, Artes Plásticas entre outras áreas, para que então este grupo pudesse escolher de maneira coerente e adequada as atividades que se destacaram e propor nas etapas seguintes quando seriam acolhidos os adolescentes em conflito com a lei.

3) Seleção dos Extensionistas.

Com a elaboração do calendário, abrimos o convite, via redes sociais para seleção dos extensionistas: alunos da graduação e pós-graduação da UFPEL, bem como comunidade em geral. Após realização da oficina de seleção passaram a integrar o projeto quinze novos membros. Estes integrantes vinham da comunidade pelotense, bem como de diversos cursos da UFPEL: Teatro, Psicologia, História, Ciências Sociais, Cinema e Animação, etc.

4) Apresentação do Projeto à Rede Socioeducativa de Pelotas

Nesta etapa apresentamos o projeto às redes socioeducativas de Pelotas. Apresentação que iniciou uma parceria com o Centro de Atendimento Socioeducativas – CASE; com o Programa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à comunidade (PSC); e com o Centro de Atendimento em Semiliberdade (CASEMI); com o Juizado da Infância e da Juventude e com a Promotoria da Infância e Juventude de Pelotas.

5) Execução do programa:

Oficina de Sócioeducação; Oficina de Educação Libertária; *Introdução a Palhaçaria*; *Oficina de Confecção de Máscara*; *Oficina “Iniciação ao Street Dance*. Oficinas Circenses *“Manipulação de Objetos”* e *“Perna de Pau”*. Oficinas de Teatro *“Introdução a Linguagem Teatral”* e *“Pré expressividade: Estado de Jogo”*.

6) Acolhimento dos adolescentes em conflito com a lei.

Este programa com sete *oficinas laboratório* produziu um grupo preparado para receber/acolher estes adolescentes. Após a realização das cinco etapas previstas iniciamos o acolhimento dos adolescentes em conflito com a lei. Nesta última

etapa oferecemos três oficinas, sendo cada uma delas em parceria com uma instituição diferente. A primeira oficina foi oferecida para os adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo de Pelotas (CASE/Pelotas); a segunda aos adolescentes que cumprem medidas na semiliberdade no CASEMI/Pelotas. Ambos os encontros tiveram como dispositivo as artes circenses “*Perna de Pau*” e “*Manipulação de Objetos*”. Por fim, socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e medida socioeducativa de Prestação de Serviços à comunidade (PSC) fora oferecida uma oficina de “*Introdução a Linguagem Teatral*”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos enumerar alguns pontos relevantes acerca dos resultados e discussões.

- 1) Bons encontros com os Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Acolhimento dos profissionais da rede socioeducativa;

No ano de 2015 os adolescentes puderam experimentar os agenciamentos entre psicologia social e teatro. Tais experiências, como um convite, criaram condições de possibilidade para continuarmos trabalhando. A partir desses encontros, com o retorno positivo, percebemos estar produzindo/oferecendo algo singular aos processos de subjetivação nos jovens. Contudo, os profissionais da rede socioeducativa de Pelotas passaram a nos solicitar, enquanto universidade, atividades educativas que pudessem colaborar com o desenvolvimento dos seus trabalhos. Como resposta buscamos em 2016 oferecer à eles uma formação sobre a temática em questão – Medidas Socioeducativas – utilizando-se para isso da linguagem artística. Nossa expectativa é que, através dessa formação, possamos estabelecer um elo ainda maior entre a rede socioeducativa o projeto de extensão e os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Essas ações estão sendo realizadas desde o início das atividades de 2016.

- 2) Criação coletiva de uma obra: artistagem socioeducativa;

Com a presença dos jovens no segundo semestre de 2016 através de uma proposta de criação coletiva – tendo o teatro como base – pretendemos oferecer um espaço de produção e criação. Se no ano anterior o convite para participar do projeto foi aceito pelos jovens, este ano buscaremos estreitar esses laços, propondo a produção de uma obra, a qual vem sendo discutida e elaborada por todos atores do projeto. Ainda não sabemos se será um espetáculo teatral, uma intervenção urbana, uma rádio novela. Mas estamos atentos aos devires e agenciaremos com eles uma artistagem socioeducativa, para o final de 2016.

- 3) Vídeo documentário sobre o processo.

Vimos colecionando imagens desde o início do projeto. Neste momento está em fase de edição um pequeno vídeo documentário, cujo objetivo seria apresentar um material de fácil acesso ao trabalho realizado pelo Socieducado.

- 4) Permanência do Grupo

Consideramos como importante resultado do projeto a permanência de vários integrantes no grupo. Apesar da entrada de novos membros em 2016 e da saída de antigos, a base do projeto permaneceu.

4. CONCLUSÕES

O agenciamento entre as áreas permite ao projeto uma pluralidade acerca das medidas socioeducativas. Estamos produzindo algo que nos parece apontar para além dos muros conceituais da responsabilização juvenil.

O teatro aliado a ação sociocultural não visa a construção de um horizonte predeterminado, nem uma prática voltada para o consumo e para o espetáculo. Ele busca uma atitude que rompa as barreiras e amplie a consciência de quem o experimenta, desfazendo estereótipos, incertezas e preconceitos, articulando desejos e visões de mundo através do discurso artístico. (VIGANÓ, 2006, pag.39)

Não se trata de selecionar um modelo a ser atingido pelo adolescente em conflito com a lei. Não pretendemos transformar esses adolescentes em bons empregados para uma classe média que se arroga o poder de julgá-los e responsabilizá-los individualmente pelos problemas sociais que costuma fortalecer. Mas de perceber – juntos – que somos constituídos pelas máscaras que nossas condições de possibilidade permitem habitar.

[...] Os rituais de uma dada sociedade, ao exigir certas respostas pre-determinadas, acabam por impor a cada um à sua “máscara social”. Somos o que somos pois pertencemos a uma determinada classe social, cumprimos determinadas funções sociais e por isso “temos” que desempenhar certos rituais[...]. (BOAL, 1983, pag.18)

Nesse sentido, o que poderia o teatro diante destas máscaras ontológicas? Máscaras que nos são impostas pela classe, gênero, cor? Em que medida o teatro nos permite habitar efetivamente novos territórios existenciais? A arte pode ser utilizada, por estes adolescentes em conflito com a lei, como um mecanismo de invenção de si? São as questões que nos movem. Questões para as quais, ainda não temos uma resposta propriamente científica. Mas temos uma parte da poesia de Manoel de Barros (2000) que nos faz caminhar.

Um passarinho pediu a meu irmão para ser sua árvore.
Meu irmão aceitou de ser a árvore daquele passarinho.
No estágio de ser essa árvore, meu irmão aprendeu de
sol, de céu e de lua mais do que na escola.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro**. Civilização Brasileira.1997.

LEHMANN, Hans-Thies. **Teatro Pós –Dramático**. Trad. Pedro Sussekind. São Paulo: Cosac Naify, 2007

MARTINS, M.; PANNEK.W.; VELOSO.V. Teatro pós-dramático e processos de criação e aprendizagem da cena: um diálogo com Hans-Thies Lehmann. **Revista Sala Preta**, v.13. p,236-251,2013

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. São Paulo. Trad. Paulo Cesar de Souza. Companhia das Letras, 2011. RANIERE

RANIERE, Édio. **A invenção das Medidas Socioeducativas**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, PPG em Psicologia Social e Institucional, UFRGS, 2014.

SILVEIRA, I.C. **O teatro como protagonista na ressocialização de jovens em conflito com a lei**.2011.60f. Monografia Licenciatura em Teatro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A MEDIAÇÃO COMO OUTRA ABORDAGEM DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS

BRUNO BANDEIRA FONSECA¹; CLÁUDIA MOTA ESTABEL²; DANDARA TRENTIN DEMIRANDA³; LUCAS BRAUNSTEIN DA CUNHA⁴; SIMONE DE BIAZZI ÁVILA BATISTA DA SILVEIRA⁵.

¹Universidade Federal do Rio Grande – *bfbandeira@gmail.com*

²Universidade Federal do Rio Grande – *estabel@vetorial.net*

³Universidade Federal do Rio Grande – *dandaratreantin@hotmail.com*

⁴Universidade Federal do Rio Grande – *bc_lucas@live.com*

⁵Universidade Federal do Rio Grande – *simonebiazzi@vetorial.net*

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros passos do Projeto Mediação FURG iniciaram-se no ano de 2009, através do Projeto Pacificar da Secretaria de Reforma do Judiciário que integra o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, instituído pela Lei nº 11.530/2007. O objetivo principal do Projeto Pacificar era atuar como um instrumento à aplicação do acesso e maior efetividade da Justiça, visando implementar, fortalecer e divulgar a mediação, composição e outros meios alternativos de solução de conflitos, no âmbito das Faculdades de Direito, fomentando o apoio à criação de projetos nas áreas de ensino e extensão que contribuam para difundir a cultura de resolução não violenta de conflitos. Posteriormente, no ano de 2012 o Projeto Mediação passou a integrar o CRAF – Centro de Referência em Apoio às Famílias, o qual é composto por uma equipe multidisciplinar nas diversas áreas do conhecimento, psicológica, pedagógica, jurídica, fisiológica.

O projeto mediação é voltado à comunidade em geral, com o objetivo de proporcionar às pessoas a encontrarem uma solução para o conflito de forma cooperativa e pacífica. Através do CRAF – Centro de Referência em Apoio às Famílias, programa de extensão que abarca o Projeto Mediação, a universidade disponibiliza a população de Rio Grande um Núcleo de Mediação que propicia aos cidadãos trazerem conflitos de ordem familiar, com vizinhança, no grupo escolar, entre outros. Além disso, por meio da disciplina de Mediação de Conflitos se proporciona a formação complementar dos graduandos e também, dos profissionais amparados pelas práticas extensionistas do projeto.

Em suma, o projeto de extensão tem como finalidade oferecer uma formação complementar aos participantes, para que diante de um conflito possam agir com ponderação priorizando o diálogo e a cooperação. Assim como, propicia a sociedade um meio alternativo de resolução de conflito que não seja via judicial.

2. METODOLOGIA

O projeto de extensão está alocado na área das Ciências Sociais Aplicadas e se prefaz por meio do atendimento junto à comunidade em geral através do Núcleo de Mediação da Universidade Federal do Rio Grande, bastando a voluntariedade das partes em conduzir o conflito por meio desse método alternativo. O atendimento de mediação é feito em três etapas fundamentais, a

pré-mediação, a mediação e a elaboração do acordo, devendo ser ressaltado, no entanto, que esta última fase não deve representar o objetivo do atendimento, sendo considerado sucesso o diálogo das partes.

Além dos atendimentos a comunidade rio-grandense, o projeto mediação faz capacitações para acadêmicos, profissionais e, também, junto ao Núcleo Universitário da Terceira Idade – NUTI.

Nesta perspectiva, o Projeto Mediação tem como finalidade o intuito de trabalhar o lado positivo dos conflitos, que, quando solucionados com base no diálogo e na compreensão, promove uma busca criativa de soluções, além de ser capaz de estimular a confiança entre os envolvidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Hodiernamente, tem-se debatido os meios alternativos de solução de conflitos. O referido estudo expõe a importância da sociedade compreender a mediação de conflitos e os benefícios oriundos dessa prática pacifista.

A mediação oportuniza outra forma de condução dos conflitos, baseado na facilitação do diálogo entre os envolvidos. O mediador é uma pessoa comum, porém, capacitada, que se dispõe a facilitar a comunicação entre as partes. Assim, atua escutando atentamente as falas no ambiente de mediação, que deve ser acolhedor e que proporcione o equilíbrio de poder entre as partes. Por ser um facilitador neutro, este não julga ou opina, assim como, não produz ou recebe provas e nunca será qualificado como testemunha. Outros fatores a serem considerados, é que o mediador a partir de técnicas de comunicação, oferece as pessoas à possibilidade do desenvolvimento de opções para a resolução dos conflitos, sem, no entanto, interferir ou sugerir os caminhos, que são sempre desenhados pelos próprios envolvidos na questão.

Segundo o filósofo Paulo Freire (2011) o educador deve ensinar e não somente transferir um conhecimento pré-estabelecido, mas criar as possibilidades para que os educandos desenvolvam sua própria produção ou a sua construção de conhecimento. Nesta perspectiva, o Projeto Mediação tem como finalidade o intuito de trabalhar o lado positivo dos conflitos, que, quando solucionados com base no diálogo e na compreensão, promove uma busca criativa de soluções, além de ser capaz de estimular a confiança entre os envolvidos. De acordo com Paulo Freire, ao educando é necessário valorizar sua capacidade crítica e incentivar sua insubmissão, evitando que se torne um simples “receptor” do conhecimento ou um “memorizador”.

Por fim, a partir do estudo exploratório realizado, é possível afirmar a importância da mediação como meio eficaz de solucionar conflitos e promover a paz social. Destarte, antes da comunidade acadêmica e profissionais das múltiplas áreas terem contato com a prática de mediação oferecida pela Universidade Federal do Rio Grande, havia uma falsa compreensão de seus métodos e benefícios. Todavia, após conhecerem todo o complexo que cerca a Mediação de Conflitos, sendo o método que ampara as diferenças, contribui para a manutenção das relações (quando for conflito familiar) e que busca a paz na sociedade, verificou-se que esses indivíduos passaram a compreender e a respeitar as diversidades, assim como, começaram a adotar ações pacifistas segundo suas próprias manifestações orais.

4. CONCLUSÕES

Os conflitos estão presentes em todos os ambientes, pois sempre que houver a convivência entre um grupo de pessoas, inevitavelmente haverá divergências de ideias, objetivos e posicionamentos. O conflito pode demonstrar aspectos positivos, uma vez que é uma forma das pessoas interagirem, um momento de autoconhecimento e de aceitação do posicionamento do outro.

O Projeto Mediação tem como finalidade trabalhar o lado positivo dos conflitos, que quando solucionados com base no diálogo e na compreensão, promovem uma busca criativa de soluções, além de serem capazes de estimular a confiança entre os envolvidos.

Assim sendo, nessas perspectivas, a extensão realizada busca compartilhar com os participantes os primeiros passos da mediação, proporcionando novo método de solução de conflitos de modo que, se crie um ambiente construtivo. Assim sendo, objetiva colaborar para que haja um convívio social harmonioso, de respeitabilidade, de não-competitividade e de reaproximação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRONFENBRENNER, Urie. **The ecology of human development**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

BREITMAN, Stella; PORTO, Alice C. **Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz**. Porto Alegre: Criação Humana, 2001.

FIORELLI, José OSMIR, FIORELLI, Maria Rosa, MALHADAS JÚNIOR, Marcos Júlio Olivé. **Mediação e Solução de Conflitos: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

MARODIN, Marilene. BREITMAN, Stella. **A Prática da Moderna Mediação: Integração entre a Psicologia e o Direito** [p.497-511]. In: Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica. 2ª ed. David Zimerman & Antônio Carlos Mathias Coltro (org.). Campinas: Milenium, 2008.

MUSZKAT, Malvina Ester. **Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações**. 2 ed. São Paulo: Summus, 2008.

POLETTO, M. & KOLLER, S. H.(.). **Revisando a Inserção Ecológica: Uma Proposta de Sistematização**. In: Psicologia: Reflexão e Crítica, v.21, n.1, p.160-169, 2008.

RODRIGO, M. J. & PALACIOS, J. **Familia y desarrollo humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

SILVEIRA, Simone de Biazzi A.B., **A Mediação como intervenção educativa ambiental na ecologia das relações familiares**. Tese de Doutorado. FURG. 2013.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Justiça Restaurativa e Mediação**: políticas públicas no tratamento dos conflitos sociais / Organizadores: Fabiana Marion Spengler, Douglas Cesar Lucas. - Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

YUNES, Maria Angela M. (orgs.). **A família que se pensa e a família que se vive**. Rio Grande: Editora da FURG, 1998.

CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL NO PROGRAMA DE EXTENSÃO MUSEU DO CONHECIMENTO PARA TODOS

DESIRÉE NOBRE SALASAR¹; ELCIO ALTERIS DOS SANTOS²; FRANCISCA
FERREIRA MICHELON³

¹ Universidade Federal de Pelotas – dedah.nobres@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – elcioalteris@hotmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – fmichelon.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa à apresentação das contribuições da Terapia Ocupacional no programa de extensão Museu do Conhecimento para todos: inclusão cultural para pessoas com deficiência em museus universitários no período que compreende 2013 – 2016. O referido programa tem como objetivo promover ambientes inclusivos em museus universitários formando recursos humanos através de capacitações em áreas que permeiam as questões de acessibilidade e inclusão. Sistematizando a tríade ensino, pesquisa e extensão, o programa utiliza a interdisciplinaridade na equipe e o conceito de desenho universal para promover o direito à cultura para pessoas com deficiência, vigente no artigo 42 da Lei Brasileira da Inclusão – 13.146 de 6 de julho de 2015.

A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

O museu do conhecimento para todos foi contemplado pelos editais PROEXT/MEC/SESu 2012 e 2015 e desenvolvido nos anos subsequentes. Desde então conta com uma equipe que abrange sete áreas do conhecimento, nomeadamente: Museologia, Conservação e Restauro, Cinema, Ciência da Computação, Design Digital, Arquitetura e Urbanismo e Terapia Ocupacional.

Acredita-se que a união de diferentes áreas contribui para a construção de uma linha tênue entre museus e inclusão cultural para pessoas com deficiência. Sendo a Terapia Ocupacional uma profissão de base humanista que permeia as áreas da saúde, educação e biopsicossocial, esta constrói uma parte importante do programa: a acessibilidade atitudinal. De acordo com PONTE; SILVA (2015)

Frente à acessibilidade, o terapeuta ocupacional trabalha como um eliminador de barreiras, sejam elas físicas ou atitudinais, proporcionando, assim, maior autonomia e independência, o que facilita a interação do sujeito com o meio social. (p. 262)

Desta forma, ainda segundo as autoras, as barreiras que este profissional auxilia na eliminação tangem ao entendimento de que às pessoas não são vistas pela sua deficiência e sim, pelo ser prático que são.

Sendo assim, em um ambiente culturalmente excludente para pessoas com deficiência, os museus, torna-se relevante apresentar o conceito de acessibilidade atitudinal. E é devido a este fator que o programa museu do conhecimento para todos inclui em sua equipe a Terapia Ocupacional.

2. METODOLOGIA

As atividades que serão descritas neste trabalho foram desenvolvidas pela autora enquanto bolsista PROBEC e, posteriormente voluntária, do programa de extensão Museu do Conhecimento para Todos: Inclusão cultural para pessoas com deficiência em museus universitários, de março de 2013 até o presente momento. Neste período, foram realizados trabalhos no Memorial do Anglo, na Fototeca Memória da UFPel e no Museu do Doce.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Memorial do Anglo é o primeiro resultado do referido programa. Inaugurado em 2014, o espaço que começou a ser planejado e pensado em 2012, conta a trajetória do frigorífico Anglo em Pelotas. Para que fosse efetivado, contou com a participação de treze bolsistas orientados por cinco professoras, incluindo a coordenadora do programa Museu do Conhecimento para todos¹. O grupo foi dividido por setores, tais como: expografia, maquetes táteis, áudio-descrição entre outros. A cargo da autora, sob orientação da professora Dra. Tatiana Lebedeff, ficou a responsabilidade de traduzir as imagens da exposição para palavras através da técnica de áudio-descrição (AD) que de acordo com CARPES (2016),

é um recurso de acessibilidade que traduz o visual em verbal, ampliando o entendimento das pessoas com deficiência visual, garantindo a inclusão dos cegos na educação, no entretenimento, no lazer, na comunicação e na informação. (p. 5)

Sendo assim, no período que antecede a inauguração do Memorial do Anglo, o foco principal foi voltado à áudio-descrição das quatorze fotografias que compõe a exposição.

Entretanto, neste meio tempo, durante as capacitações da equipe, a autora ficou responsável por apresentar, em oficina, questões pertinentes à deficiência visual, de modo a quebrar pré-conceitos e mitos que envolvem, ainda, este público, fomentado, assim, a acessibilidade atitudinal. Ressalta-se aqui, que no primeiro ano do programa, havia um bolsista cego, aluno do curso de Bacharelado em Canto, que muito contribuiu para a formação de toda a equipe em questões de acessibilidade atitudinal.

Após a inauguração do referido espaço, começaram os trabalhos referentes à mediação acessível. Esta, versa sobre a recepção no Memorial do Anglo utilizando de recursos inclusivos como a áudio-descrição de localização realizada ao vivo pelo mediador, a condução do visitante pela exposição e o acolhimento e criação de vínculo entre visitante e mediador.

Segundo SARRAF (2012), *o vínculo estabelecido pela mediação acessível resulta em um equilíbrio dos sentidos na percepção de mensagens culturais que estão dispostas em exposições.*

Durante as visitas realizadas no Memorial do Anglo, com normovisuais e pessoas com deficiência visual, constatou-se a importância de capacitação do mediador em acessibilidade atitudinal, uma vez que as atitudes de quem recebe são fundamentais para que o visitante se sinta acolhido, sem sentir-se segregado.

¹ Prof. Dra. Francisca Ferreira Michelon.

Nos anos subsequentes o trabalho de mediação acessível foi continuado e a ele foi acrescentada mais uma missão: o programa de rádio Fotografia para Ouvir. Este programa é uma parceria do projeto de ensino Fototeca Memória da UFPel e do Museu do Conhecimento para todos e visa apresentar o recurso de áudio-descrição para ouvintes da rádio Federal FM, de forma a fomentar e disseminar este mecanismo de inclusão cultural para pessoas com deficiência visual. Para além, Fotografia para ouvir tem como objetivo principal tornar acessível o acervo de importantes documentos fotográficos históricos da Universidade Federal de Pelotas e, atualmente do Museu do Doce, parceiro do programa MCT. Sendo assim, é parte do trabalho da autora instrumentalizar a nova equipe, escrever e revisar os roteiros juntamente com a coordenadora do mesmo.

Aqui, mais uma vez, enfatiza-se que apresentar recursos inclusivos à sociedade também estende-se à acessibilidade atitudinal, uma vez que sendo disseminados para a população, favorecem a inclusão de pessoas com deficiência nos mais variados ambientes.

Para finalizar, no ano corrente o programa de extensão Museu do conhecimento para Todos: inclusão cultural para pessoas com deficiência em museus universitários está organizando a exposição permanente do Museu do Doce. Este, inaugurado em 2011 está localizado em um prédio histórico da cidade de Pelotas, cuja restauração foi concluída em 2013, casarão 8, e pertence à UFPel. A exposição pretende ser inclusiva e por isso, mais uma vez a Terapia Ocupacional faz-se presente permeando os diversos grupos de trabalho, de forma a apresentar acessibilidade atitudinal nos mais variados produtos executados pela equipe. Em 2015 foram realizadas visitas inclusivas com a instituição parceira do programa, Associação Escola Louis Braille, no Museu do Doce e Memorial do Anglo. A visita, que contou com 20 pessoas com deficiência visual foi conduzida pela equipe de Terapia Ocupacional integrante do programa no citado ano e contou com o apoio de todos os integrantes do MCT.

4. CONCLUSÕES

As atividades ora descritas referem-se às contribuições da Terapia Ocupacional no que tange promoção da acessibilidade atitudinal no programa de extensão Museu do Conhecimento para todos. O trabalho torna-se relevante uma vez que as atitudes dizem muito sobre como o trabalho enxerga seu público-alvo. Desta forma, a utilização de uma nomenclatura correta, a posição para guiar uma pessoa cega, os conceitos incorporados e a não estigmatização são algumas questões chave para que o trabalho desenvolvido seja bem recebido pelo público-alvo e que seja, de fato, inclusivo e para todos. Ser acessível é outorgar condições de acesso, entretanto, ser inclusivo versa sobre acolher e enxergar o outro enquanto seu semelhante. É ver a deficiência como uma característica da pessoa e não como uma fonte de incapacidade e ineficiência. E é justamente desta forma que os produtos realizados pelo programa de extensão Museu do Conhecimento para todos visam incluir as pessoas com deficiência em ambientes museais, tendo como premissa base a acessibilidade atitudinal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 13.146 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Inclusão - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 09/08/16

CARPES, D. S. Audiodescrição: práticas e reflexões. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2016. Online. Disponível em: <http://editoracatarse.com.br/site/wp-content/uploads/2016/02/Audiodescri%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1ticas-e-reflex%C3%B5es.pdf> Acesso em: 09/08/2016

SARRAF, V. P. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: Inovação no Design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: Acessibilidade em Ambientes Culturais. Porto Alegre : Marca Visual, 2012.

Ponte, A. S.; Silva, L. C. A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015

AÇÕES AFIRMATIVAS E EVENTOS DO PROGRAMA GRAU: OFICINAS

FRANCISCO MUENZER SOARES¹; MARISA HELENA DEGASPERI²

¹Universidade Federal de Pelotas – franciscomuenzer@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mhdupel2012@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A partir do Projeto Oficina de Prática de Tradução, fundado em 2012, pela Professora Dra. Marisa Helena Degasperi, foram reunidos alunos dos cursos de Bacharelado em Letras Tradução Inglês/Português e Bacharelado em Letras Tradução Espanhol/Português, interessados em realizar traduções para suprir as demandas de acordos e/ou parcerias firmadas através do Núcleo de Tradução do Centro de Letras e Comunicação. Houve também participação de alunos de outros cursos, com interesse em desenvolver atividades voltadas para a comunidade como: audiodescrição, contação de histórias, e organização de eventos com a temática de acessibilidade e inclusão. Com o empenho dos alunos e a circulação de distribuição de tarefas, se fez necessária a mudança de *status* de projeto para programa, batizado como GRAU (Grupo Acessibilidade Universal) e o redirecionamento do foco, ainda a partir das traduções, para a acessibilidade e inclusão de minorias e de grupos discriminados e com desvantagens sociais.

A nova proposta desencadeou ações afirmativas de diferentes modalidades: exposição acessível, mesas redondas e oficinas; estas últimas, de que trata este trabalho, foram desenvolvidas com a finalidade de formação externa, ministradas por profissionais parceiros, cujos trabalhos foram reproduzidos em traduções de alunos e na exposição acessível do evento: “Educação inclusiva: unindo energias e construindo pontes”, primeira ação realizada deste Programa, em novembro de 2015. As oficinas oferecidas foram três: Oficina de contação de histórias, Oficina de Ilustração, Oficina de Editoração de Livros, cujas características e resultados se apresentarão a seguir.

2. METODOLOGIA

Primeiramente, foram retomadas as parcerias com artistas que haviam colaborado com suas obras para utilização de atividades do Núcleo de Tradução. Os livros infantis *Dulcinéia*, de Rosane Castro, ilustrado por Monika Papescu, e *Histórias da Tia Hermínia*, de Tatiane Braga dos Reis, voltaram a ser abordados nas oficinas. O artista Jonas Fernando Martins Santos, representante do Movimento Negro de Pelotas foi convidado a integrar o Grupo, depois de apresentar seu trabalho em um evento no Campus Porto/Anglo da UFPel e tornou-se parceiro do GRAU.

Depois de acrescentar mais um parceiro e reforçar colaborações já estabelecidas, os espaços disponíveis para a realização das oficinas foram discutidos; a tentativa era alcançar o maior número de pessoas. Então, os membros do Programa decidiram realizar as três oficinas no Campus Porto/Anglo, assim, o evento ficaria centralizado para o acesso dos alunos que dependiam de transporte, além de também facilitar para os alunos que teriam aulas em turnos diferentes das oficinas.

Com lugares e ministrantes definidos, os membros do programa se ocuparam em divulgar as oficinas. Houve divulgação pelos meios virtuais - foi criado

um evento no Facebook, para o qual os membros do programa convidaram seus colegas para participar, além da divulgação em grupos específicos de cursos da UFPel - e através de folders em papel, foram feitos cartazes afixados na UFPel, em outras instituições e em locais públicos, onde os membros do programa se dividiram para divulgar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sendo assim, no dia 5 de novembro de 2015, das 14 às 16 horas, na sala 218 do Campus Porto/Anglo da UFPel ocorreu a Oficina de Ilustração ministrada por Jonas Fernando Martins Santos; no dia 6 de novembro de 2015 das 9 às 12 horas, na sala 248 ocorreu a Oficina de Contação de Histórias ministrada por Tatiane Braga dos Reis, e no mesmo dia, das 14 às 18 horas, Monika Papescu apresentou a Oficina de editoração de livros na sala 235.

As três oficinas cumpriram os objetivos a respeito da continuidade da participação dos artistas parceiros e à formação complementar participantes. Além disso, suscitaram novas oportunidades de complementação formativa: o curso Fundamentos da Audiodescrição - Módulo I, que será ofertado em agosto de 2016, e também a proposta de oferta de um curso de Braille, através do Programa.

Apesar da gratuidade, o número de pessoas da comunidade externa que participaram das oficinas foi abaixo do esperado. Os membros do Programa julgam que a divulgação foi feita de forma correta, porém em um tempo curto, seria necessário um maior tempo para ampliar a circulação do evento. A organização entendeu que haveria necessidade de antecipação do planejamento das próximas ações afirmativas do grupo; o que realmente aconteceu no primeiro semestre de 2016.

Mesmo com o pequeno número de participantes da comunidade externa, o resultado foi satisfatório pelo conteúdo e pelo entusiasmo dos que foram contemplados com as oficinas.

4. CONCLUSÕES

As oficinas mostraram ser uma boa proposta de complementação formativa para membros da comunidade pelotense e para estudantes da UFPel, apresentando a capacidade de ser alternativa de interdisciplinaridade na formação acadêmica. Esta integração entre estudantes de diferentes cursos num objetivo comum, que é o de trabalhar em prol da acessibilidade de pessoas com deficiência e da inclusão de grupos com desvantagem social predispõe-se a ser ainda maior com a avaliação dos resultados já obtidos e melhoria de pontos específicos.

Além disso, as oficinas estabelecem uma relação de benefícios recíprocos entre o Programa e os artistas participantes, cujas atividades comportam temáticas que convergem ao objetivo principal: o de promover a igualdade. Os artistas concedem suas obras para realização de atividades tradutórias e demais atividades do programa, e as mesmas são expostas e levadas a um novo público de diferentes maneiras. Desta forma, as oficinas proporcionam também uma integração artística-cultural para a comunidade em geral.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, R. Dulcineia. Título Original: **Dulcinéia**. Trad. de Marisa Helena Degasperi e Miriam Ángel Goldschmidt. Porto Alegre: Papo Abissal, 2015.
- REIS, Tatiane Braga dos. Histórias de Tía Herminia. Edição Bilingue. Trad. Marisa Helena Degasperi. Título original: **Histórias da Tia Hermínia**. Porto Alegre: Pragmata, 2015.
- DEGASPERI, Marisa Helena. Projeto do Programa GRAU. Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFPel. Pelotas: 2016.

POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E SEU PAPEL ECONÔMICO-SOCIAL NO COTIDIANO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DO MUNICÍPIO DE PELOTAS

HARTUR XAVIER PINHEIRO¹; PAULA PAIVA HOFMEISTER²; JULIANA
CARRICONDE HERNANDES³; THAYLI ARAUJO⁴; LUCIARA BILHALVA
CORRÊA⁵; ERICO KUNDE CORRÊA⁶

¹Universidade Federal de Pelotas / NEPERS – harturxavier93@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas / NEPERS – paula_hof@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas / NEPERS – julianacarriconde@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas / NEPERS – thayliraraujo@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas / NEPERS – luciarabc@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas / NEPERS – ericokundecorrea@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A geração de resíduos sólidos vem se intensificando gradativamente ao longo dos anos e ainda expressa baixos índices em relação à coleta seletiva e reciclagem. Em decorrência desses resultados, grande parte dos resíduos coletados é encaminhada para aterros sanitários, inviabilizando seu reaproveitamento (GUIDONI et al. 2016).

A gestão e a disposição inadequada de resíduos sólidos ocasionam na degradação do solo, na contaminação de corpos hídricos e do ar, agravando as condições ambientais e sanitárias em centros urbanos, sobrecarregando a população, principalmente àquelas que têm maior contato com os resíduos (RIBEIRO, BESEN, 2006; HERNANDES et al. 2016).

A PNRS, lei nº 12.305, que estabelece o princípio de não geração, redução, segregação, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e por fim a disposição final ambientalmente correta de rejeitos em aterros sanitários assegura a saúde da população, previne a proliferação de doenças, reduz os impactos causados ao meio ambiente e busca o desenvolvimento socioeconômico (BRASIL, 2010).

O catador autônomo situa-se às margens da política. Atua de forma clandestina perante essa lei, praticando a coleta informal, sem que haja controle comercial dos resíduos (COLARES, 2016). Diante disso, surgem novos grupos na sociedade moderna, organizados em cooperativas ou associações de catadores, em decorrência da grande geração de resíduos sólidos urbanos, que buscam um meio de sobrevivência e de obtenção de renda através da segregação organizada dos resíduos (SIQUEIRA et al. 2009).

A organização dos catadores tem como objetivo a emancipação econômica e ampliação dos serviços de limpeza urbana de forma sustentável visando à inclusão social com base na redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos urbanos e na extinção dos lixões. Existem recursos com possibilidade de aplicação nos serviços de limpeza urbana, aquisição de equipamentos, organização de cooperativas de catadores e implantação de sistemas de coleta seletiva, sendo condicionados pela elaboração de um plano municipal de gerenciamento de resíduos (GALBIATI, 2001).

Assim, o objetivo desse estudo consiste na valorização das condições de trabalho, qualidade de vida e oportunidades dos catadores de material reciclável que trabalham nas cooperativas da cidade de Pelotas, em consequência da efetivação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

2. METODOLOGIA

O envolvimento entre os cooperados, professores, alunos de graduação e pós-graduação e profissionais de saúde foi realizado através de rodas de conversa de forma a impulsionar a inclusão social, com a participação de todos em um espaço democrático, conforme proposto por GOMES et al. (2008). Este método promove o diálogo entre os indivíduos, aprofundando o conhecimento científico com base nas experiências relatadas pelos trabalhadores, simultaneamente aos conceitos apresentados durante a atividade (BARROS et al. 2006).

Para conduzir a conversa e assegurar o bom andamento da atividade foram introduzidas questões norteadoras, abordando tópicos essenciais como:

- O que é a Política Nacional dos Resíduos Sólidos?
- Na opinião dos cooperados, quais os aspectos positivos que a PNRS proporcionou? E os negativos?
- Entendem o aspecto social que a PNRS promove, como melhoria de condições de vida dos antigos catadores?
- O que acham que pode ser modificado a fim de melhorar a gestão de resíduos sólidos no país?

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

À medida que a atividade foi se desenvolvendo notou-se intensa participação de todos os indivíduos, sobretudo dos cooperados que atuaram ativamente com relação aos assuntos abordados. Mais além, demonstraram amplo conhecimento sobre a situação atual do país quanto à conscientização da população e a segregação indevida dos resíduos urbanos após a implantação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, como pode ser evidenciado com a transcrição do áudio abaixo:

Aluno nº1: Vocês acham que alguma coisa poderia melhorar? Ou acham que está bom assim? Alguma coisa poderia melhorar além da segregação correta que não é feita?

Cooperada nº5: A questão do valor dos materiais. Essa é a questão básica aqui, com relação à renda. Porque nós entregamos para o atravessador e eles pagam pouco.

Cooperada nº4: É esse que é o problema!

Aluno nº1: São eles que impõem o valor né?

Cooperada nº3: Isso é um absurdo!

Pós-Graduando nº1: E isso em relação a todos os materiais que vocês recebem aqui?

Cooperada nº5: Principalmente em relação ao vidro que ninguém quer né. O vidro é um problema. Entretanto, hoje teve reunião lá no SANEP com as cooperativas. Um dos nossos integrantes participou, e parece que vão finalmente levar esse resíduo. Vamos ver né.

O poder público constatou a atuação de certas instituições que agem pelo benefício próprio, principalmente financeiro, chamados de atravessadores, que tem em posse o capital e os equipamentos essenciais para o acondicionamento e transporte dos materiais recicláveis (CARMO, 2009).

No trecho da gravação transcrita acima nota-se a indignação dos cooperados em relação aos valores dados aos resíduos, pelos atravessadores, principalmente o vidro, material que se acumula facilmente nas dependências das

cooperativas devido ao seu volume. Segundo D'ALMEIDA; VILHENA (2010), grandes quantidades de vidro nos galpões de triagem ocorrem devido à falta de levantamento de possíveis compradores.

Conforme COLARES (2016), o armazenamento de grandes quantidades de resíduos são recomendados, pois resultam em valores melhores para a comercialização dos materiais, excluindo os atravessadores do ciclo de reciclagem dos resíduos.

Aluno 1: Não sei se vocês já trabalham com isso, ou se já sabem, que com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS, vocês conseguem pagar a Previdência Social, vocês pagam? Como que é essa história com vocês?

Cooperada nº1: A Previdência Social é o INSS que a Jussara nos paga.

Aluno 1: O que acontece é que quando nós ficamos doentes ou grávidas existe o afastamento do cooperado de suas atividades. Também tem a questão da aposentadoria. Isso é uma melhora não é? E vocês acham que tem algum aspecto negativo? Acham que alguma coisa piorou com essa lei?

Cooperada nº2: Só melhorou!

A parceria entre os órgãos municipais e as cooperativas é de extremo interesse, no sentido de conceder terrenos ou construções públicas para ocupação e atividades das cooperativas. Tendo em vista que o auxílio disponibilizado às cooperativas supre apenas as necessidades básicas das organizações, surgem deficiências na estrutura dos galpões de triagem, nos equipamentos e nos sistema de coleta por falta de veículos em condições adequadas de circulação, necessitando de mais apoio nas campanhas de conscientização, divulgação dos projetos, de modo a promover melhoria de infraestrutura (BESEN; RIBEIRO, 2006).

Ao final das discussões, foram levantadas questões acerca das contribuições que o benefício previdenciário proporciona aos cooperados, após implantação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. A principal característica do sistema previdenciário consiste no funcionamento como um seguro social, um sistema que enfatize as funções dritributivas, cujo objetivo é reduzir a pobreza e a desigualdade, solidificando os direitos trabalhistas pelos benefícios recebidos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e condições de trabalho (AFONSO et al. 2005).

4. CONCLUSÕES

Por meio desse trabalho, conclui-se que a integração de catadores às cooperativas representa melhoria tanto para limpeza urbana quanto para a inclusão social desta classe de trabalhadores. A efetivação do sistema previdenciário proporciona a inclusão socioeconômica dos cooperados, tornando-os segurados por meio dos benefícios oferecidos. Contudo, existem algumas associações de catadores de material reciclável que não dispõem de toda verba necessária para a otimização de suas atividades, necessitando de planejamento a fim de obter condições favoráveis para dar continuidade no ciclo dos produtos. A elaboração de projetos visando à igualdade de direitos trabalhistas, autonomia, capacitação, melhoria de infraestrutura, formando parcerias com órgãos municipais ou autônomos é fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos cooperados na cidade de Pelotas - RS.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, L. E., FERNANDES, R. Uma estimativa dos aspectos distributivos da previdência social no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, 2005.
- BARROS, M. E. B., MORI, M. E., BASTOS, S. S. O desafio da Política Nacional da Humanização nos processos de trabalho: o instrumento Programa de Formação em Saúde e Trabalho. **Caderno Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 31-48, 2006.
- BESEN, G.; RIBEIRO, H. **Programas Municipais de Coleta Seletiva em Parceria com Organizações de Catadores na Região Metropolitana de São Paulo: Desafios e Perspectivas**, 2006. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- BRASIL. PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 01/08/2016.
- CARMO, S. A semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis – considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FGV, **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, n. 4, 2009.
- COLARES, G.S., CORRÊA, L.B., HERNANDES, J.C., CERQUEIRA, V.S., CORRÊA, E.K. Avaliação do programa de coleta seletiva de resíduos sólidos do Município de Pelotas-RS. **Revista Monografias Ambientais - REMOA** v. 15, n.1, jan-abr. 2016 p.141-153. - DOI: 10.5902/22361308.
- D'ALMEIDA, M.; VILHENA, A. **Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado**. 3 edição. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2010.
- GALBIALTI, A. F. **O gerenciamento integrado de resíduos sólidos e a reciclagem**, 2001.
- GOMES, A. M. A., SAMPAIO, J. J. C., de CARVALHO, M. G. B., NATIONS, M. K. ALVES, M. S. C. F. Código dos direitos e deveres da pessoa hospitalizada no SUS: o cotidiano hospitalar na roda de conversa. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu: v. 12, n. 27, 2008.
- GUIDONI, L. L. C. Fração sólida orgânica dos resíduos sólidos urbanos. In: CORRÊA, E. K., CORRÊA, L. B. **Gestão de Resíduos Sólidos**. Porto Alegre: Editora UFPEL, v. 3, Cap.2, p. 27-41, 2016.
- HERNANDES, J. C. Parasitoses intestinais relacionadas aos resíduos sólidos urbanos. In: CORRÊA, E. K., CORRÊA, L. B. **Gestão de Resíduos Sólidos**. Porto Alegre: Editora UFPEL, v. 3, Cap.4, p. 55-68, 2016.
- JACOBI, P. R., BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 135-158, 2011.
- RIBEIRO, H., BESEN, G. R. Panorama da coleta seletiva no Brasil: Desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso. **Revista de Gestão Integrada em Saúde e Trabalho e Meio Ambiente**, v. 2, n. 4, 2007.
- SIQUEIRA, M. M., MORAES, M. S. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, 2009.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO 2016/2017 PELO NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO EM ACESSIBILIDADE

ITALO RODEGHIERO NETO¹; JULIA BORN PUREZA²; DOUGLAS DE CASTRO BROMBILLA³; CLARISSA CALDERIPE MONTELLI⁴; LUIS ANTONIO DOS SANTOS FRANZ⁵; ISABELA FERNANDES ANDRADE⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – rodeghiero.hoe@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jbornpureza@gmail.com

³Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Rio Grande – douglasbrombilla@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – cissacal@yahoo.com.br

⁵Universidade Federal de Pelotas – luisfranz@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – acessiarq@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados do último relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), existem cerca de 610 milhões de pessoas possuem alguma deficiência. Estas deficiências podem ser classificadas como físico-motora, sensorial, cognitiva ou múltipla. A deficiência físico-motora relaciona-se a alteração da capacidade de motricidade geral do indivíduo, dificultando ou impossibilitando a realização de diversas atividades. Já a deficiência sensorial condiz com perdas significativas nas capacidades perceptivas do indivíduo, gerando dificuldades auditivas ou visuais, por exemplo. A dificuldade cognitiva pode ser entendida por como a dificuldade que diz respeito a compreensão das informações recebidas (atividades mentais). Por fim, a múltipla relaciona duas ou mais deficiências.

Por acessibilidade espacial entende-se não só a condição do indivíduo de conseguir atingir um lugar desejado, mas também a possibilidade de “[...] compreender sua função, sua organização e relações espaciais, assim como participar das atividades que ali ocorrem.” (DISCHINGER, BINS ELY E PIARDI, 2012). Essas ações devem ser executadas em condições de segurança, conforto e autonomia. Trata-se de um direito civil básico e todos os mecanismos que assegurem a sua implementação devem ser desenvolvidos.

Segundo Bins Ely e Dorneles (2006), devem-se considerar os quatro componentes da acessibilidade, para seu melhor entendimento, divididos em quatro categorias: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso. As condições de orientação espacial estão relacionadas com a compreensão dos ambientes, para que o indivíduo situe-se e desloque-se a partir das informações fornecidas pelo/no ambiente. Deslocamento corresponde às condições de movimento e livre fluxo no sentido vertical como no horizontal, com a possibilidade de utilização de elevadores e rampas, por exemplo. Já a comunicação corresponde à facilidade de interação interpessoal e sua troca de informação. Por fim, no componente uso, temos a relação da participação em atividades e utilização de mobiliários.

A fim de que todos os indivíduos possam usufruir dos mesmos direitos, em 2004 foi sancionado o Decreto-Lei Federal nº 5296, que estabeleceu prazos para que as edificações existentes se adaptassem à acessibilidade. Além disso, esse Decreto determinou que a consideração dos parâmetros apresentados pela NBR 9050 - Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos públicos - fosse obrigatória. Porém, ainda hoje é possível identificar, em projetos novos e de intervenção (reforma), espaços deficientes, ou

seja: as dificuldades oriundas a partir de uma deficiência podem se sobressair se o ambiente construído não for planejado para atender a todas as pessoas, independentemente de suas capacidades e limitações.

Com estes dados atuais, é preciso sensibilizar a população sobre as intervenções espaciais necessárias a fim de garantir que todas as pessoas utilizem os mesmos espaços. Além disto, é necessário que os profissionais reconheçam e saibam aplicar as normas e leis vigentes. Por este motivo, os grupos que estudam este tema tem grande importância. Existem núcleos semelhantes ao presente em outras universidades, como o Laboratório de Acessibilidade (LACESSE) da Universidade Federal da Paraíba e o Núcleo de Pesquisa, Estudo e Projeto sobre Acessibilidade e Desenho Universal (PRO ACESSO), da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Portanto, o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Acessibilidade (NEPEA) tem como objetivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à acessibilidade no ambiente construído, buscando que a comunidade em geral se sensibilize e, também, que os conceitos que cercam o tema sejam difundidos. Já este resumo visa mostrar os resultados atingidos a partir de algumas ações do programa.

2. METODOLOGIA

São realizadas pelo grupo de trabalho constantes discussões acerca dos principais conceitos envolvidos. Dentre estes conceitos, pode-se citar acessibilidade, deficiências, normas e leis vigentes relacionadas ao tema, entre outros. Ainda, são reconhecidos métodos e técnicas comumente empregados para avaliar as condições de acessibilidade em ambientes construídos, tais como entrevistas individuais, entrevistas com grupos focais, aplicação de questionários, passeio acompanhado, técnica *Walkthrough*, visita exploratória e poema dos desejos, por exemplo.

Os participantes do programa se envolvem, ainda, em uma vivência prática das limitações impostas a partir das diferentes deficiências.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O NEPEA conta, atualmente, com seis integrantes: três professores da Universidade Federal de Pelotas, um professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (*campus* Rio Grande) e dois alunos bolsistas.

Quanto ao ensino, o programa contempla uma disciplina optativa intitulada "Acessibilidade", ofertada nos cursos de Engenharia Civil e de Produção do Centro de Engenharias. Contemplando os projetos de ensino, ainda são elaborados seminários internos, que apresentam os principais conceitos estudados para a futura elaboração de trabalhos.

Em relação aos projetos de extensão, vem sendo realizados minicursos e palestras, geralmente, no meio acadêmico. Estas ações visam difundir os conceitos de acessibilidade para profissionais e estudantes das áreas de engenharia e arquitetura. Entre novembro de 2015 e abril de 2016, realizou-se um minicurso (figuras 01 e 02) durante a V Mostra da Produção Científica e Tecnológica (MPCT) e IV Seminário de Extensão do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, em Rio Grande, palestra na III Jornada Técnica em Segurança do Trabalho, organizado pelo SENAC, em Bagé, e participação em duas mesas redondas: a primeira (figura 03) sobre acessibilidade no VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído, realizado em Recife, e a segunda sobre

ergonomia, na Universidade Federal de Pelotas, contando com professores e alunos de diversos cursos e diferentes instituições.

Figuras 01, 02 e 03 – representação do NEPEA em eventos regionais e nacionais



Fonte: os autores, 2016.

Quando se trata de projetos de pesquisa, existem trabalhos desde o ano de 2013. O primeiro projeto tratou a respeito das condições de orientação espacial no terminal de embarque do Aeroporto Internacional de Pelotas. Em seguida, elaborou-se um projeto que tratava de uma análise pós-ocupação em edificações de uso coletivo, onde estudaram-se as instalações do Shopping Pelotas. O projeto que vem sendo desenvolvido atualmente está relacionado ao estudo da acessibilidade em áreas livres públicas.

O NEPEA busca, a partir de seu site, informar os eventos nacionais e internacionais relacionados ao tema, bem como divulgar as ações e publicações desenvolvidas pelo grupo.

Desde de 2013, foram publicados trabalhos completos em anais de congressos, como o Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído (ENEAC), o Congresso Nacional de Ergonomia – ABERGO, o Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ENTAC) e o Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humanotecnologia (ERGODESING & USIHC). Publicaram-se os resultados (parciais e finais) das atividades realizadas, também, em edições anteriores do Congresso de Iniciação Científica e do Congresso de Extensão e Cultura, da própria universidade.

Na sequência do estudo, pretende-se promover outros cursos que difundam o conhecimento do tema, organizar eventos relacionados à acessibilidade em nível local, regional, estadual e, até mesmo, tem-se a perspectiva de organizar um evento nacional já reconhecido na área.

4. CONCLUSÕES

As questões relacionadas à acessibilidade devem ser levadas em consideração por profissionais responsáveis pela elaboração de projeto desde a sua fase inicial. Na prática, identifica-se que pequenos erros podem causar grandes problemas e impossibilitar o uso de determinado espaço por alguns usuários.

Ao final das atividades disponibilizadas pelo NEPEA, acredita-se que muitos aspectos relacionados à acessibilidade tenham sido esclarecidos. De forma geral,

é necessário que estes conceitos sejam difundidos, para que relevância social e importância se tornem ainda maiores. Além disto, a população precisa se tornar mais sensível quanto ao tema, de modo a tornar a vida das pessoas com deficiências mais confortável e segura.

Conclui-se, ainda, que o programa vem ajudando a comunidade de Pelotas e região – principalmente – a compreender a acessibilidade. Intenciona-se que a UFPel tenha reconhecimento a partir das ações deste núcleo, seja pelas atividades que vem sendo desenvolvidas, bem como pela participação dos integrantes do grupo em eventos de referência para a área.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Acessado em 02 de agosto. 2015. Online. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>

BINS ELY, V. H. M.; DORNELES, V. G. Acessibilidade espacial do idoso no espaço livre urbano. In: **14º CONGRESSO BRASILEIRO DE ERGONOMIA**, novembro de 2006, Curitiba.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004.** Acessado em 02 de agosto. 2004. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V.M; PIARDI, S. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público.** Florianópolis. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU e as pessoas com deficiência.** Acessado em 02 de agosto. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>

EMBRANQUECIMENTO CULTURAL E A PROBLEMÁTICA DA AUTODECLARAÇÃO NO INGRESSO DAS COTAS RACIAIS

JOSÉ RESENDE JÚNIOR¹; ELÍSIA GABRIELA CARDOSO²; ALESSANDRA
GASPAROTTO³

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – jresendej@hotmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas – cardosoelisia@gmail.com 2

³Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

“Muitos pesquisadores identificaram o branco como representante da humanidade e da cidadania” (HASENBALG, 1979 – pág. 93; NEGRÃO, 1986 – pág. 94; ROSEMBERG, 1980; SILVA, 1995), isto, em função da representatividade social, hierárquica e etnocêntrica, que os mesmos alicerçaram ao longo de sua história. Preocupados em manter a hegemonia econômica e política, essa "tática" serviu tão bem ao interesse branco que, até hoje, quaisquer que sejam as representações na mídia, nos livros didáticos, literários, etc, as figuras são, predominantemente, brancas. O que prova a cristalização dessa ideia de supremacia é o fato de ser socialmente naturalizado, seja pelos brancos ou pelos próprios grupos subordinados. Inclusive, este estado de inconsciência é uma das formas com que o racismo age dentro da sociedade brasileira, através de mecanismos indiretos de segregação.

O conceito de branquidade, expresso por Bertulio (2012), ajuda a constituir e reforçar perspectivas etnocêntricas na produção do conhecimento dentro do ensino superior, o que conserva o embranquecimento cultural e a perpetuação de discursos racistas ainda que inconscientes e indiretos. Conforme Carvalho, “99% dos professores das universidades públicas são brancos [...] Vivendo, portanto em um *apartheid* real, ainda que não legal, segregado (2014, pág. 30)”. O modelo elitista, proposto no discurso, que vai na contramão das políticas de ações afirmativas, dificulta a construção de uma identidade cultural e um empoderamento por parte desses grupos historicamente excluídos, impedindo, por exemplo, um indivíduo pardo de entender-se como negro, corroborando ainda, para a falsa democracia racial,

visto que esse “clareamento”, ao invés de ser entendido como racismo, se “justifica” frente à pluralidade étnica do país.

Portanto, o objetivo deste texto, que se insere em um projeto de extensão financiado pelo PROEXT, denominado Cotas: um diálogo afirmativo entre escola e universidade, é avaliar o ingresso através da política de cotas, debatendo o embranquecimento cultural, e como ele atinge o acesso pelas subcotas raciais, principalmente na concepção da figura do pardo e sua própria compreensão identitária.

2. METODOLOGIA

Análise das pesquisas protagonizadas pelo NUAAD/CAPE UFPel (Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade/Coordenação de Ações Afirmativas e Políticas Estudantis) desde os primeiros meses de 2016, que consistiu em um processo de levantamento de dados que objetivava constituir uma metodologia que, posteriormente, junto a outros órgãos e pesquisadores possa estabelecer informações detalhadas e um acompanhamento melhor dos alunos cotistas, a fim de cobrir possíveis fragilidades e entender os diversos perfis dos mesmos.

Atrelado à proposta, o Projeto Cotas, amplia este debate para além do ambiente universitário, elucidando questões étnicas, de reparação histórica, direitos humanos e ingresso na universidade, justamente, para um público, em maioria, socioeconomicamente frágil. Deste modo, também possibilita de grupos de diferentes vertentes de movimentos sociais tenham espaço para discutir e apresentar suas impressões acerca das temáticas que os mobilizam. Ainda, está presente nas rodas de conversas que contemplam o tema da diversidade cultural e, principalmente, na construção da abordagem cultural proposta pela Lei.11.645/2008 do ensino das culturas indígenas e afro brasileiras em núcleos de estudos especiais, a exemplo do NEABI (Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas); formando uma espécie de ponte com o social, permitindo assim, que os conhecimentos/experiências externas, agreguem e moldem o conhecimento acadêmico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise dos dados levantados pela CAPE, referente ao ingresso de cotistas, têm-se resultados em base de reserva de vagas e vagas ocupadas. A esmagadora maioria dos estudantes busca ingressar na universidade pelo acesso à cota de estudante de escola pública com renda livre (L3), seguida da cota para estudante de escola pública com renda per capita de até 1,5 salários mínimos (NUNES, 2016); Tendo assim, a baixa procura pelas subcotas com recorte étnico racial. Pelos dados levantados pela pesquisa da CAPE no ingresso de 2016 da UFPel, na área das Ciências Agrárias e Biológicas: para 37 vagas reservadas, 47 foram as vagas ocupadas, ou seja 127% na modalidade L3 que dessa forma, excede o número de vagas reservadas na mesma vaga, em função do remanejamento de vagas das outras modalidades e mesmo da Ampla Concorrência. As subcotas étnico/raciais tem maior representatividade na área das Ciências Humanas com 63% na relação reserva/vagas L2 ocupadas, ainda assim perde por uma diferença menor da L3 com 65%, compreendendo os cursos considerados de menor prestígio social.

A UFPel até o primeiro semestre de 2016 não tinha uma forma de análise da autodeclaração étnica. Dessa forma, foi-se criada uma comissão avaliadora, formada por órgãos da universidade, estudantes e militantes dos movimentos sociais negros que compõem uma mesa de análise dos futuros ingressantes pelas subcotas raciais. Assim, com embasamento teórico, experiências vivenciadas e análise do memorial dos estudantes a comissão apresenta sua posição sobre a autodeclaração, estabelecendo o entendimento sobre o que a universidade entende por preto, pardo e indígena. Sem resultados oficiais, mas com o próximo acompanhamento a esse trabalho, pôde-se notar superficialmente, que no último processo, predominantemente nos cursos de maior concorrência e prestígio social, houve uma densa tentativa de não-negros e não-indígenas de ocupar as vagas específicas, devido a nota de corte ser, simbolicamente, menor.

4. CONCLUSÕES

Os resultados breves trazem para contemporaneidade da sociedade brasileira uma problemática que vem sendo ocultada e explodiu nas últimas

décadas. A identidade negra e a representatividade, a necessidade das políticas de incentivo às culturas que vão constituir essa identidade, bem como o fato da dificuldade do negro em estabelecer sua negritude, atrapalhando o acesso às políticas que pressupõem uma reparação histórica e uma consolidação de seus direitos.

A população negra deve ocupar os espaços elitizados, ser então a protagonista e narradora de sua própria história, trazer novas perspectivas e expor as diversas formas de saberes que permeiam a sociedade brasileira. Resistir ao embranquecimento cultural e entender como o racismo se articula. Vigiar a aplicação dessas leis e estar presente em sua consolidação, porque as políticas de ações afirmativas são, também, frutos de luta e resistência dos movimentos sociais e da juventude negra.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUARTE, Evandro C.Piza; BERTULIO, Dora Lúcia de Lima. **Identificação de beneficiários em programas de inclusão: a construção de modelos**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.
- NUNES, Georgina Helena Lima. Políticas de Ações Afirmativas: o balanço da década. In: SILVEIRA, Marta I.C Messias; BIANCHI, Paula. **Núcleo Interdisciplinar de Educação: Articulações e contextos e saberes nos (per) cursos de licenciatura da Unipampa** Florianópolis: Tribo da Ilha, 2013.
- NUNES, Georgina Helena Lima. **Universidade Federal de Pelotas e o processo afirmativo da inclusão étnico-racial no acesso e permanência ao ensino superior: primeiras reflexões**. Pelotas, 2016.
- SANTOS, Sales Augusto dos. **O sistema de cotas para negros da UnB: um balanço da primeira geração**. S.Paulo: Paco Editorial, 2015.
- SILVA, Ana Célia. **Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade**. EdUFBa, 2007.
- Ministério da educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Kauwá Apurinã¹; Lori Altmann²

¹Universidade Federal de Pelotas – kakite.apurina@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lori.altmann@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

A abertura do processo seletivo específico para ingresso de indígenas e quilombolas no ano de 2015 na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) abriu novas possibilidades para os povos (indígenas e quilombolas) dentro do espaço acadêmico e de conhecimento ocidental, um desagravo histórico à restrição ao acesso de indígenas à universidade, na condição de educandos/as.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (conhecida como Lei de Cotas)², Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, Decreto Nº 6.944 de 21 de agosto de 2009 e Decreto nº. 6.040/2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais) darão subsídio legal para que a UFPel, em consonância com as demais instituições da Região Sul, possa aderir as práticas inclusivas de seleção especial para indígenas e quilombolas.

A UFPel passa a ser a sétima universidade no Brasil a aderir a Ações Afirmativas, o que significa, nas palavras da coordenadora de Igualdade Racial do Ipea: “Conceitualmente, a ação afirmativa é aquela que, a partir da identificação de uma desigualdade, cria políticas para alterar este cenário de forma a garantir o acesso a direitos, bens e serviços semelhante ao restante da população”³.

A alusão a ações afirmativas no panorama brasileiro é logo relacionada à ideia de cotas, contudo, cotas são apenas uma espécie, da qual ações afirmativas são gênero. Neste sentido, a própria Constituição Federal nos diz que:

As discriminações legais positivas em favor da integração de negros e índios estão em consonância com os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, estabelecidos nos incisos III e IV de seu artigo 3º (NEVES, 1996, p. 262).

A ideia cristalizada que os indígenas vivem de “tanga e pena” em meio a florestas, aos poucos se desmistifica, não dentro de um processo de evolução, mas a partir de modos de reestruturação de si próprios, em ressonância com as subjetividades, com a reafirmação de identidade através de sua cultura e de conhecimentos próprios e também adquiridos. A presença de indígenas dentro de espaços acadêmicos, possibilita a troca de saberes e a possibilidade da

¹ Nome indígena na língua Apurinã de Maria de Fátima Nascimento Urruth.

² Este texto em parte é resultado de minha participação como bolsista no Projeto de Extensão denominado “Cotas: um diálogo afirmativo entre a Universidade e a Escola”, coordenado pela professora Alessandra Gasparotto. A orientadora deste resumo, Profa. Lori Altmann, também integra este projeto.

³ Tatiana Silva, coordenadora de Igualdade Racial do Ipea. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711>.

reparação histórica. Estavam aqui antes de todos/as, o que remete ao pertencimento e a direitos consagrados pela legislação, no dizer de MIGNOLO:

Os povos indígenas são anteriores ao Estado brasileiro. Esses povos foram objeto do processo de colonização instaurado no Brasil e, mesmo após a independência política, permaneceram sujeitos à colonialidade do poder (MIGNOLO, 2003, pág. 262).

A seleção na Universidade Federal de Pelotas trouxe várias etnias indígenas: *Nukini* (AC) *Kaingang* (RS), *Xokleng* (SC), *Tuxa* (MG) para concorrer às vagas ofertadas, que segundo a UFPel representa demandas das comunidades indígenas e quilombolas:

Após uma série de contatos realizados por entidades governamentais e movimentos sociais, a Pró-Reitoria elaborou o projeto, que cria vagas específicas para os habitantes de tais comunidades em cursos cujas áreas são consideradas críticas pelas comunidades, no que toca à dependência dos grupos a profissionais que venham de fora desses locais, especialmente na área da saúde e das ciências da terra, conforme explica o coordenador da CAPE. Foram, portanto, solicitadas ao Cocepe uma vaga em cada um dos seguintes cursos: Administração, Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Pedagogia e Zootecnia. Cinco dessas vagas são voltadas para comunidades quilombolas e as outras cinco para as indígenas.⁴

Foram 42 candidatos inscritos na primeira seleção para Indígenas e Quilombolas na UFPel. A seleção deu-se em duas etapas: Prova de redação e apresentação de memorial descritivo. O curso mais concorrido foi Medicina, com 12 candidatos por vaga, seguido por Agronomia, com nove. Os cursos de Nutrição e Zootecnia não receberam candidatos/as e as duas vagas foram preenchidas pelos/as suplentes conforme classificação decrescente.

2. INDÍGENAS

Trazer uma reflexão sobre as relações dos indígenas e não indígenas no Brasil, e neste caso, o recorte dentro da UFPel, não se constitui empreitada simples, pois os povos indígenas vieram de situações muito diferenciadas em termos de cultura, história e realidade.

Os povos indígenas do Brasil são mais de 240 povos somando 896.917 pessoas, falam mais de 180 línguas (Dados do IBGE, 2010). Temos reconhecimento e a garantia jurídica de leis dos não indígenas, com dispositivos normativos internacionais e nacionais: Convenção N^o 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. O sistema jurídico garante aos indígenas o direito à vida e à igualdade nas mesmas qualidades e oportunidades, que a lei outorga aos/as demais brasileiros/as, garantindo “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (cf. Art. 231, § 1^o). No entanto as lutas não cessam, há muito para ser feito e a universidade torna-se espaço para se alçar a autonomia plena e a liberdade que nos é inerente.

⁴ **Criadas vagas para quilombolas e indígenas.** Acessado em 17 jul. 2016. Disponível em <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2015/05/08/ufpel-aprova-criacao-de-vagas-especiais-para-quilombolas-e-indigenas/>.

Ensejando uma análise crítica que visa desconstruir as imagens distorcidas provocadas pelas lentes do colonialismo europeu. Neste sentido a Lei 11.645/08 foi uma das grandes conquistas para o reconhecimento social da população negra e indígena, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras, públicas e privadas, do Ensino Fundamental e Médio. Abarcando importantes questões, não se resumindo à questão da escravidão e do preconceito, retratando a importância do reconhecimento do/a negro/a e do/a índio/a como pilares da formação da sociedade brasileira, como atores históricos que lutaram e continuam nesta demanda pelos seus ideais. Refletir as trilhas sobre as quais a identidade indígena reelabora/resignifica as práticas e os valores. Portanto, atualizando o debate em torno do ser indígena e atravessando os limites da epistemologia ocidental.

3. UMA UNIVERSIDADE INDÍGENA

As possibilidades da aplicação de políticas de Ações Afirmativas para povos indígenas aludem, portanto, a contextualização dos povos indígenas no Estado brasileiro e a questão da diferença sociocultural. Assim, a via de acesso à interculturalidade e a troca de saberes adentra a universidade e se inicia a reparação histórica com relação aos povos indígenas, tendo em vista os séculos de massacre a que estiveram submetidos e, a que ainda estão⁵, cabe fazê-lo com o princípio do respeito aos seus modos de vida, ao direito de continuarem sendo povos diferenciados. As ações afirmativas constituem-se, desta forma, na afirmação e na positivação da diferença. As características e as possibilidades de autonomia dos povos indígenas do Brasil, se sustentam em três conceitos e práticas políticas inseparáveis: multiculturalidade, autonomia e sustentabilidade.”

A luta política pela aplicabilidade dos direitos indígenas e pela inclusão educacional deve observar, justamente, os valores da multiculturalidade, da autonomia e da sustentabilidade como um tripé que fundamenta o entendimento e que norteia à práxis dos movimentos indígenas. O reconhecimento da multiculturalidade consiste na percepção de outros modos de vida e de representação do mundo, a que chamamos de alteridade. A autonomia é o princípio ético, que deve servir de base aos intercâmbios entre as diversas culturas, no horizonte de conjunturas que visam sustentabilidade, como resultado da manutenção dos grupos sociais.

Um projeto dos movimentos indígenas é a construção de uma universidade indígena que promova o diálogo com todos os saberes, fazendo o caminho singular de entendimento entre o conhecimento e todos os povos.

A reparação histórica tornar-se realidade, quando olhamos ao lado e percebemos os povos originários ocupando espaços, que antes lhes eram negados, para buscar a autonomia e a contribuição de e para cada aldeia ou localidade da qual são oriundos. São momentos assim que as lutas sociais indígenas tem o seu reconhecimento.

⁵ EREMITES DE OLIVEIRA, J. **Os indígenas e os fazendeiros e o governador de Mato Grosso do Sul.** Acessado em 17 jul. 2016. Disponível em http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11117:2015-09-28-22-55-26&catid=25:politica&Itemid=47.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

NEVES, Marcelo. Estado democrático de direito e discriminação positiva: um desafio para o Brasil. In: MAIO, Marcos C. SANTOS, Ricardo V. (Orgs). **Democracia e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Hoffmann, Maria Barroso- [orgs.] Ação afirmativa e direitos culturais diferenciados – as demandas indígenas pelo Ensino Superior In: **DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA E DIREITOS CULTURAIS DIFERENCIADOS**. Rio de Janeiro:, LACED – Departamento de Antropologia/Museu Nacional-UFRJ: 2007, pág.61.

Longo combate às desigualdades raciais. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Acessado em 17 jul 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=71>.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. **Os indígenas e os fazendeiros e o governador de Mato Grosso do Sul**. Acessado em 17 jul 2016 Disponível em <http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11117:2015-09-28-22-55-26&catid=25:politica&Itemid=47>.

Criadas vagas para quilombolas e indígenas. Acessado em 17 jul. 2016. Disponível em <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2015/05/08/ufpel-aprova-criacao-de-vagas-especiais-para-quilombolas-e-indigenas/>.

CORPOS, SABERES E SUSTENTABILIDADE

MARCOS PAULO RIBEIRO GOUVEA¹; GLACIENE JANUÁRIO HOTTIS LYRA²

Universidade do Estado de Minas Gerais¹ – marcosgouveaa@hotmail.com
Universidade do Estado de Minas Gerais² – hottislyra@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em “Corpos, Saberes e Sustentabilidade” aborda-se o conceito de gênero e suas mutações com o passar do tempo. A pesquisa destaca a importância da ideologia de gênero nas escolas e universidades. Buscando analisar as atuais relações dos corpos com o meio, levando em consideração fatores histórico-culturais, esse trabalho questiona os espaços que não são ocupados por pessoas LGBT’s e suas responsabilidades nas pautas sustentáveis.

Correlacionar gênero a sustentabilidade é uma tarefa um tanto quanto confusa para alguns. Essa visão é decorrente da percepção primária que temos do conceito sustentável, traz à tona estratégias e planos de ação que visam manter a natureza preservada para nossos sucessores. Para que um indivíduo colabore efetivamente com a manutenção do meio ambiente é necessário, primeiro, que este se entenda parte do todo, produto do meio. Aceitar todos os grupos sociais e suas características particulares é mão única rumo às transformações sociais, visto que somos biologicamente dotados de capacidade transformadora e temos algo a oferecer.

Fruto da observação das muitas injustiças sociais cometidas em função da desastrosa busca pelo desenvolvimento econômico, essa pesquisa se dispõem a problematizar os conceitos de desenvolvimento. Trata-se de entender e pensar o que está além do acúmulo material e preservação do planeta: as pessoas. Somos resultado de uma sociedade culturalmente patriarcal e heteronormativa, conceitos estes não aceitos pela nova geração de pensadores, pois fazem referência ao senso comum consolidado, ou seja, verdades absolutas e afirmações sem embasamento científico, que em muitos momentos causam segregação e exclusão. ALVES (1944) escreveu: “Meu corpo é o resultado de um enorme feitiço. E os feiticeiros foram muitos: pais, mães, professores, padres, pastores, gurus, líderes políticos, livros, TV”.

É necessário compreender esse processo de formação e ir contra ao que é segregante, fazendo desta forma que a sustentabilidade social seja pensada

como fator primordial à qualidade de vida dos cidadãos e preservação do planeta. Assim, levando como base os estudos de Haraway, Alves, Pitanguy e Cavalcanti e ainda dados de pesquisas já realizadas, o estudo coloca em discussão valores que são impostos para todos, mas que só são favoráveis a uma parcela da sociedade, causando questões sociais como o “hetero-esbranquiçamento” do mercado de trabalho.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nessa pesquisa será uma revisão bibliográfica. A junção dos pensamentos dos autores pesquisados corrobora a ideia da diferenciação de gênero e sexo bem como explicita a segregação que os corpos LGBT's sofrem tanto na sociedade quanto no mercado de trabalho. Pesquisadores como ALVES (1944), HARAWAY (2004), ALVES e PITANGUY (1985), entre outros, têm apresentado trabalhos bastante significativo quando ao estudo de gênero e o papel de cada indivíduo na sociedade assim como cada pessoa se vê perante os outros indivíduos.

A coleta de dados será através do Google Acadêmico e Scielo com a separação de artigos, livros e reportagens acerca do assunto proposto pela pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gênero é o que diferencia socialmente os indivíduos, sem levar em consideração fatores biológicos. Constituem-se então, os gêneros masculino, feminino ou ambos em um só corpo. No campo social existem diferenças entre homens e mulheres, diferenças essas que foram estabelecidas com o passar do tempo, modelos pensados para uma sociedade que se opõem à atual, o que já explicita uma necessidade urgente de evolução, visto que a mentalidade de alguns se mantem presa a padrões do passado.

Foi percebida uma forte repressão a pessoas transexuais, ou seja, indivíduos nascidos biologicamente com um determinado sexo, masculino ou feminino, mas que se enxergam no papel social do gênero oposto ou de ambos. Assim, como o conceito de gênero, a raça humana e suas verdades são mutáveis. Porém, é fácil encontrar quem diga que se nasceu menino vai morrer menino, o que é preocupante, pois torna claro o egoísmo social quanto às escolhas do outro.

Ligado ao gênero surge a proposta da ideologia de gênero, que diferente do que é pregado por uma massa, não diz que todos devem se submeter a readaptação sexual. Por entender que as questões da percepção do sexo estão muito além da vertente biológica, os projetos pedagógicos fomentam a ideia de que não se nasce homem ou mulher, mas torna-se. O sexo (feminino\masculino) é reflexo de um processo de construção que agrega inúmeros fatores sociais e culturais específicos de cada ambiente. Dizer que a cor rosa é para meninas e a cor azul é para meninos estabelece uma normatividade que, no futuro, reflete de forma assustadora nas relações pessoais de um grupo. Esse grave fator faz com que pessoas LGBT's, mais especificamente os corpos transgêneros, não encontrem espaço na sociedade, em específico, no mercado de trabalho, pois foi desenvolvida ao longo no tempo a ideia de que o ser humano é aquilo que nasce, e os que fogem dessa ideologia são rotulados como aberrações e\ou doentes.

É alarmante o fato de profissionais com um bom currículo não serem contratados por questões tão pessoais, pior ainda é saber que isso se agrava quando se remete ao meio acadêmico, pois atualmente os modelos de universidade no país não oferecem apoio jurídico, social ou psicológico aos que necessitam se readaptar sexualmente.

De acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), a situação dessas, que na divisão LGBT carregam um fardo social ainda mais pesado, é ainda mais chocante: 90% dos corpos da categoria ainda estão se prostituindo no país. Mesmo tendo bons currículos, acabam rejeitadas nas entrevistas por não serem sequer compreendidas em seu autorreconhecimento.

As campanhas da pauta sustentável abordam a preservação do meio ambiente como sendo fator primordial para melhoria da qualidade de vida e preservação da raça humana, mas não seria ao contrário? É necessário fortalecer as relações, combater os critérios que separam, reconhecer as habilidades de cada indivíduo e estabelecer normas de convivência de forma onde a equidade de gênero seja uma realidade, para que possa assim pensar em estratégias de preservação, tanto da raça humana quanto do meio ambiente.

Como é sabido, sustentabilidade vem do latim *sustentare*, corresponde a sustentar, favorecer e conservar. Segundo CAVALCANTI (2003) o termo supracitado significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema.

Os projetos da área de sustentabilidade social que visam a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos necessitam de espaço, e este espaço só será possível quando o acesso à informação for facilitado e não escondido, como acontece. É preciso pautar a sustentabilidade social como prioritária, pois a raça humana está definindo para a autodestruição. Ainda prevalecem arraigados em todo o mundo ideologias ultrapassadas da vida em sociedade. É preciso respeitar o ser humano em suas particularidades para que respeite a natureza como sendo parte dela.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que, para se alcançar a sustentabilidade social é preciso entender gênero e a responsabilidade de cada um dos papéis sociais. Dentro dessa perspectiva, o conhecimento (saberes) será carro-chefe para alcançar esta realidade que para muitos é utópica. Conhecimento é a capacidade de agir do homem, é necessário apegar-se às informações, dar sentido a elas e transformá-las em caminhos para que esses possam ser usados como via para a transformação social e ambiental.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

À FLOR DA PELE: ensaios sobre gênero e corporeidade\O organizadores Marga J. Ströher; Wanda Deifelt; André S. Musskopf. – São Leopoldo, RS: Sinodal; CEBI, 2004. 318 p. (editora sinodal – 2004)

GOMES, R. **Mercado de trabalho brasileiro ainda é hostil à população LGBT.** Publicado 22/05/2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/05/mercado-de-trabalho-brasileiro-ainda-e-hostil-a-populacao-lgbt-indica-estudo-170.html>>. Acesso em 31 jul 2016.

MENDES, J. M. G. **Dimensões de Sustentabilidade.** Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>>. Acesso em 31 jul 2016.

PRAUN, A. G. **SEXUALIDADE, GÊNERO E SUAS RELAÇÕES DE PODER.** Revista Húmus - ISSN: 2236-4358 Jan/Fev/Mar/Abr. 2011. N° 1.

SANTANA, V. C; BENEVETO, C. T. **O conceito de gênero e suas representações sociais.** Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>>. Acesso em 31 jul 2016.

LIGA ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

MARIANA COSTA BEDUHN¹; JOSÉ MÁRIO BREM DA SILVA JÚNIOR²;
MARINA PORELLA GHIGGI³ ; CAROLINA COSTA DA CUNHA⁴

¹Universidade Católica de Pelotas – maricbeduhn@gmail.com

²Universidade Católica de Pelotas – jjuniorr1998@hotmail.com

³Universidade Católica de Pelotas – marina.ghiggi@ucpel.edu.br

⁴Universidade Católica de Pelotas – carolina.c.cunha@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A formação acadêmica dos estudantes do curso de Direito é um tema de grande relevância, já que tal processo, como pontua STRECK (2001), está a criar “representações que têm como efeito o de impedir uma problematização e uma reflexão mais aprofundada sobre nossa realidade sociopolítica”, resultando assim em profissionais acríticos, alienados e dogmáticos.

No intuito de se contrapor ao panorama dado, em 12 de novembro de 2013, a Liga Acadêmica de Ciências Criminais (LACC) é fundada, com vinculação à Universidade Católica de Pelotas, com o objetivo de promover os princípios constitucionais norteadores do ensino universitário brasileiro, além de propiciar aos acadêmicos um aprofundamento dos estudos iniciados no currículo acadêmico e, principalmente, facultar o senso crítico e pautado na autonomia do homem-sujeito das conflitualidades sociais.

Cabe ressaltar, que a Liga Acadêmica de Ciências Criminais apresenta-se como um programa de extensão, ou seja, é um conjunto integrado de ações e projetos, de duração ilimitada - como prevê o artigo 1º, §2º do Estatuto da LACC-, que coaduna os pilares norteadores da educação superior brasileira no seu funcionamento.

Sendo assim, para melhor organização e eficiência, a LACC é organizada pela sua diretoria, composta por oito membros, sendo estes professores, profissionais ou discentes, além de ser normatizada pelo seu Estatuto e pela Portaria N° 087/2013 da UCPel.

Ademais, torna-se proeminente evidenciar que a Liga Acadêmica de Ciências Criminais provém do Grupo Autônomo de Estudantes de Ciências Criminais, o GA ECC, que possuía as mesmas diretrizes fundamentais, mas com a diferença de ser independente de vínculos institucionais e deter-se apenas ao ensino.

2. METODOLOGIA

A Liga Acadêmica de Ciências Criminais têm, semanalmente, reuniões ordinárias – sendo estas, ou reuniões científicas ou formativoadministrativo -, além de atividades extras, geralmente vinculadas as linhas de extensão.

As reuniões científicas subdividem-se nas discussões voltadas ao ensino e nos debates circunscritos no princípio constitucional da pesquisa. Aquelas promovem discussões de artigos científicos, leitura de livros, entre outros mecanismos; já esta é pautada na promoção e análise dos artigos e produções dos membros da LACC, no intuito de incentivar o diálogo e interlocuções entre as diversas pesquisas produzidas no seio do grupo.

Já as reuniões formativoadministrativas, pauta-se as discussões sobre os rumos da LACC, como organização estudantil, como debates referentes aos processos seletivos, organização de eventos, planejamento, logística, entre outras pautas.

Além disso, a Liga, visando a promoção das discussões práticas e a atuação integrada e comprometida com a comunidade, realiza, no mínimo uma atividade extensionista por ano. No mesmo sentido, sempre no segundo semestre, a LACC realiza um evento para divulgar suas ações e pesquisas, e contribuir para o fomento da análise crítica e a interlocução entre os pesquisadores da região.

No que tange a pesquisa, através da contribuição dos professores orientadores e profissionais da região, os membros recebem aulas de metodologia de pesquisa e sobre diversos temas jurídicos controversos para a posterior formulação de pesquisas científicas.

Nesse interim, cabe ressaltar que a Liga, de encontro com o que é previsto na Constituição Federal, em seu artigo 207, entende os pilares ensino, pesquisa e extensão como indissociáveis, e portanto, os temas trabalhados nessas três áreas sempre relacionam-se

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de sua formação, ainda como um projeto piloto, a LACC proporcionou aos acadêmicos a aula inaugural do Curso de Direito, com a presença do professor Aury Lopes Júnior. No mesmo ano, foi proporcionado à comunidade a discussão sobre as peculiaridades do sistema repressivo brasileiro, nos eventos “Políticas de Segurança Pública e criminologia da repressão: um debate sobre a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza no Brasil” e no “Minicurso de Política Criminal: Medo, Expansão e Punição no Direito Penal Contemporâneo”. Além disso, em parceria com o Grupo Libertas, foi realizado o I Congresso Pelotense de Ciências Criminais, reunindo assim diversos palestrantes, pesquisadores e estudantes. Tal evento deu surgimento à primeira publicação da LACC, intitulada “Escritos em Ciências Criminais I”. Além disso, devido o interesse que despertou, a Liga Acadêmica de Ciências Criminais realizou dois processos seletivos. Junto a isso, foi executado o projeto “Pensando o Gênero”, em conjunto com o Centro de Referência a Mulher da cidade de Pelotas. Neste os membros atuavam no sentido de divulgar e difundir direitos, leis e mecanismos jurídicos concernentes ao tema.

Já no ano de 2015, procurando dar continuidade ao êxito anterior, a Liga Acadêmica de Ciências Criminais realizou diversos eventos, como consequência de um ano efervescente no Congresso Brasileiro. Entre diversos temas abordados, tornam-se proeminentes a redução da maioria penal, a violência institucional contra a mulher e a descriminalização das drogas, já que estes foram abordados na forma de ação extensionista e eventos acadêmicos. Tais ações fomentaram levar a comunidade o panorama político e jurídico que circunscrevem tais discussões. Já os eventos visaram o fomento das presentes discussões na comunidade acadêmica, colocando as mais diversas opiniões em contraponto.

Além disso, aderindo a campanha nacional de denúncia à violência institucional contra a mulher, a LACC realizou o projeto “Concretizando a Dignidade da Pessoa Humana no Presídio Regional de Pelotas”, que divulgou perante a comunidade a situação precária e de total abandono que as mulheres encarceradas nos presídios brasileiros. Tal divulgação se tal em diversos pontos

da cidade e resultou na posterior doação de materiais de higiene pessoal para as apenadas.

Como no ano anterior, a Liga Acadêmica de Ciências Criminais, em conjunto com o grupo Libertas - UFPel, realizou o “II Congresso Pelotense de Ciências Criminais”. Torna-se mister ressaltar que os Anais do referido evento estão em vias de ser publicado.

Ressalta-se ainda que, no que tange a pesquisa, diversos membros apresentaram suas produções no Congresso Pelotense de Ciências Criminais, no Salão Universitário da UCPel e no Congresso de Iniciação Científica da UFPel.

Já no início do presente ano, a Liga Acadêmica de Ciências Criminais vou agraciada pelo convite de constituir a Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas Jurídicas, com outras 13 ligas de diversos pontos do país. Tal associação tem como objetivo a reunião de esforços para darmos sequência a troca de informações e experiências entre os membros das mesmas e dar publicidade a este novo modo de aprofundamento e aprendizagem do Direito, haja vista que todos os referidos grupos são organizados e geridos por acadêmicos e orientados por professores.

Além disso, nestes primeiro semestre a Liga Acadêmica de Ciências Criminais, após o “IX Processo Seletivo de Membros” chegou a 20 membros e, portanto, atingiu o máximo de participantes previstos pelo o seu Estatuto. A partir desse momento, a LACC dedicou-se ao estudo do inquérito policial, tema este, de diversas pesquisas dos membros da LACC. Além disso, esta palestrou na Semana Acadêmica do Curso de Direito da UCPel, falando sobre “Abordagens sobre o garantismo jurídico-penal” e teve membros apresentando seus artigos no Congresso Internacional de Punição e Controle Social, realizado no Prédio do Direito da UFPel.

E, no presente semestre, a Liga Acadêmica de Ciências Criminais retoma o seu projeto “Pensando o Gênero” de forma remodelada, haja vista que atuará na difusão de direitos e mecanismos legais concernentes à violência doméstica nos bairros periféricos da cidade de Pelotas. Além disso, os membros atuarão na divulgação e atendimento jurídico dos jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas, juntamente com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Ademais, a LACC promoverá em setembro o “Fórum de Ciências Criminais”, que contará com palestras de juristas renomados, oficinas, grupos de apresentação de trabalho, entre outras atrações.

4. CONCLUSÕES

A Liga Acadêmica de Ciências Criminais, em seus quase três anos de atividade, assim como as diversas ligas acadêmicas existentes, evidencia a importância da autonomia estudantil em sua formação, opondo-se, portanto, a uma educação tecnicista e massificadora. Nesse sentido pontua FREIRE (1997),

“Na medida em que deixam em cada homem a sombra da opressão que o esmaga. Expulsar esta sombra pela conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente liberadora e por isto respeitadora do homem como pessoa.”

Portanto, a LACC visa a autonomia dos seus membros e análise crítica das situações que a ciência jurídica se detêm e, para tanto, a conjuga o ensino, a pesquisa e a extensão, onde até o momento tem logrado êxito como programa de extensão.

Além disso, o presente grupo têm se caracterizado por ser uma resistência aos movimentos de encarceramento em massa e violação dos direitos humanos, já

que, como princípio norteador, tende a evitar simplificações e generalizações muito presentes no discurso midiático e popular.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

ALMEIDA, B. R.; GHIGGI, M. P. (organizadores). **Escritos em Ciências Criminais I.**- São Paulo: Editora Max Limonad, 2016.

FREIRE, P. **Educação com uma Prática de Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra LTDA, 1967.

STRECK, L. L. **Tribunal do júri: símbolos e rituais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. 4. ed.

Documentos eletrônicos

UCPEL. **Estatuto da Liga Acadêmica de Ciências Criminais.** Site do Curso de Direito da UCPel, Pelotas, 23 mar. 2000. Especiais. Acessado em 10 ago. 2016. Online. Disponível em: [http://direito.ucpel.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/estatuto da liga academica de ciencias criminais LA CC.pdf](http://direito.ucpel.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/estatuto_da_liga_academica_de_ciencias_criminais_LA_CC.pdf)

UCPEL. **Regulamento para Criação e Funcionamento das Ligas Acadêmicas** Site do Curso de Medicina da UCPel, Pelotas, 23 mar. 2000. Acessado em 10 ago. 2016. Online. Disponível em: http://medicina.ucpel.edu.br/uploads/Manual_Medicina_2015.pdf

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO “BASQUETEBOL EM CADEIRA DE RODAS” DA ESEF/UFPEL NA VIDA DOS PRATICANTES

MARINA DE OLIVEIRA DE MAGALHÃES¹; RAFAEL PEDERZOLI TEIXEIRA²;
MARIO RENATO AZEVEDO JUNIOR³

¹Universidade Federal de Pelotas – marinamagalhaes@hotmail.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – rafapederezoli@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – mrazevedojr@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O projeto Basquetebol em Cadeira de Rodas da Escola Superior de Educação Física vem sendo desenvolvido desde setembro de 2010, possibilitando a jovens e adultos com deficiência a prática do basquete adaptado. O objetivo deste projeto é possibilitar, além do objetivo central supracitado, a prática esportiva acompanhada por pessoal qualificado, desenvolver aspectos técnicos e táticos da modalidade, a consciência de grupo, o fair-play e compreensão das regras do esporte em questão, além de aspectos cognitivos (raciocínio atenção, noção espaço-temporal...) e afetivos (autoestima, socialização, espírito de luta).

O projeto é coordenado pelo professor Mario Renato Azevedo Junior, professor da ESEF/UFPEl, contando com o auxílio de um bolsista, alunos voluntários e alunos matriculados na disciplina PCC (prática como componente curricular).

Como voluntária desde 2014 e agora bolsista do projeto Basquetebol em cadeira de rodas, venho através deste trabalho ressaltar a importância do esporte inclusivo na vida de pessoas com deficiência, através do relato de experiência. LAGO e AMORIM (2008, p.7) ratificam isso quando dizem que

“O esporte figura como uma poderosa ferramenta para a reintegração do deficiente à vida social. O esporte melhora a qualidade de vida, aumenta a autoestima, dá disposição, amplia o círculo de amizades, desenha o corpo, mexe com a cabeça e com o humor.”

2. METODOLOGIA

Este é um estudo de caráter experimental, segundo GIL (2002, p.48) a pesquisa experimental

“Consiste essencialmente em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis capazes de influenciá-lo e definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto. Trata-se, portanto,

de uma pesquisa em que o pesquisador é um agente ativo, e não um observador passivo.”

O projeto é realizado duas vezes por semana, terça e quinta-feira, das 16:45 às 19:30. As atividades são realizadas em uma quadra poliesportiva, na Escola Superior de Educação Física, tendo diversos materiais disponíveis para uso, como bolas, cones, arcos, coletes, etc. Além do material específico para a modalidade, como bolas de basquete, cadeiras de rodas e tabelas móveis. O ginásio conta com infraestrutura para atender pessoas com deficiência, possuindo vestiários adaptados e elevador.

Este trabalho terá como foco os dois grupos existentes, sendo denominados iniciação e equipe. O grupo iniciação é para indivíduos que possuem deficiência motora mais avançada ou deficiências neurológicas associadas. São trabalhadas atividades recreativas com caráter lúdico, a fim de proporcionar a socialização, além de melhorar o desenvolvimento motor, ansiedade, autoestima, etc.

Já a equipe é formada por pessoas de Pelotas e região, com graus diferentes de lesão medular (deficiência física) e/ou amputados. Nos treinos são trabalhadas atividades voltadas para a aprendizagem dos fundamentos técnico-táticos específicos do basquete em cadeira de rodas. Os fundamentos técnicos são aperfeiçoados através da repetição dos mesmos e do feedback do instrutor, enquanto os aspectos táticos são aprimorados por meio de simulação de situações reais de jogo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente o projeto atende cerca de seis alunos na iniciação e oito na equipe. O projeto ainda oportuniza aos estudantes de graduação, através da Prática como Componente Curricular, que possam vivenciar a experiência de trabalho pedagógico. Através de uma conversa realizada durante o dia a dia com os alunos participantes do projeto e com seus familiares podemos destacar alguns resultados como o benefício que a prática regular de atividade esportiva traz para estes alunos, pois para alguns esta é a única atividade física realizada por eles durante a semana.

Falando especificamente da equipe, onde apenas um dos participantes nasceu com a deficiência, o restante adquiriu a deficiência durante sua vida, todos afirmam que o projeto foi de suma importância, já que a maioria apresentava um quadro de depressão logo que percebiam a mudança que a deficiência traria para suas vidas.

Nesses anos de projeto pude, assim como alguns colegas da graduação, colocar em prática alguns ensinamentos que aprendi na própria ESEF, podendo vivenciar e aprofundar os conhecimentos à cerca das deficiências, e futuramente saber lidar com diferentes situações visando a inclusão deste público na sociedade. Pude reforçar valores éticos e morais inerentes à docência. Perceber que, o pouco que nos doamos semanalmente, é algo que tem um significado enorme para aquelas pessoas.

De fato, os benefícios que o esporte traz são muitos, tanto para aqueles que praticam, como para nós, que temos a função de transmitir aquilo que nos foi ensinado. Sabemos que muito deve ser melhorado, o projeto ainda conta com uma demanda inferior à sua capacidade de atendimento, apesar de todos os esforços de divulgação em diversas mídias como rádios, jornais, telejornais locais, bem como através do convite feito por conhecidos e visitas a associações das pessoas com deficiência. Questões como a carência de transporte público com acessibilidade, má infraestrutura das ruas, faz com que poucos deficientes tenham acesso ao projeto.

4. CONCLUSÕES

Fica evidente a importância de nosso projeto, tanto na vida acadêmica, para a formação de profissionais engajados com a causa dos indivíduos com deficiência, formando assim nestes profissionais, uma consciência de inclusão de todos na sociedade. Oportuniza ao aluno observar, planejar, aplicar e avaliar a intervenção junto a pessoas com deficiência, assim como o conhecimento acerca do esporte adaptado em si e, principalmente, contribui quanto experiência de vida diferenciada pela convivência com os alunos e famílias que enfrentam as diferentes dificuldades impostas pela deficiência.

Em relação aos indivíduos que participam do projeto, observa-se com o passar do tempo, os benefícios trazidos, tais como: aumento da autoestima, inclusão social, espírito de equipe, senso de competitividade, melhora na qualidade de vida, desenvolvimento físico e cognitivo.

Os benefícios que o projeto traz tanto para a comunidade acadêmica, quanto para os participantes são vários, mas cabe salientar que este carece de maior reconhecimento para que seus benefícios alcancem e influenciem a vida de um maior número de pessoas, e maior investimento, que deve ser encarado como uma ação que oferece retornos positivos a imagem institucional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A.,2002.

LAGO, T. M.; AMORIM, A. A. O Basquete em cadeira de rodas com papel de inclusão e integração dos portadores de deficiência. **Animador sociocultural: Revista Iberoamericana**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 1-10, mai.2008/set.2008.

URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO INFORMAL: O CASO DA DOM BOSQUINHO, RIO GRANDE-RS.

MARINA MECABÔ¹; DENIZE BAUNGARTNER²; MICHELI FERRETTI³; JOHN KELVIN DOS SANTOS⁴; NIRCE SAFFER MEDEVDOVSKI⁵; ANA LÚCIA COSTA DE OLIVEIRA⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – marinamecabo@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – denibaungartner@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – micheliferretti@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – johnksantos@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – nirce.sul@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – lucostoli@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo trata de parte de um trabalho realizado na disciplina de Projeto Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel e tem por objetivo discutir questões urbanas do município de Rio Grande - RS com enfoque na ocupação periférica Dom Bosquinho. Conhecer as particularidades dessa ocupação, identificar a existência de interesse político, verificar a postura do poder público do município frente a esta realidade e além disso identificar as potencialidades e apresenta-las à população e aos governantes com o objetivo de fazê-los repensar no futuro dos moradores.

A habitação é um direito fundamental do indivíduo, porém com a estrutura econômica atual apresenta-se como bem de acesso seletivo, um privilégio àqueles que podem pagar por um imóvel "Cortiços e favelas apontam soluções técnicas populares para a obtenção de moradia. Em geral, elas são irregulares e inadequadas, mas devem ser analisadas como a obra possível aos desvalidos da sociedade", (RIBEIRO, 2005). E ainda segundo FERNANDES,

[...] a proliferação de favelas nas cidades brasileiras expressa de maneira inequívoca a natureza excludente do processo de desenvolvimento urbano e o padrão segregador das relações históricas sobretudo na criação da dinâmica de possibilidades do mercado e na determinação do lugar dos pobres na cidade.

A ocupação inicial, denominada Macegão, é datada de 1970 e surgiu através de aterros na Orla do Saco da Mangueira, essa ocupação ocasionou a obstrução do canaleta da Rua Major Carlos Pinto, que é uma obra antrópica de 1920, extinguindo assim a conexão entre Canal do Rio Grande e ao Saco da Mangueira que visava facilitar a drenagem e escoamento da cidade. Posteriormente, com os movimentos de moradia que surgiram em resposta à extinção das CoHabs, ocupou-se a região entre o Saco da Mangueira e a Avenida Reingantz, sendo essa nova configuração denominada Dom Bosquinho.

A Dom Bosquinho está localizada na periferia da cidade ao lado da poligonal de tombamento da antiga fábrica Rheingantz e próximo a uma área de preservação permanente. Tombamento é um instrumento de valorização e preservação de um bem de valor histórico e arquitetônico através de aplicação de legislação específica. Poligonal, por sua vez, é o entorno imediato e objetiva preservar a ambiência do bem e impedir que elementos afetem sua legibilidade.

Devido às características anteriormente citadas, a Dom Bosquinho atualmente é palco de um conflito urbano social gerado por um projeto em trâmite na prefeitura que, se aprovado, implicará na extinção da comunidade. O projeto

em questão é de iniciativa privada e propõe um complexo habitacional voltado para população de alta renda com um conjunto de edifícios de 8 andares e estruturas de apoio.

“ Nos dados do Banco Mundial 1 milhão de moradias produzidas no Brasil, 700 mil são ilegais, o que comprova que a maior parte da produção habitacional é informal o que demonstra a tolerância do setor público com essa ilegalidade” (HOLZ, 2008). No caso estudado essa tolerância também evidencia-se na consolidação da Dom Bosquinho como uma região da cidade.

Devido à dificuldade de comprovar renda, a maioria da população em déficit habitacional não apresenta perfil para assumir financiamentos convencionais. Buscando contornar essa situação houve a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, Lei nº 10.257/2001, onde pode-se dominar pacificamente uma área de até 250m² por usucapião. Conforme diz o artigo da referida Lei:

[...] as áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são suscetíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

No que se refere ao direito à moradia, este foi incluído no texto constitucional por força da Emenda Constitucional nº 26/2000, que alterou a redação original do art. 6º da Constituição Federal de 1988, o direito à moradia foi incluindo no texto constitucional, sendo atribuído a ele *status* de direito social, compromisso este assumido pelo Brasil por constar na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Para regulamentar o capítulo da política urbana, bem como assegurar a garantia ao direito à moradia, a Lei 10.257/2001, chamada de Estatuto da Cidade, fez surgir formas de intervenção do Poder Público sobre o patrimônio particular e cidades. Tem objetivo de garantir o pleno desenvolvimento das cidades e assegurar a função social da propriedade urbana, permite aos Municípios a adoção de instrumentos para a urbanização e a legalização das ocupações, busca combater à especulação imobiliária, assim como uma justa distribuição dos serviços públicos, soluções planejadas e articuladas para os problemas das cidades e a participação da população na formulação e execução das políticas públicas.” HOLZ; (2008)

2. METODOLOGIA

Este estudo se desenvolveu no primeiro semestre de 2016 através do método qualitativo, embasado em revisão bibliográfica referente à temática além de conversas com moradores e comerciantes da região realizada “in loco”.

O estudo iniciou-se em uma conversa com a Prefeitura de Rio Grande que forneceu auxílio para coleta de materiais históricos e de infraestrutura em diferentes secretarias e prestadores privados de serviços. Era de conhecimento do município que os documentos que a prefeitura possuía estavam bastante defazados e desorganizados. Posteriormente realizou-se a análise, compatibilização e atualização através de verificações e levantamentos físicos na área estudada. Também foi realizado entrevistas com moradores da Dom Bosquinho e com alguns comerciantes da região, análise de seus anseios e posterior lançamento da proposta de revitalização urbana e apresentação desta

em audiência aberta ao público realizada no dia 13 de julho de 2016 na prefeitura de Rio Grande.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade Dom Bosquinho é caracterizada por ruas irregulares, sem calçamento nem iluminação, desprovidos de rede de água e esgoto, sem escola e postos de saúde além de alto índice de violência. O esgoto corre a céu aberto, o policiamento é quase inexistente, os ambientes de lazer são resumidos à uma praça depredada há anos e um campo de futebol que por falta de infraestrutura gera conflito aos habitantes de seu entorno. Em dias de chuva o acesso a habitação torna-se muito difícil, serviços básicos como fornecimento de água, energia elétrica, telefone e internet ocorrem informalmente através de “gatos” (ligações clandestinas). Essas características acabam por evidenciar a marginalização. “A grande consequência dessa exclusão é a desigualdade social, propiciando a discriminação e menores oportunidades de emprego, ocasionando, assim a perpetuação da pobreza”, (FUNES,2005).

Contrapondo-se à essas dificuldades é lar de muitas famílias que encontraram nessa forma de moradia sua cidadania e valorizam a localização de suas habitações e as relações interpessoais que estabeleceram ali. Notamos que o modo de conviver em uma favela difere muito das urbes regulares e convencionais, lá ruas são uma extensão da casa. A intimidade social ente os habitantes e as relações formadas devido à proximidade física e de circunstâncias são, de certa forma, inigualáveis.

Através da análise dos dados geográficos coletados, identificamos Rio Grande como um município particular em relação aos perigos hídricos. O lençol freático alto, influência das marés e solo pouco drenante, resultam em áreas vulneráveis a inundações. O poder público utiliza-se deste argumento para justificar a desocupação da área, porém propõe ocupação de área vizinha, em terreno de condições semelhantes. Isso evidencia que é possível, através de infraestrutura adequada habitar a zona.

O projeto que está tramitando para essa região, do escritório do Brasil Arquitetura, vai contra à legislação aplicada a preservação do patrimônio, uma vez que irá interferir em uma fachada tombada e na sua poligonal, com edifícios que irão alterar a legibilidade da paisagem urbana histórica tombada da Rheingntz. Assim como também contraria a lei de preservação ambiental não respeitando a faixa de mata ciliar definida para o local e os direitos dos posseiros, além de ser incompatível com a infraestrutura viária da região.

Tendo em conta que esta realidade atinge milhares de rio grandinhos, que estão ocupando um espaço urbano até então desabitado, e que não há possibilidade de construção de “novas” habitações para todos que vivem em situação precária e ilegal, a regularização fundiária passa a ser a forma menos agressiva para que os preceitos constitucionais da função social da propriedade e direito fundamental à moradia sejam atendidos.

É necessária a qualificação da infraestrutura, portanto foi desenvolvida pelos autores deste trabalho uma proposta de requalificação urbana. Inicialmente, foi proposta a continuação subterrânea do canaleta da Avenida Major Cícero até o Saco da Mangueira, melhorando a drenagem e escoamento da cidade. O mesmo, recebeu tratamento paisagístico para integrar-se com uma praça posposta para a Dom Bosquinho, visando assim a continuidade do traçado urbano existente com o objetivo de diminuir a marginalização da comunidade. Desenvolveu-se também

propostas para melhoria do sistema viário, promovendo conexão com a infraestrutura existente na região e iluminação pública para promover segurança. A praça proposta busca suprir as necessidades relatadas pelos moradores, ela encontra-se onde existe a pré-existência do campinho e conta com estrutura para lazer de crianças, ambientes de permanência para adultos e áreas para práticas esportivas. Essas atividades já são identificadas na comunidade mas ocorrem de maneira precária. Os moradores relataram a ausência de creche para crianças em idade pré escolar, por isso foi inserida na praça uma escola padrão PAC para 120 crianças em turno integral. Outra importante proposta é uma caixa d'água, que serve como ponto focal de identificação da comunidade e estimula a discussão sobre a necessidade de abastecimento d'água e tratamento de esgoto.

4. CONCLUSÕES

O direito à moradia é protegido tanto pela constituição Brasileira quanto pelos instrumentos internacionais, reconhecido como um direito humano em diversas declarações e tratados. A área de preservação permanente foi definida por especialistas e aprovada pelos órgãos competentes. A intervenção proposta pela Brasil Arquitetura não respeita a poligonal de tombamento do Iphae. A prefeitura não deve ignorar sua legislação em benefício do capital privado uma vez que cabe ao poder público a garantia da ambiência e subsistência dos fatores citados.

O trabalho foi importante no sentido de conscientizar a população e o poder publico de que pode e deve ser feito diferente e munir a população de argumentos para que ela possa, assim como prevê o estatuto da cidade, participar da formulação e execução das políticas públicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Capítulo de livro

FERNANDES, E. A regularização de favelas no Brasil: problemas e perspectivas. **Direito à cidade: Trilhas Legais para o direito às cidades sustentáveis.** São Paulo: Max Limonad, 1999.

RIBEIRO, W.C, Cidades ou sociedades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. In: CARRERAS, C. **Urbanização e Mundialização estudos sobre a metrópole.** São Paulo: Contexto.2005.

Resumo de Evento

HOLZ;S;MONTEIRO;T.V.A. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. In: **X COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, Barcelona, 2008.

Tese/Dissertação/Monografia

FUNES, S. **Regularização Fundiária na Cidade de Piracicaba – SP: Ações e Conflitos.**2005. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MEDIAÇÃO: TRANSFORMANDO CONFLITOS EM FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Natalia Araujo de Lima; Lucas Farias; Barbara Canary Peres; Angela Torma Pietro.

Faculdade Anhanguera do Rio Grande - nathlima@aedu.com
Faculdade Anhanguera do Rio Grande
Faculdade Anhanguera do Rio Grande
Angela Torma Pietro - angela.pietro@aedu.com

1. INTRODUÇÃO

O Projeto de extensão “Mediação: um caminho à pacificação social” integra as ações de extensão da Faculdade Anhanguera do Rio Grande. Tendo como objetivo geral desenvolver ações práticas e reflexivas em mediação de conflitos junto ao Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Anhanguera do Rio Grande, nas escolas municipais e junto ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social – Medidas Sócioeducativas com a mediação familiar, escolar e justiça restaurativa. E como objetivos Específicos: - Prestar atendimento em mediação as famílias e a comunidade escolar; - Realizar palestras e encontros dialógicos junto a comunidade riograndina; - Produzir textos e artigos acadêmicos com os resultados alcançados.

O mesmo teve início no primeiro semestre de 2014 na modalidade de oficinas teóricas e práticas simuladas em mediação de conflitos para os acadêmicos do 9º e 10º. semestre do Curso de Direito. Como os resultados foram positivos o mesmo passou a ser uma atividade permanente, além de dar início ao atendimento a comunidade riograndina com a mediação extrajudicial em casos de Direito de Família.

Entendemos que a mediação é um efetivo mecanismo de atuação na resolução dos conflitos, onde os envolvidos passam a protagonizar e decidir sobre suas querelas, sendo que as decisões são pactuadas e realizadas por eles mesmos, sendo o mediador um maestro na condução do processo de mediação.

2. METODOLOGIA

O caminho metodológico utilizado apresenta-se em duas vertentes para o desenvolvimento do trabalho proposto: Primeiro a preparação dos acadêmicos e depois a atuação junto à comunidade: Os acadêmicos passam por uma formação onde eles estudam os conteúdos básicos, além de realizarem atividades simuladas. Os conteúdos que são trabalhados são desenvolvidos em módulos temáticos: a) Módulo I - Mediação; b) Módulo II – O papel dos Mediadores, c) Módulo III – O processo de Mediação – FASE INICIAL; d) Módulo IV - O processo de Mediação – FASE INTERMEDIÁRIA; e) Módulo V – O processo de Mediação – FASE FINAL; f) Módulo VI – Modelos de Mediação – Início da Prática; g) Módulo VII – Prática; h) Módulo VIII – Prática.

Também são realizadas reuniões para estudos sobre o tema, debates sobre a mediação e suas características e como o mediador deve proceder durante o processo. Conforme o estudo foi sendo aprofundado o trabalho passou a ser também fora do ambiente acadêmico, ou seja, com trabalhos de campo junto ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social – Medidas

Socioeducativas com a mediação familiar, escolar e justiça restaurativa, apoio junto ao Núcleo de prática jurídica para o atendimento a comunidade também são atividades desenvolvidas. Além dos atendimentos a comunidade semanalmente no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Anhanguera do Rio Grande.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante ressaltar que todo conflito tem um ponto de partida, ou seja, uma divergência que pode ser uma briga entre vizinhos, um divórcio. Algo que mude a rotina dessas pessoas. Para que possamos entender como ajuda-las, precisamos estar dispostos a ouvi-las de forma que elas se sintam acolhidas, protegidas, confortáveis.

Para Lederach *apud* Bastos; Corrêa (2015, p. 16) : “*Não podemos resolver ou transformar um conflito se não o entendermos previamente*”. Assim como na mediação, em que temos a opção de ouvir os mediandos em separado ou em grupo, para que entendamos a respeito do problema.

Assim, para que haja a resolução do conflito, as partes precisam procurar um local que possa apresentar a eles reais garantias de comprometimento com a demanda apresentada e para isso a Faculdade Anhanguera do Rio Grande conta com um Núcleo de Práticas Jurídicas no qual os estudantes do 9º e 10º Semestre fazem estágio supervisionado com atendimento a comunidade, o projeto teve início em 2014 e até hoje mais de 200 acadêmicos já passaram por essa experiência em mediação. Todos os atendimentos realizados foram da esfera do Direito de Família envolvendo questões relacionadas a guarda de filhos e cuidados com idosos e pessoas com deficiência o que tem se verificado é a mudança na vida destas pessoas após a intervenção realizada, tendo em vista o maior fortalecimento de vínculos e um olhar mais cuidadoso em relação ao outro.

Cumprir destacar que, a proposta de trabalho buscou incentivar os acadêmicos a participarem de atividades extensionistas e que possuam relevância para a comunidade e como resultado tivemos um grande número de estudantes mais motivados e preparados para atuar na área social ao término da graduação. Entendemos que hoje as atividades de mediação alcançaram um espaço de grande relevância junto ao atendimento Núcleo de Prática Jurídica.

4. CONCLUSÕES

Entendemos que mudanças de perspectivas são necessárias a fim de estabelecer novos parâmetros a sociedade moderna, afinal nos transformamos todos os dias e com o direito não é diferente.

O cenário onde tínhamos apenas o juiz que decidia os litígios e as partes que tinham apenas o dever de mover o judiciário da inercia e aguardar o julgamento caiu por terra, pois hoje, as pessoas podem resolver seus problemas extrajudicialmente ou com algum remédio possessório, como a mediação, a conciliação, deixando de apenas aguardar que um terceiro intervenha em algo que elas podem resolver, afinal o judiciário está sobrecarregado e de forma amigável a solução é mais ágil e mais eficaz para todas as partes. O principal objetivo é a paz social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Simone de Almeida Ribeiro; CORRÊA, Marcelo. **Resolvendo conflitos de forma construtiva: a contribuição de cada um para uma cultura da paz.** Brasília: Universidade de Brasília - UNB, 2015.

PRUDENTE, Neemias Moretti. A mediação e os conflitos familiares. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 52, abr 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2536>. Acesso em jun 2016.

A FALA COMO DISPOSITIVO DE RESSIGNIFICAÇÃO DE HISTÓRIAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

TALITA GONÇALVES MONTEIRO¹; IAGO MARAFINA DE OLIVEIRA²; JOSÉ RICARDO KREUTZ³

¹Universidade Federal de Pelotas – talitagmonteiro@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – iagomarafinadeoliveira@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – jrkreutz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária é uma alternativa ao sistema de produção prevalente atualmente, atuando de maneira a valorizar processos autogestionários e a apropriação pelo trabalhador de sua força de trabalho. SINGER (2000), aponta que ela é uma potencializadora do poder de luta do trabalhador, a medida que possibilita a esse a participação nas decisões - trabalho de forma democrática e igualitária - e a divisão justa do produto final de trabalho. O presente trabalho visa abordar uma das ações realizadas pelo Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) que atende trabalhadores rurais e urbanos de Pelotas e região que fazem parte da Associação Bem da Terra (ABDT), buscando contribuir com a consolidação de empreendimentos solidários, sendo essa atividade parte integrante do edital 2015 do Programa de Extensão Universitária (ProExt), intitulado “Bem da Terra - Rede de redes - num circuito local de comércio justo e solidário”, que promove a continuidade de projetos anteriores do mesmo núcleo.

O TECSOL¹ é institucionalizado em 2011, pela Resolução do COCEPE nº 10 de 27 de outubro, sendo constituído por um trabalho interdisciplinar de docentes e discentes da supracitada universidade, operando de maneira atravessada pelos processos de autogestão e educação popular. Ele trabalha conjuntamente ao Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), visando auxiliar no desenvolvimento da economia solidária da região, atuando com a incubação de empreendimentos, bem como na experimentação de formas inovadoras de comercialização solidária.

O Projeto de trabalho audiovisual com os grupos surgiu mediante análise de das reuniões mensais da Associação Bem da Terra, pelo grupo de trabalho (GT) Incubação, bem como da experiência e vivência junto aos grupos de empreendimentos, onde foi levantado a necessidade de que os empreendedores solidários conheçam as histórias um dos outros, para oportunizar condições de se reconhecerem nelas, atuando através de recursos audiovisuais com a história dos envolvidos, utilizando das oratórias como dispositivos - “máquinas de fazer ver e de fazer falar” (Deleuze & CORDEIRO, 1996, p.84) - que possibilitem a identificação dos grupos e reforcem laços de trabalho e convivência dentro do campo grupal da associação.

O trabalho desses empreendedores, é na essência o trabalho manual, mas não se limita a isso, pois perpassa pelos processos de administração,

¹Outras informações sobre o projeto encontram-se disponíveis em: <http://wp.ufpel.edu.br/tecsol/>

manutenção e criação de produtos e serviços, que os possibilitem se auto organizar e serem sujeitos autônomos no seu processo de produção. Em contrapartida, o trabalho manual hoje passa por processos de constante desvalorização; observamos isso quando questionamos o valor desse trabalho se ele não mais se vincula ao trabalhador e sim ao processo, e como se da essas relações em uma época em que o desenvolvimento da técnica, se sobrepõe ao homem (BENJAMIN, 1993).

A palavra de ordem² das relações de trabalho, faz com que o trabalhador manual associe seu ofício a algo frívolo, que ocupa uma posição desfavorecida no mercado de trabalho e de pouca importância social, visto que pode ser facilmente substituído por máquinas e produção em massa. O resgate dessa história pretende potencializar no grupo o valor de seu trabalho, fazendo da fala um dispositivo de ressignificações e empoderamento de experiências, para que talvez possibilite a esses trabalhadores “encontrar sua vizinha e sua zona de indiscernibilidade” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 64), visto que histórias são relações rizomáticas³ que se encontram e desencontram em uma rede de afetos e percepções. A relação de trabalho de um indivíduo, quando contada por ele, é um potencial gerador de identificações e empatia, sendo que “existem muitas paixões em uma paixão, e todos os tipos de voz em uma voz” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 11).

2. METODOLOGIA

A atividade se estruturou inicialmente com a proposta de realização do trabalho aos integrantes da associação, onde passou pela aprovação e opinião dos mesmos. Após formalizado a realização das gravações foi feito, junto aos trabalhadores, a escala de gravações e exibições na reunião mensal, de acordo com disponibilidade e vontade dos produtores, sendo essa participação voluntária e segundo a disponibilidade de cada um. Posteriormente a constituição da escala, o trabalho vem sendo desenvolvido em três etapas, que se sucedem e são dependentes para a efetivação da proposta junto aos trabalhadores.

A primeira etapa é a visita para captação das imagens juntos aos grupos. Essa visita é estruturada de maneira a possibilitar que os trabalhadores tenham papel fundamental na criação dos vídeos, solicitando, sempre que possível, a opinião do que será gravado e quais os processos que aquele trabalhador julga importante mostrar para os demais. O bolsista extensionista e professor orientador que acompanham o trabalho são facilitadores do processo, sendo, no momento da gravação aqueles que escutam a história contada, se interessam e levantam marcadores entre os enunciados, marcadores esses que são entendidos como potencia ao devir⁴.

² A palavra de ordem é, em si mesma, redundância do ato e do enunciado. Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é "necessário" pensar, reter, esperar, etc (DELEUZE; GUATTARI, 1995(2), p. 14), ela agencia, nesse contexto, a subordinação de saberes e significâncias, a medida que diz ao intelector o que é interessante, relevante e esperado no campo social.

³ Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas... (DELEUZE; GUATTARI, 1995(1), p.04), cada ponto se conecta com qualquer outro, não há um centro, nem uma unidade presumida — em suma, o rizoma é uma multiplicidade. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 03)

⁴ Entende-se devir como aquilo que “a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 55).

A segunda etapa é a edição, que é feita pelos extensionistas. A participação do trabalhador da associação nessa etapa se dá de forma consultiva ao mesmo; após a primeira versão do vídeo estar finalizada é levada para que o grupo protagonista da história veja e opine, sobre o que deseja que acrescente ou retire do roteiro que será apresentado na reunião da associação.

A última etapa se dá pela apresentação do vídeo na reunião mensal da associação. Nessa etapa a fala dos protagonistas dos vídeos são elementos linguísticos produtores de sentido relevantes enquanto dados empíricos para o desenvolvimento do diálogo na assembleia da ABDT, potencializando as relações e trocas dos grupos no local, visto que a narrativa das histórias não consistem apenas em comunicar o que se viu (ou viveu), mas também em transmitir aquilo que se ouviu (DELEUZE; GUATARRI, 1995), compartilhando com o grupo e se reconhecendo no processo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até então o projeto vem se desenvolvendo de maneira satisfatória e sete, dos 37 empreendimentos de economia solidária do Bem da Terra tiveram suas histórias gravadas sendo que cinco dessas histórias foram exibidas nas reuniões da associação em vídeos com média de 10 minutos de duração. As exibições se dão em clima de visita aos empreendimentos, quando os trabalhadores são convidados a conhecer o complexo de cada grupo, pela fala de seus protagonistas que dão sentido a sua existência e coexistem com os demais integrantes da associação, sendo que essa “linguagem não é a vida, ela dá ordens à vida” (DELEUZE; GUATARRI, 1995(2) p.10).

Nas exibições afetos são inferidos e enunciados de maneira sutil, sendo os vídeos percebidos como potência a empatia entre os integrantes que se reconhecem na história do outro, solidarizam-se e oferecem apoio para angústias, possibilidade de acolhida de problemas por opiniões e experiências prévias de cada integrante. O vídeo como dispositivo de afetos tem gerado discussões tanto nas exibições como nas visitas aos empreendimentos, que ao contar suas histórias tomam ciência de seu saber e apropriam-se de sua força de trabalho, sendo que “a linguagem é então definida aqui como comunicativa mais do que como informativa, e é essa intersubjetividade, essa subjetivação propriamente linguística, que explica o resto, isto é, tudo aquilo que fazemos existir ao dizê-“lo”. (DELEUZE; GUATARRI, 1995(2) p.13)

Estima-se que aproximadamente 150 pessoas que participam dos grupos de economia solidária da Associação Bem da Terra sejam diretamente tocadas por esse exercício de contar e ressignificar suas histórias, e que posterior a isso os 214 consumidores ativos desse complexo também possam ter a oportunidade de tomar contato com a história de trabalho desses grupos, que são os fornecedores de produtos que compõe suas despesas mensais, fomentando assim a nova relação de consumo que propõe a economia solidária, sendo que essa vai além da relação de produtor e consumidor, visando o elo que se estabelece nesse contínuo.

4. CONCLUSÕES

As apresentações dos vídeos nas reuniões mensais da associação vem demonstrando implicações positivas no relacionamento dos envolvidos, e já motivou atividades conjuntas entre os produtores rurais e urbanos, no que tange a troca de conhecimento para consolidação de trabalhos. Uma outra atmosfera de

relacionamento também vem se instaurando mediante a apresentação das histórias, onde essas reuniões deixam de ser apenas práticas em relação ao trabalho que se precisa desempenhar e começam a ser um local de trocas, possibilitando uma nova camada de diálogo e horizontalidade, princípios que tangem a estruturação de uma economia justa e solidária.

Assim como a busca de um processo de trabalho autogestionário na associação, os vídeos também são trabalhados dentro dessa lógica, onde não podemos negar a limitação que perpassa o processo de edição, em que o olhar do editor, ainda que direcionado pelo grupo envolvido, é de suma importância para o produto final. Em relação a isso é importante frisar que no trabalho extensionista desse projeto é indissociável a constante manutenção e discussão dos processos de visita e edição, para que essa prática não perca o caráter de autonomia dos grupos, e seja de fato uma ferramenta trabalhada de forma conjunta, enfatizando a criação de cada complexo solidário envolvido.

Com isto concluíamos que a apropriação do trabalhador de sua história e força de trabalho é uma ferramenta importante de emancipação de classes poucos favorecidas no sistema econômico atual. A narrativa dessas histórias, e a implicação dela na vida de terceiros pode potencializar no indivíduo e/ou grupo um novo olhar para si, e ressignificar modelos agenciados pela palavra de ordem. Obtivemos também bons resultados, no que diz respeito, ao convívio e articulação, verbal ou habitual dos grupos, o que nos motiva a prosseguir com o trabalho para contar as tantas outras histórias que fazem parte dessa associação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza . BENJAMIN, W; ROUANET, S.P. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, p. 114-119, 1993.
- DELEUZE, G; CORDEIRO, E. **O mistério de Ariana: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze**. 1996.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: volume 1**. São Paulo: Editora 34, 1995(1)
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: volume 2**. São Paulo: Editora 34, 1995(2)
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: volume 4**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- SINGER, P.I; DE SOUZA, A.R (Ed.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

O DESENVOLVIMENTO DE UMA ASSESSORIA JURÍDICA TRABALHISTA NA FACULDADE DE DIREITO PARA A COMUNIDADE

THIAGO FALSON SANTANA¹; THAIS GOTUZZO DE MENEZES MEDINA²,
JOSÉ EDUARDO BOBROWSKI BLASCO³, JOSÉ HENRIQUE BOBROWSKI
BLASCO⁴, JANE GOMBAR⁵

¹Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Extensão e Cultura PBA/UFPEL –
thiago_fs@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas- thais5medina@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas- jedublasco@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas- bobrowskiblasco@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas. Orientadora – gombarjane@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A ATC/FD - Assessoria Trabalhista Comunitária trata-se de um projeto fruto das disciplinas de Direito do Trabalho I, Direito do Trabalho II (disciplinas estas do curso de graduação do Direito), Ambiente e Trabalho I e Ambiente e Trabalho II (estas da pós graduação do Direito), tendo como escopo o acesso à informação para a comunidade pelotense no tocante ao âmbito jurídico das relações de trabalho, a fomentação da formação acadêmica dos discentes participantes do projeto, através de um aprimoramento do aprendizado dos alunos, ligando a teoria abordada nas disciplinas teóricas do curso de direito com a prática profissional, e também para preparar este mesmo corpo discente para o mercado profissional.

2. METODOLOGIA

A metodologia consiste na realização de reuniões entre os professores participantes do projeto e os membros discentes, onde são delineados os métodos de trabalho, realizadas discussões acerca de literatura jurídico-trabalhista com ênfase na prática forense, oficinas de atualização, além dos horários de atendimento à comunidade, sendo estes atendimentos realizados através da distribuição de fichas de atendimento para os horários fixados, sendo estes horários nas segundas-feiras das 9:30 às 11:30, terças-feiras das 9:30 às 11:30 e das 15:30 às 17:30, e sextas-feiras das 14h às 16h, no espaço cedido pelo Serviço de Assistência Judiciária da própria Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi constituída uma assessoria jurídica comunitária com ênfase na área trabalhista, até então inexistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, onde são prestados assessoramentos e informações aos trabalhadores e empregadores acerca dos direitos e obrigações jurídicas nas relações de trabalho, objetivando a promoção do acesso à justiça.

Neste contexto, o projeto tem auxiliado no treinamento da atividade forense na área trabalhista, preparando os alunos para a prática forense trabalhista através da elaboração de peças processuais úteis à prestação de assistência jurídica trabalhista.

Juntamente com esta práxis, está sendo aperfeiçoado o aprendizado teórico, por meio de grupos de estudos, seminários e debates com a finalidade de manter sempre atualizado o referencial teórico na área trabalhista.

Aliando a teoria à prática, a promoção do acesso à justiça destina-se não apenas ao empregado, mas também ao empregador. Consolida-se então o objetivo do projeto, sendo este o de auxiliar o desenvolvimento da comunidade pelotense, auxiliando o trabalhador e o empregador na consecução do bom desenvolvimento das relações de trabalho.

Em sua continuidade, pretende-se com o projeto desenvolver diversos tipos de atividades, entre elas:

- a) Prestar assessoria jurídica trabalhista;
- b) Realizar atendimentos à comunidade pelotense;
- c) Informar direitos individuais e coletivos que englobem o empregador/empregado;
- d) Esclarecer dúvidas ao micro-empresário/pequeno empreendedor quanto às obrigações trabalhistas;
- e) Prestar assessoria às cooperativas de trabalho e serviço;
- f) Prestar informações para pequenos sindicatos;
- g) Informar e esclarecer os direitos sindicais;
- h) Esclarecer e acompanhar questões envolvendo criação ou desmembramento sindical junto ao Ministério do Trabalho;
- i) Informar direitos envolvendo o meio ambiente do trabalho e adequação às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- j) Resolver conflitos pela mediação/arbitragem e promover, no futuro, solução dos litígios na jurisdição trabalhista.
- k) Implementação de um centro de mediação e arbitragem trabalhista

E em relação ao grupo discente que participa do projeto o projeto tem permitido:

- a) Interligar prática e teoria ao aprendizado do aluno;
- b) Preparar o aluno para o mercado de trabalho;
- c) Desenvolver oratória, raciocínio, e técnicas de mediação do acadêmico.
- d) Desenvolvimento de pesquisa com base nas atividades realizadas;

Logo, a ATC/FD - Assessoria Trabalhista Comunitária visa a efetuação de ações que conciliem ensino, extensão e pesquisa, objetivando a construção de um aprimoramento acadêmico e comunitário.

4. CONCLUSÕES

Diante do exposto, pode-se perceber que a Assistência Trabalhista Comunitária (ATC/FD), embora sendo um projeto novo e que ainda não atingiu sua completude, está desempenhando um importante papel tanto no aprimoramento e aprendizado do corpo discente, bem como no cumprimento da missão da Universidade Federal de Pelotas, através da construção de conhecimento e trazendo o progresso social e humano, principalmente na comunidade pelotense.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Código de Processo Civil: Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015. Institui o Código de Processo Civil
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2012.
- BRASIL, Lei 5.452 (Consolidação das Leis do Trabalho), de 01 de janeiro de 1943, publicada no D.O.U. em 09 de agosto de 1943.
- CORREIA, Henrique. **Direito do trabalho**. 6. ed. Salvador: JusPODIVM, 2015.
- DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTr, 2013
- DONATO, M P. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 1979.
- MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas de trabalho**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MARTINS FILHO, I.G.S. **Manual de Direito e Processo do Trabalho**. 19. Ed. rev. E atula. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2013
- MIESSA, Élisson; CORREIA, Henrique. **Noções de direito do trabalho e processo do trabalho**. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2015.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de direito do trabalho**. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2005
- SARAIVA, Renato. **Direito do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Método, 2010.
- SCHWARZ, Rodrigo Garcia (Org.). **Dicionário de direito do trabalho, de direito processual do trabalho e de direito previdenciário aplicado ao direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2012
- THOME, Candy Florencio; SCHWARTZ, Rodrigo Garcia (Org.). **Direito processual do trabalho: curso de revisão e atualização**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

CONHECIDAS DE VISTA: TRAVESTIS E MOVIMENTOS LGBTTTTS

VAGNER BARRETO RODRIGUES¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹ Universidade Federal de Pelotas – vagnerbarreto1991@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – louise_alfonso@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce de uma reflexão sobre a minha militância enquanto homoafetivo e como desdobramento da participação no projeto de extensão *Mapeando a Noite: o universo travesti*, coordenado pela professora Dra. Louise Prado Alfonso, junto ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), no Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), projeto que teve início em 2016. Quando de um convite para realizar uma fala sobre a história dos movimentos LGBTTTTS no Brasil, notei a ausência de reflexão de minha parte, bem como de diversos autores e autoras dos quais me valia para compor a historiografia desses movimentos, sobre a presença histórica das travestis. Que lugares cabem às travestis nas histórias dos diversos movimentos LGBTTTTS?

O projeto *Mapeando a Noite: o universo travesti* tem como objetivo entender as experiências das travestis que trabalham à noite nas ruas de Pelotas, especialmente aquelas alocadas na região do centro da cidade, por meio de abordagens multidisciplinares que contemplem, junto aos estudos etnográficos, olhares voltados para a materialidade dessas práticas. A pesquisa etnográfica está embasada nos estudos de Antropologia Urbana (MAGNANI, 2002; VELHO, 2009) que buscam entender os usos da cidade e os diversos agrupamentos nos contextos urbanos.

A Antropologia Urbana no Brasil passa a ser empreendida a partir da década de 1970. Autores como VELHO (1973), CARDOSO (1988) e MAGNANI (2003) são responsáveis por algumas das pesquisas com foco nas dinâmicas urbanas e a criação de novos paradigmas sobre a compreensão da cidade. A Antropologia brasileira recebeu em sua formação influência da Escola de Chicago, que teve seu apogeu nos anos 1930, porém, diferentemente da Escola estadunidense, não se voltou, a princípio, para os estudos de grupos urbanos, como guetos étnicos, ou gangues, conforme os estudos clássicos sobre “patologias sociais”, mas, numa leitura mais próxima à abordagem do antropólogo e sociólogo da Escola de Chicago Robert Redfield, aos “estudos de comunidades”, como comunidades indígenas, quilombolas, camponesas e ribeirinhas.

Conforme DURHAM (1988) e MAGNANI (2000) é possível notar uma alteração desse cenário acadêmico a partir da década de 1970, motivada especialmente por três fatores: (1) as mudanças na conjuntura política brasileira que passaram a gerar diversas transformações sociais no país e atraíram cada vez mais sujeitos para as grandes cidades; (2) a Antropologia começou a ter mais destaque, em grande parte graças ao fascínio gerado pelo estruturalismo de Lévi-Strauss, via Antropologia; e (3) a transformação dos sujeitos clássicos da pesquisa antropológica (indígenas, negros, favelados) em atores políticos essenciais para a compreensão das transformações sociais que ocorriam nas cidades brasileiras.

No contexto de transformações sociais e políticas surge um novo ator: o militante homossexual. Assim, no decorrer na década de 1980, aparecem os primeiros grupos chamados, à época, de *Gays, Lésbicas e Simpatizantes* (GLS). Para os movimentos existentes nos anos 1980, a sigla GLS derivou da sigla que

compunha os nomes dos carros mais cobiçados no momento, os *Gran Luxe Super* (TREVISAN, 2002). Acima de tudo, buscava brincar – de modo subversivo – com o imaginário nacional e a (suposta) paixão dos brasileiros por carros.

É importante notar a ausência das travestis nesse contexto; elas serão incluídas, de forma marginal, apenas mais tarde, nos anos 1990, dentro dos movimentos então renomeados primeiramente para *Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis* (GLBT), a denominação Simpatizantes era criticada por muitos, à época, e por fim – após a acusação por parte das mulheres de serem colocadas em segundo plano pelos movimentos, liderados majoritariamente por homens – *Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis* (LGBT). Atualmente, na reformulação de conceitos e na inclusão de novos atores sociais, o termo usual mais aceito, porém não livre de oposições, costuma ser *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transgêneros e Simpatizantes* (LGBTTS), os Simpatizantes são reincorporados pelos movimentos por meio de grupos de familiares de homoafetivos, por exemplo. Nesse sentido, este artigo busca compreender a história desses movimentos, atendo às ausências das travestis ao longo de sua constituição. É também uma (auto)crítica sobre a representatividade nos movimentos LGBTTS e a perspectiva masculina e hegemônica que os constituem, visto que engajamentos também geram silenciamentos.

2. METODOLOGIA

Uma história noturna (GINZBURG, 1991). Na escavação de discursos sociais, esse trabalho se propõe a buscar, entre escombros teóricos e reflexões do autor, alguns elementos soterrados nas paisagens sociais. GINZBURG (2002), em *Mitos, emblemas, sinais*, mostra como o italiano Giovanni Morelli, por meio de detalhes de segundo plano, como orelhas, unhas e dedos, conseguia identificar falsificações e catalogar obras de artes utilizando detalhes menos óbvios da técnica de artistas. O foco se deslocava das “características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros” (GINZBURG, 2002, p. 144). As técnicas de Morelli exerceram influência sobre diversas áreas de conhecimento, exatamente por essa característica descentralizada que propõe um novo olhar para os mesmos objetos. Nessa perspectiva, este artigo se aproxima também dos trabalhos do sociólogo e filósofo alemão Walter Benjamin (1996). Em *Sobre o conceito de história*, o autor versa sobre uma construção da História pensada de forma distinta da sua utilização mais usual. Ao tratar da História, Benjamin se opõe aquilo que ele chama de “historicismo”, entendido pelo viés positivista e progressista, que olha o futuro, sem levar em conta a relação deste com o passado.

Para Benjamin, mais do que uma soma de acontecimentos, a História é uma construção dialética entre imagens do passado e imagens do presente. É importante também perceber a importância da História para o autor: mais do que registrar aquilo que foi, a História deveria se preocupar em preservar aquilo que não veio a ser; aqueles sujeitos que não tiveram a sua voz escutada; aqueles cujas experiências não seriam lembradas. O historiador, ou o narrador, deveria buscar do passado aquelas imagens que irrompem em momentos de perigo, relembando aquilo que aconteceu, mas também aquilo que corre o risco de ser esquecido. “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1996, p. 224).

Escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1996), faz perceber a ausência dos corpos e das narrativas das travestis, mas, ora, uma vez que esses

sujeitos existem, sua presença é relegada a um segundo plano na história hegemônica – ou na história diurna, para brincar com o título da obra de GINZBURG (1991) – dos movimentos LGBTTTTS. Para a travesti e pesquisadora Helena Vieira (2015, Online), com foco na Ditadura Civil-Militar (1964-1985),

O saber histórico, ou seja, das narrativas, está em constante disputa. Precisa ser visto e revisto o tempo todo. No caso específico das pessoas transexuais, travestis, gays e lésbicas, é preciso um esforço na releitura do período da Ditadura civil-militar para encontrarmos nossa participação.

Aquilo que estava soterrado sob várias camadas vem à luz do dia, abre possibilidades, aponta para resistências. Resíduos revelam histórias de esquecimentos. Imagens novas começam a ser montadas com fragmentos da história.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A perspectiva da participação no projeto *Mapeando a Noite: o universo travesti* me possibilitou um duplo deslocamento, às margens das margens, primeiramente como um militante estudante de Antropologia e a seguir como um estudante de Antropologia que estranha a familiaridade de sua militância. Esse deslocamento me possibilitou um olhar que problematizasse minhas práticas e me possibilitou refletir sobre os silenciamentos, ruídos e disputas na construção de uma certa história que me era desconhecida. Por quê?

Nos anos 1980, com o advento da AIDS, o Brasil surpreendeu ao fornecer, de maneira ampla e pública, acesso aos principais tratamentos disponíveis na época – fato que não deixou de gerar protestos por parte da sociedade que via como “um luxo” desperdiçar dinheiro público com uma doença que atingia “apenas” gays (TREVISAN, 2002). Nesse momento histórico, os movimentos GLS se aproximam do Estado, com foco voltado, especialmente, para a saúde sexual masculina. Nesse jogo, lésbicas e demais sujeitos de práticas sexuais desviantes são colocadas em segundo plano na interlocução com o Estado, via campo da saúde pública. A doença, em um contexto de relativa liberdade sexual, gerou muitas mortes, mas também pavor a todo comportamento tido como de risco, em um momento que a doença ainda era chamada de “câncer gay” ou “peste gay”.

Nesse processo de entendimento e prevenção ao HIV, as militâncias mudam seu foco da constituição de uma identidade gay (FRY e MACRAE, 1985) para a prevenção da doença (TREVISAN, 2002). Assim, as travestis, quase sempre encontradas em situação de prostituição, são pensadas apenas como alvo das propostas de saúde pública, não sendo vistas, muitas vezes, como sujeitos com outras práticas não diretamente relacionadas ao seu trabalho. Isso influencia as abordagens das militâncias e os acessos das mesmas às políticas nacionais de saúde. A participação no projeto *Mapeando a Noite: o universo travesti* abre a possibilidade de conhecer práticas que não estejam associadas diretamente ao mercado de trabalho sexual, mesmo que essa realidade não seja negada, sem limitar esses sujeitos apenas a uma realidade, mas a todo um universo de atividades que, muitas vezes, escapa às militâncias. Além disso, a extensão, em um curso considerado fortemente teórico, como o Bacharelado em Antropologia, incentiva os alunos a relacionarem o conhecimento da academia com a sociedade, da qual não pode estar afastado.

4. CONCLUSÕES

A Extensão, como uma prática “além muros”, é uma particularidade das universidades brasileiras (RIAL, 2014). Isso aponta para um afastamento existente entre as universidades e os demais campos sociais. Ao mesmo tempo, a desvalorização que a Extensão recebe, em comparação com a pesquisa, por exemplo, reflete uma das faces do produtivismo recorrente no meio acadêmico. Porém, uma formação em Antropologia que esteja desassociada da inserção dos alunos e alunas na sociedade compromete e torna questionável o tipo de formação profissional e sociais que está em prática. Nesse sentido, o projeto *Mapeando a Noite: o universo travesti* foca em grupos em situação de exclusão, muitas vezes afastados historicamente das universidades. A presença de alunos de diversos cursos da UFPel no projeto, bem como de pessoas que não estão ligadas diretamente à universidade, intensifica os debates e torna mais rica a interlocução com as travestis em Pelotas.

Acima de tudo, pessoalmente, esse projeto contribuiu para minha militância, quando percebi a abordagem de “doente em potencial” que, muitas vezes, as militâncias LGBTTTTS utilizam em relação as travestis. Mesmo que estejam apenas iniciando as atividades – e as inserções em campo sejam esporádicas, por questões éticas e por especificidade do trabalho antropológico – já é possível perceber as reverberações das ações entre os envolvidos. Ao mesmo tempo, a inserção em campo e as leituras realizadas sobre o tema não podem deixar de afetar aos pesquisadores e suas práticas, tanto nas universidades como fora delas, o que, acredito, já seja uma realidade para todos os envolvidos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CARDOSO, R. C. L. (Org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- DURHAM, E. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. CARDOSO, R. C. L. (Org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e Terra, p. 17-38, 1988.
- FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GINZBURG, C. **Historia nocturna**. Barcelona: Mucknik Editores, 1991.
- _____. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. de L. (Orgs.). **Na metrópole**: textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EdUSP, p. 12-53, 2000.
- _____. **Festa no pedaço**. São Paulo: UNESP, 2003.
- RIAL, C. S. de M. Roubar a alma: ou as dificuldades da restituição. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas, v. 2, n. 2, 2014.
- TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- VELHO, G. **A utopia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. Antropologia Urbana: encontro de tradições e novas perspectivas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 59, p. 11-18, 2009.
- VIEIRA, H. **Onde estavam as travestis durante a ditadura?** Revista Fórum, São Paulo, 05 abr. 2015. Acesso em: 13 jul. 2016. Online. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/04/05/onde-estavam-travestisdurante-ditadura/>.

LIBERTAS

Programa de Enfretamento da Vulnerabilidade em Ambientes Prisionais

VIVIAN PINHEIRO SCHÖNHOFEN¹; AMANDA D'ANDREA LOWENHAUPT
GUIMARAES²; ANA MARIA OLIVEIRA SEVERIANO DE ASSIS³;
LUIZA RODRIGUES DOS SANTOS⁴; MARIANA LEITUNE COSTA⁵;
BRUNO ROTTA ALMEIDA⁶.

¹ Universidade Federal de Pelotas – vivianschonhofen@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – amandalowenhaupt@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Pelotas – anamariaassis@hotmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas – luiza.rsantos@yahoo.com.br

⁵ Universidade Federal de Pelotas – marianaleitunecosta@hotmail.com

⁶ Universidade Federal de Pelotas – bruno.ralm@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O programa de extensão LIBERTAS, desenvolvido no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, possui como objetivo precípua o enfrentamento da vulnerabilidade em ambientes prisionais, através da luta pela preservação dos direitos humanos dentro do sistema processual penal.

Destina-se à reflexão e construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais nas seguintes abordagens: sistemas jurídico-penais; crime e violência; punição e controle social; e vulnerabilidade social.

O programa objetiva, assim, a elaboração de políticas sociais em parceria com a comunidade na tentativa de superação do atual modelo prisional. A partir da compreensão do papel perverso que desenvolve o sistema penal, principalmente em nossa região marginal, visa-se fomentar o pensamento científico na luta por um sistema penal humanista e menos estigmatizante.

São projetos abarcados pelo programa LIBERTAS: o Grupo de Estudos em Punição e Controle Social (GEPUCS); o DEFENSA - Assessoria Criminal Popular; o curso de capacitação para profissionais do sistema penitenciário; e a assessoria jurídica penitenciária.

Logo, o LIBERTAS visa a realização de ações que conciliem ensino, pesquisa e extensão, forjando um sistema completo e que aprimora a produção do conhecimento ao permitir a interação de atores diversos, como professores, estudantes e a comunidade social.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada no desenvolvimento do programa de extensão LIBERTAS busca trabalhar conjunta e articuladamente ensino, pesquisa e extensão.

O ensino é desenvolvido por meio de oficinas e minicursos semestrais, ministrados por professores convidados e pelos colaboradores do programa. Ademais, são realizadas discussões de literatura jurídico-penal entre alunos, professores e a comunidade em geral.

Como exemplo das atividades de ensino do programa LIBERTAS, tem-se o Grupo de Estudos em Punição e Controle Social (GEPUCS), o qual visa a preparação acadêmica para a compreensão da realidade social, através de

aprimoramento teórico e da busca de formas hábeis a enfrentar a problemática dos modelos de punição e de controle social excludentes.

Já a pesquisa é realizada por meio de projetos de pesquisa desenvolvidos pelos alunos integrantes do LIBERTAS, tendo por base os conhecimentos adquiridos com as atividades desenvolvidas pelo programa, com a conseguinte produção científica apresentada e publicada em congressos locais, regionais e nacionais.

Por fim, a extensão, que é a base do programa, se desenvolve através da efetivação de ações diretas, dentro das quais pode-se citar:

A implementação da assessoria jurídica criminal popular, a qual se encontra em plena atividade por meio do Projeto de Extensão de Assessoria Criminal Popular chamado de DEFENSA.

A elaboração de um projeto de cooperação com a Universidade Católica de Pelotas (representada pelo GITEP – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminal-Penitenciários) e a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS), representada pela 5ª Delegacia Penitenciária Regional. O objetivo desse projeto é a criação de um grupo de estudos e debates em favor da assistência jurídica dos presos, visando a atuação jurídica em favor das pessoas presas nas casas prisionais de Pelotas, Rio Grande, Camaquã, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Canguçu.

O desenvolvimento de um curso de formação e capacitação do pessoal penitenciário como também a ampliação de projetos de fomento e financiamento de recursos para essas ações, bem como o projeto de assessoria jurídica penitenciária.

Ademais, outras atividades são realizadas e efetivadas na comunidade da cidade de Pelotas ou localidades próximas, como as oficinas sobre violência doméstica, adolescente em conflito com a lei e etc.

As atividades do programa são divulgadas no ambiente universitário e nas comunidades atingidas por meio da plataforma eletrônica do Programa LIBERTAS (wp.ufpel.edu/libertas). Há ainda a publicação do Boletim LIBERTAS, um periódico destinado à divulgação de textos correspondentes às abordagens deste programa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Grupo de Estudos em Punição e Controle Social (GEPUCS) se encontra em atividade desde 2012, já tendo realizado um apanhado histórico acerca das estratégias de punição e de controle social no Brasil desde 1822 até o fim da Ditadura Militar. Atualmente, o calendário dos seminários envolve o estudo da Execução Penal, enfrentando-se a questão da vulnerabilidade através de textos de autores nacionais e internacionais e da busca pelo estreitamento da parceria universidade-cárcere.

O Projeto DEFENSA – Assessoria Criminal Popular também está em atividade, mediante a participação discente em atendimento à comunidade pelotense. Os encontros são semanais, sendo que os discentes estão divididos em dois grupos, um que se reúne às quartas-feiras e outro que reúne às quintas-feiras. Ademais, os discentes contam com a supervisão docente e com a orientação de advogados voluntários selecionados. Com efeito, o DEFENSA, além da assistência judiciária, realiza atividades de assessoria criminal, oportunidade em que os discentes e docentes efetuem atividades diretamente com a comunidade pelotense acerca de matérias afeitas às Ciências Criminais.

Desde junho de 2015, iniciou-se um projeto de cooperação com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS), representada pela 5ª Delegacia Penitenciária Regional, e o Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminal-Penitenciários (GITEP) da Universidade Católica de Pelotas. O projeto visa possibilitar o amplo acesso à justiça da população carcerária. Estão sendo realizadas reuniões por meio de grupo de estudos e debates semanais, além do curso de formação e capacitação do pessoal penitenciário e a ampliação de projetos de financiamento de recursos para a implementação de mais ações.

Pretende-se, ademais, a continuação do projeto de capacitação de profissionais do agente penitenciário, com o fito específico de aprimorar a práxis laboral a partir da apreensão crítica do papel institucional do cárcere.

Por fim, o projeto de assessoria jurídica penitenciária, que ainda se pretende desenvolver, destina-se ao treinamento da atividade forense na área da execução criminal, preparando os alunos para a prática junto ao cumprimento da pena por meio da elaboração de peças processuais e o acompanhamento processual da população carcerária da cidade de Pelotas e região.

Concomitantemente com a práxis, será aperfeiçoado o aprendizado teórico, através de grupos de estudos, seminários e debates com a finalidade de manter sempre atualizado o referencial teórico na seara da execução penal. Aliado à prática e à teoria, a promoção do acesso à justiça para a população encarcerada da cidade de Pelotas e região, eminentemente marginalizada socialmente, consolida o objetivo do projeto de humanização do estudante do Curso de Direito acerca do contexto social em que ele está inserido, bem como o papel da Universidade no sentido de emancipação social de grupos especialmente vulneráveis.

4. CONCLUSÕES

Em um curto período de existência, o LIBERTAS abarca algumas características bastante destacadas: interdisciplinaridade; enfrentamento da vulnerabilidade prisional; contato com a comunidade externa e com órgãos públicos presentes em nossa sociedade; diversidade e confronto horizontal de pensamentos para qualificar as ações em prol das pessoas presas; e estímulo ao tripé ensino-pesquisa-extensão na universidade.

A relevância do Libertas se concentra no cumprimento da função social das instituições de ensino superior. Pois, aproximando-se da realidade social de grupos em vulnerabilidade e privados da liberdade, é possível trazer à Universidade a discussão das reais demandas da sociedade e, a partir da compreensão das mesmas, compor mecanismos capazes de promover uma transformação social.

Dessarte, através do LIBERTAS efetivam-se medidas práticas voltadas para o desenvolvimento da área dos Direitos Humanos no Sistema Prisional e de ações táticas acerca das problemáticas encontradas no atual sistema penal e, especialmente, prisional do Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal.

Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

BAUMAN, Zigmund. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECKER, H. Los Extraños. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1971.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena. Coimbra: Coimbra, 1984.

FILHO, R.L. Criminalidade e Sociedade. Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, DF, v. 2, n. 6, p. 26-43, 1965.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARLAND, David. Punishment and Modern Society. Oxford: Clarendon Press, 1990.

LARRAURI, Elena. La Herencia de la Criminologia Crítica. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.

LOMBROSO, Cesare. O Homem Criminoso. Tradução por Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1983.

LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva, 2013.

MORIN, Edgar. Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2014.

OLMO, Rosa del. A América Latina e sua Criminologia. Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2004.

PAVARINI, Massimo. Control y Dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico. Tradução por Ignacio Munagorri. México: Siglo Veintiuno, 1988.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. São Paulo: Atlas, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em Busca das Penas Perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Tradução de: Vânia Romano Pedrosa & Almir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2003